



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS IV



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE - PPED
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE - MPED

TAMARA RANGEL DE LACERDA

**O PROTAGONISMO DAS MULHERES AGRICULTORAS NO
PIEMONTE DA DIAMANTINA/BA: EXPERIÊNCIAS DOS QUINTAIS ÀS
CADERNETAS AGROECOLÓGICAS**

JACOBINA/BA

2022

TAMARA RANGEL DE LACERDA

**O PROTAGONISMO DAS MULHERES AGRICULTORAS NO
PIEMONTE DA DIAMANTINA/BA: EXPERIÊNCIAS DOS QUINTAIS ÀS
CADERNETAS AGROECOLÓGICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (MPED), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito para a obtenção do título de Mestra em Educação e Diversidade, do Programa de Pós-graduação em Educação e Diversidade, Linha de Pesquisa Cultura, Docência e Diversidade.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ione Oliveira Jatobá Leal.

JACOBINA/BA

2022

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Bibliotecário:
João Paulo Santos de Sousa CRB-5/1463

Lacerda, Tamara Rangel de. O protagonismo das mulheres agricultoras no Piemonte da Diamantina/Ba: experiências dos quintais às cadernetas agroecológicas / Tamara Rangel de Lacerda. Jacobina – BA, 158 f.

Dissertação (conclusão do curso de pós-graduação Strictu Senso / Programa de pós-graduação em educação e diversidade da Universidade do Estado da Bahia, MPED. Departamento de ciências humanas – Campus IV). Universidade do Estado da Bahia, 2022.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ione Oliveira Jatobá Leal.

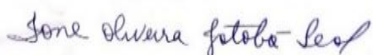
1. Agroecologia. 2. Feminismo. 3. Quintais Agroecológicos. I. Ione Oliveira Jatobá Leal. II. Tamara Rangel de Lacerda. III. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas/Campus IV. III. Título

CDD – 630.2745

TAMARA RANGEL DE LACERDA

**O PROTAGONISMO DAS MULHERES AGRICULTORAS NO
PIEMONTE DA DIAMANTINA/BA: EXPERIÊNCIAS DOS QUINTAIS ÀS
CADERNETAS AGROECOLÓGICAS**

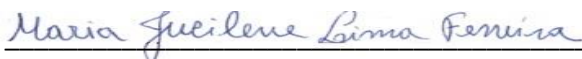
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade – MPED, em 23 de fevereiro de 2022, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Educação e Diversidade pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:



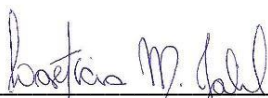
Prof.^a Dr.^a Ione Oliveira Jatobá Leal
Doutora em Educação e Contemporaneidade - UNEB
Universidade do Estado da Bahia (orientadora)



Prof.^a Dr.^a Jamille da Silva Lima-Payayá
Doutora em Geografia - UNICAMP
Universidade do Estado da Bahia (convidada interna)



Prof.^a Dra.^a Maria Jucilene Lima Ferreira
Doutora em Educação - UnB
Universidade do Estado da Bahia (convidada interna)



Prof.^a Dr.^a Laetícia Medeiros Jalil
Doutora em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura – UFRRJ
Universidade Federal Rural de Pernambuco (convidada externa)

Dedico essa luta acadêmica à minha filha Flora
e a todas as mulheres que virão florescer.

AGRADECIMENTOS

A intensa, desafiadora e prazerosa jornada de pesquisas e escrita desse trabalho de dissertação não seria possível sem as agricultoras protagonistas do Piemonte da Diamantina/BA. A elas minha enorme gratidão pela confiança e pelo afeto com que me receberam em suas casas, quintais e vidas. Esse trabalho é fruto dessa relação de reciprocidade e de luta que construímos juntas entre 2018 e 2021, e encerra meu ciclo nas terras diamantinas atuando como agrônoma e educadora popular. Agradeço muito a equipe técnica da COOPESER, que foi mais que parceira nesse processo: Edinéia, Anessa, Cleise, Margarida, Laécio, Dayse, Elizania, Romualdo, Adriana e Ailton. Gratidão também aos meus colegas cooperados da COFASPI pelos aprendizados, em especial a Seu Robson e Luna.

Sou muito grata a minha orientadora, professora Ione Jatobá, por incentivar e apoiar minha escrita, me fazendo sempre ver as coisas de forma mais simples e positiva. Agradeço também a todas as mulheres pesquisadoras da minha turma 2019.1 do MPED que foram uma importante rede de apoio, bem como às docentes que me inspiraram nessa caminhada, com destaque para as professoras Ana Lúcia Gomes, Juliana Salvadori, Zuleide Paiva, Jamille Lima e Iris Verena. Muito obrigada a minha banca de qualificação e de defesa, toda composta de pesquisadoras inspiradoras que me ofertaram ricas contribuições, professoras Laetícia Jalil, Jamille Lima-Payayá e Maria Jucilene Ferreira.

Gratidão ao meu companheiro, Joelton Belau, por acreditar na minha formação profissional e militante desde o princípio, apoiando essa pesquisa, discutindo junto as minhas inquietações e cuidando da nossa bebê Flora no momento mais intenso da escrita desse trabalho.

Agradeço sempre e sempre, com todas as minhas forças, a minha mãe Nilda por sonhar por mim e comigo, através das oportunidades de estudos que ela me proporcionou. Obrigada por ser minha inspiração de luta, juntamente a minha avó Maria de Lourdes, guerreira trabalhadora, que nunca parou de cultivar sementes nos quintais e resgatar os saberes antigos da origem camponesa de nosso povo. Vocês são a primeira e mais importante motivação dessa pesquisa.

Obrigada às minhas amigas e eternas companheiras, que me fortalecem no feminismo e me fazem acreditar nessa potência do ser mulher. Elas sabem quem são para mim e estão presentes nesses escritos de alguma forma. Gratidão em especial a Lara, por me incentivar a entrar no MPED, e a Bianca, minha melhor amiga de Jacobina. E obrigadíssima a Talit pelo apoio com o inglês nesse trabalho.

Muito obrigada à Beth Siqueira, companheira de luta e de trabalho, que mobilizou as Cadernetas Agroecológicas no semiárido da Bahia. Esta Pesquisa também é fruto das suas conquistas! Obrigada a Geisa, Fabiola, Dulce, João Trabuço, Jaqueline Barreto, Telma, Aline, Elka, entre outras companheiras que construíram as CA's no Pró-Semiárido, em meio a tantos desafios e machismo. Gratidão também a todas as companheiras do GT Mulheres da ANA que somam esforços feministas na luta diária pela agroecologia e em defesa da vida!

RESUMO

Partindo da compreensão das desigualdades sociais de gênero, raça e classe refletidas na vida das mulheres, e de como o capital se apropria de seus trabalhos, a presente pesquisa participante se estruturou no paradigma materialista histórico-dialético e nas teorias feministas (SILIPRANDI, 2008; SILVA, 2020), trabalho teve como objetivo sistematizar o processo de construção, participação e fortalecimento das protagonistas – agricultoras e técnicas –, através da metodologia das Cadernetas Agroecológicas (CA) no território do Piemonte da Diamantina/BA. A metodologia político-pedagógica das CA's foi desenvolvida por organizações feministas ligadas ao movimento agroecológico para visibilizar e valorizar os trabalhos das agricultoras, que não costumam ser considerados pela economia clássica, capitalista e patriarcal (TELLES, 2018; CARDOSO et al., 2020). Baseada na economia feminista, portanto, as CA's tem demonstrado que as agricultoras, além de garantirem segurança e soberania alimentar das famílias, são as guardiãs da agrobiodiversidade e detém conhecimentos fundamentais para a reprodução dos agroecossistemas (JALIL et al., 2019). Olhando por esse viés, de que formas a metodologia político-pedagógica da CA contribuiu para alterar realidades na autonomia das mulheres agricultoras na região do Piemonte da Diamantina na Bahia? Para responder a essa questão, a pesquisa buscou aprofundar os conhecimentos acerca do feminismo e da agroecologia para superação das desigualdades; analisar a contribuição da metodologia das CA's no assessoramento técnico da COOPESER no âmbito do projeto Pró-Semiárido; sistematizar como se expressam as narrativas das mulheres sobre as relações sociais de gênero e de trabalho no agroecossistema familiar. Foram discutidos os dados sistematizados das CA's de 32 agricultoras durante um ano, seus mapas da sociobiodiversidade e questionários socioeconômicos, juntamente aos relatos e experiências registradas no diário de bordo, no grupo das agricultoras no whatsapp e nas rodas de conversas online com a equipe técnica. Foi possível identificar que as agricultoras se tornaram mais empoderadas sobre a gestão do agroecossistema e sobre si próprias, despertando maior autoestima e ampliando as participações políticas em seus territórios. Ao analisar o agroecossistema e a divisão sexual do trabalho, foi concluído que todas as agricultoras ocupam a maioria dos subsistemas que produzem renda, em comparação aos seus companheiros. Além disso, são elas que garantem a maior parte das atividades realizadas para a reprodução da vida, como o trabalho doméstico e de cuidados. Mesmo diante de alguns desafios com as anotações, proveniente da sobrecarga de trabalhos, as mulheres demonstraram que desenvolvem o saber-fazer agroecológico principalmente através de seus quintais, onde garantem o autoconsumo familiar, criam redes de solidariedade e se reconhecem enquanto agricultoras. Por outro lado, seu trabalho não se limita apenas ao quintal, sendo preciso garantir que exerçam autonomia em todos os espaços no agroecossistema, na família, nas organizações sociais e nas políticas públicas. A pesquisa também demonstrou como as CA's beneficiam as agricultoras na abordagem de um assessoramento técnico pautado na pedagogia feminista. A equipe técnica da COOPESER relatou que o trabalho com a metodologia ampliou os olhares para aqueles espaços que sempre estiveram ocupados pelas agricultoras, mas que na dinâmica do ATER convencional ficavam invisibilizadas ou secundarizadas. Como produto de intervenção, etapa inerente ao mestrado profissional, foi proposto o Intercâmbio Feminista Agroecológico para que as agricultoras possam fortalecer sua auto-organização na luta contra as violências machistas e patriarcais nos territórios.

Palavras-chave: Agroecologia; Feminismo; Quintais Agroecológicos; ATER.

ABSTRACT

Starting from the understanding of the social inequalities of gender, race and class reflected in women's lives and how the capital appropriates of their works, the present participant research was structured in the historical-dialectical materialist paradigm and on feminist theories (SILIPRANDI, 2008; SILVA, 2020), to systematize the protagonism experiences of female agriculturist from Piemonte da Diamantina/BA with the Agroecological Notebooks – AN's. The AN's political-pedagogical methodology was developed by feminists organizations associated with the agroecological movement to make visible and value of womend agriculturist, which are not usually considered by classical, capitalist and patriarchal economic policy (TELLES, 2018; CARO et al., 2020). Based on feminist economics, therefore, the AN's has shown that women agriculturist, in addition of ensuring food sovereignty and security for the families, they are guardians of agrobiodiversity and holds fundamental knowledge for the reproduction of agroecosystems (JALIL et al., 2019). In this sense, the research sought to deepen knowledge about feminism and agroecology to overcome inequalities; analyze the contribution of the AN's methodology on COOPESER's technical assistance within the ambit of the Pró-Semiárido project; to systematize how women's narratives about the social relations of gender and work in the family agroecosystem are expressed; and elaborate a proposal for an Agroecological Feminist Exchange for female agriculturists that can strengthen their self-organization in the fight against sexist and patriarchal violence in the territories. For that, systematized experiences of data from 32 AN's of women agriculturists were discussed during a year, their maps of socio-biodiversity and socio-economic studies questionnaire, together with the reports and experiences recorded in the logbook, in the group of women agriculturists on whatsapp and in the online group conversations with the technical team. It was possible to identify that women agriculturists became empowered over the management of the agroecosystem and about themselves, awakening greater self-esteem and expanding political participation in their territories. When analyzing the agrosystem, the work's sexual division, it was concluded that all the women agriculturist occupied most of the subsystems that generate an income, compared to their companions. In addition, they are the ones who guarantee most of the activities carried out for the reproduction of life, such as housework and care. Even faced with the challenges with the notes, mainly due to work overload, the women demonstrated that develop the agroecological know-how, specially through their backyards, where they guarantee family self-consumption create solidarity networks and recognize themselves as agriculturists. On the other hand, their work is not limited to the backyard, and it is necessary to ensure that they exercise autonomy in all spaces in the agroecosystem, in the family, in social organizations and in public policies. The research also investigates how the agriculturists are benefited with the AN's in the approach of an advisory based on feminist technical pedagogy. The COOPESER's technical team reported that working with the methodology broadened the perspectives of those spaces that have always been occupied by female agriculturists but that in the dynamics of the conventional ATER they were invisible or secondary.

Keywords: Agroecology; Feminism; Agroecological Backyards; ATER.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Exemplar da Caderneta Agroecológica utilizado pelas agricultoras através do projeto Pró-Semiárido.....	68
Figura 2. Roda de Aprendizagem de apresentação das Cadernetas Agroecológicas no Território Rural Mandacaru.....	86
Figura 3. Agricultora do TR Augustinho, em Jacobina, construindo seu mapa.....	100
Figura 4. Mapa da sociobiodiversidade elaborado por agricultora do TR Augustinho.....	102
Figura 5. Mapa da sociobiodiversidade elaborado por agricultora do TR Pe Luiz Tonetto.....	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Os territórios rurais e comunidades correspondentes, acompanhados pelo assessoramento técnico da COOPESER no Piemonte da Diamantina/BA	80
Tabela 2. Rodas de aprendizagem realizadas por Território Rural e número de mulheres agricultoras participantes.....	81
Tabela 3. Número inicial de mulheres que conheceram a CA e número final após formação do Núcleo de Agricultoras por TR.....	87

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1. Estrutura metodológica da pesquisa, seus instrumentos e objetivos.....	32
Diagrama 2. Proposta de fluxo para realização do Intercâmbio Feminista e Agroecológico..	142

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1.** Relação de cor autodeclarada pelas agricultoras protagonistas no Piemonte da Diamantina, através de entrevistas realizadas para os questionários socioeconômicos das Cadernetas Agroecológicas, em outubro 2019.....90
- Gráfico 2.** Relação de identidade sociocultural declarada da pelas 32 agricultoras protagonistas no Piemonte da Diamantina, através de entrevistas realizadas para os questionários socioeconômicos das Cadernetas Agroecológicas, em outubro 2019.....91
- Gráfico 3.** Distribuição de nível de escolaridade das 32 agricultoras pesquisadas no Piemonte da Diamantina, através de entrevistas realizadas para os questionários socioeconômicos das Cadernetas Agroecológicas, em outubro 2019.....92
- Gráfico 4.** Respostas das agricultoras quando perguntadas se trabalham ou não foram de seus agroecossistemas, através de entrevistas realizadas para os questionários socioeconômicos das Cadernetas Agroecológicas, em outubro 2019.....93
- Gráfico 5.** Distribuição das fontes de renda monetária das 32 agricultoras pesquisadas no Piemonte da Diamantina, através de entrevistas realizadas para os questionários socioeconômicos das Cadernetas Agroecológicas, em outubro 2019.....94
- Gráfico 6.** Relação de acesso aos mercados pelas agricultoras pesquisadas no Piemonte da Diamantina, através de entrevistas realizadas para os questionários socioeconômicos das Cadernetas Agroecológicas, em outubro 2019.....96
- Gráfico 7.** Relação de familiares, por gênero, que residem no agroecossistema com as agricultoras protagonistas no Piemonte da Diamantina, através de entrevistas realizadas para os questionários socioeconômicos das Cadernetas Agroecológicas, em outubro 2019.....98
- Gráfico 8.** Participação no trabalho doméstico pela família das agricultoras pesquisadas no Piemonte da Diamantina, através de entrevistas realizadas para os questionários socioeconômicos das Cadernetas Agroecológicas, em outubro 2019.....99
- Gráfico 9.** Número de produtos por tipo animal, vegetal ou beneficiado produzidos nos quintais e registrados nas Cadernetas Agroecológicas pelas 32 agricultoras protagonistas no Piemonte da Diamantina, entre agosto de 2019 e agosto de 2020.....123
- Gráfico 10.** Relação da distribuição entre consumo, doação, troca e venda dos itens produzidos nos quintais registrados nas Cadernetas Agroecológicas pelas 32 agricultoras pesquisadas no Piemonte da Diamantina, entre agosto de 19 e agosto de 2020.....125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Agroecologia
ACR - Agente Comunitário Rural
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
APPJ - Associação de Pequenos Produtores da região de Jabuticaba
ASA - Articulação do Semiárido
ATC - Assessoramento Técnico Continuado
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
BAHIATER - Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
CA - Caderneta Agroecológica
CETA - Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas
CNDR - Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
COFASPI - Cooperativa de Assistência à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte
CONCLAEA - Confederação Caribenha e Latino Americana de Estudantes de Agronomia
COOPESER - Cooperativa de Consultoria, Pesquisa e Serviços de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável
CTA/ZM - Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf
DPMR - Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EFA - Escola Família Agrícola
ENA - Encontro Nacional de Agroecologia
FEAB - Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil
FEBAFES - Feira Baiana da Agricultura Familiar e da Economia Solidária
FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
GT Mulheres - Grupo de Trabalho de Mulheres
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFA - Intercâmbio Feminista Agroecológico
IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMC - Movimento de Mulheres Camponesas

MMM - Marcha Mundial das Mulheres

MMTRNE - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MPED - Mestrado Profissional em Educação e Diversidade

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OSC - Organização da Sociedade Civil

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PROCASE - Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú

PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar

PSA - Projeto Pró-Semiárido

RMERA - Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia

SASOP - Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais

SEAGRI - Secretaria de Agricultura municipal

SEPLAN - Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia

SECULT - Secretaria de Cultura do Estado da Bahia

SETAF - Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar

SOF - Sempreviva Organização Feminista

TR – Território Rural

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano

UFV - Universidade Federal de Viçosa

UGP - Unidade de Gestão de Projeto

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

UNICAFES - União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Apresentação e motivações da pesquisa	14
As protagonistas no Piemonte da Diamantina.....	20
O caminhar metodológico da pesquisa	24
1. SEM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA	38
1.1 Movimento agroecológico: breve histórico e conceitos	39
1.2 A divisão sexual do trabalho no agroecossistema	42
1.3 Lutas feministas das agricultoras organizadas: breve contexto.....	46
1.4 O olhar do assessoramento técnico à mulher agricultora	51
1.5 A práxis do(a) técnico(a) educador(a) popular na construção da agroecologia	55
1.6 Pedagogia feminista para uma ATER libertadora	60
2. AGRICULTORAS EMPODERADAS ATRAVÉS DAS CADERNETAS AGROECOLÓGICAS.....	65
2.1 Caderneta Agroecológica e economia feminista: desvelando os trabalhos protagonizados pelas agricultoras.....	67
2.2 Desenvolvimento metodológico das Cadernetas Agroecológicas: a experiência do Pró-Semiárido no Piemonte da Diamantina/BA.	71
2.2.1 Preparando as sementes: o processo de formação das equipes	73
2.2.2 Semeando: o processo formativo das agricultoras nos Territórios Rurais	79
2.2.3 O florescer: avanços e desafios no preenchimento das Cadernetas Agroecológicas.....	106
2.2.4 Tempo de colheita: resultados práticos da metodologia na vida das agricultoras.....	113
2.3 Miudezas que geram grandezas: os quintais agroecológicos como espaços de autonomia e diversidade	117
2.3.1 O saber-fazer agroecológico das mulheres nasce do quintal.....	119
2.3.2 Territórios de segurança alimentar, solidariedade e autoestima das agricultoras.....	124
2.4 As contribuições político-pedagógicas das Cadernetas Agroecológicas para o assessoramento técnico: a experiência da COOPESER	130
3. INTERCÂMBIO FEMINISTA E AGROECOLÓGICO	137
3.1 Os intercâmbios como instrumentos de construção do conhecimento agroecológico	138
3.2 Intercambiando saberes com as Cadernetas Agroecológicas: produto de intervenção	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS	151
ANEXOS.....	158

INTRODUÇÃO

*O pensamento feminista ensina a todos nós
a como amar a justiça e a liberdade
de maneira a nutrir e afirmar a vida
(Bell Hooks)*

Apresentação e motivações da pesquisa

A premissa de que sem feminismo não há agroecologia, me motiva desde o instante em que adentrei à Universidade pública e me reconheci como mulher, classe trabalhadora, filha e neta de agricultoras. Não há superação das desigualdades no campo e na cidade, não há conservação da biodiversidade, não há segurança alimentar e não há educação, sem que haja, antes de tudo, visibilidade ao protagonismo das mulheres. Desde a semente fecunda na mãe terra, ao fruto que todo bicho e homem há de comer, tem a sabedoria de uma mulher preta.

O patriarcado, que hierarquiza e invisibiliza o trabalho e os conhecimentos desenvolvidos pelas mulheres, mantém as relações do poder racista e machista ainda mais conservadoras no meio rural, onde os espaços ocupados pelas agricultoras aparecem secundarizados em clara oposição àqueles dominados pelos homens nas esferas produtivas e públicas. São eles que são apresentados, ainda, como os “chefes de família”, os protagonistas das experiências bem-sucedidas, ocultando a considerável e sobrecarregada participação das mulheres nos agroecossistemas¹ (TELLES, 2018).

A educação estando a serviço do capital (MÉSZÁROS, 2008), é mais uma força motriz das desigualdades no campo brasileiro. Nas ciências agrárias, vivenciei o tripé ensino, pesquisa e extensão todo voltado para reforçar uma lógica machista através da formação profissional, em que as mulheres pouco ou nenhum espaço poderiam ocupar. Historicamente a agronomia foi um curso criado para homens difundirem tecnologia para outros homens, esse estigma percorreu a matriz curricular e ditou por muito tempo o papel das mulheres que ousavam ocupar as vagas. Mesmo após anos e avanços, vivenciei a divisão sexual durante as aulas práticas, onde os homens aprendiam a analisar um solo ou manusear uma máquina, enquanto a nós era designado fazer as anotações ou segurar a garrafa de água enquanto eles se capacitavam. Quando colocávamos a mão na massa éramos alvo de piadas, consideradas incapazes.

¹ O agroecossistema pode ser definido como espaço de intervenção humana e social em determinado ecossistema, que é modificado através das atividades agrícolas, sendo, ainda uma unidade geográfica delimitada e de extensão variável (GLIESSMAN, 2001; SILIPRANDI, 2009).

Foi a partir da minha forte ligação com representação das mulheres na agricultura, através da minha avó e minha mãe, potentes exemplos de empoderamento, e, mais tarde, a experiência contraditória dessa agronomia que tentava calar nossas vozes, o que me levou à militância em torno da Agroecologia e do Feminismo. Assim, durante minha constante formação e atuação como engenheira agrônoma e educadora popular, a pauta de gênero e divisão sexual do trabalho no meio rural segue sendo motivadora de meus estudos, agora ocupando o espaço do conhecimento na Educação e Diversidade na pós-graduação.

Considero importante delimitar meu lugar de fala na academia, enquanto mulher militante e pesquisadora, por isso trago minhas narrativas para a escrita dessa pesquisa participante, em que falo sobre minhas ancestrais e contemporâneas, que se misturam nas entrelinhas de minha atuação profissional. Reconheço que ocupo espaço de privilégio branco numa sociedade racista, além de ter tido oportunidade de acessar a universidade, ainda que tenha sido a primeira da família a graduar no nível superior, pois essa não é a realidade das mulheres rurais.

É relevante para esse trabalho de pesquisa considerar o peso das construções socioculturais dos papéis que homens e mulheres desempenham na sociedade, onde se destacam os valores pertinentes à divisão sexual do trabalho. De acordo com Emma Siliprandi² (2015), embora determinados padrões culturais se alterem na organização do capital ao longo das últimas décadas, a significação das relações de gênero, raça, etnia e classe continuam sendo retroalimentadas pela violência, opressão e exploração. Minha pesquisa partiu, portanto, da compreensão crítica destes pilares do capitalismo, sendo estruturada em teorias feministas e no paradigma materialista histórico dialético, a fim de propor e construir mudanças nas vidas das mulheres das comunidades rurais, bem como das cidades, para que todas sejamos livres.

Essa busca só tem sido possível pois minha formação é fruto da militância com os movimentos sociais do campo na construção da prática agroecológica, principalmente através da Via Campesina, na qual me organizei por meio da Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) e da Confederação Caribenha e Latino-Americana de Estudantes de Agronomia (CONCLAEA), nos anos de 2011 a 2017.

Entre 2012 e 2013 tive uma intensa experiência pelo Brasil, quando compus a Coordenação Nacional da FEAB, como única mulher na gestão. Tranquei a graduação e viajei

² Como estratégia de escrita feminista, em busca de visibilizar as pesquisadoras mulheres, as citações aqui realizadas apresentará o primeiro e último nome da autora, e não a orientação do sistema de citação comum.

sozinha pelo país na tarefa de construir articulações para o fortalecimento da agroecologia e educação popular em diversas universidades públicas de todo país. Nesse período vivi as dores e sabores do ser mulher na construção de minha autonomia e liberdade pelas estradas. E foi essa coragem, forjada em árduos desafios, que me levou mais tarde, em 2015, a partir também sozinha para França durante um ano, através do Programa Ciências sem Fronteiras³ (atualmente extinto), para conhecer realidades outras e aprimorar minha formação na AgroSup⁴ Dijon, onde cursei graduação sanduíche especializada em Agricultura, Território e Desenvolvimento.

Nessa jornada, ainda, destaco as experiências em extensão universitária com o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), através dos quais conheci a prática do feminismo popular organizado com companheiras do campo e da cidade, que continuam a me ensinar através das lutas em busca de “mudar o mundo para mudar a vida das mulheres, mudar a vida das mulheres para mudar o mundo” – palavra de ordem das feministas do MMM.

Em 2017, já graduada, tive a oportunidade de trabalhar com o cooperativismo e associativismo em duas entidades que contribuíram muito para minha atuação profissional. Estive coordenadora de projetos na Cooperativa de Consultoria, Pesquisa e Serviços de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável (COOPESER) e na equipe de educomunicação popular da Cooperativa de Assistência à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte (COFASPI). Foi através delas que pude imergir ainda mais na realidade social do campo e, então, encontrei motivação para voltar meu olhar para a pesquisa acadêmica, através do MPED/UNEB.

As duas entidades parceiras – a COOPESER e a COFASPI – são Organizações da Sociedade Civil⁵ (OSC), sem fins lucrativos, que organizam o trabalho de profissionais das ciências agrárias, ambientais e sociais para acessar chamadas públicas, programas e projetos de assistência técnica e extensão rural voltados para a agricultura familiar, economia solidária e educomunicação. Ambas também se articulam em redes regionais e nacionais, a exemplo da

³ Programa de bolsas de intercâmbios para estudantes das ciências e tecnologias da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Participei mais especificamente de uma das suas variáveis de bolsas chamada BRAFAGRI, aliança entre Brasil e França para aperfeiçoamento das áreas da agricultura, alimentar e meio ambiente.

⁴ Institut national supérieur des sciences agronomiques, de l'alimentation et de l'environnement, Dijon -França.

⁵ Entidades de direito privado e fins públicos, elencadas na lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que foi posteriormente alterada pela lei federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, referente ao Terceiro Setor.

Articulação do Semiárido Brasileiro na Bahia (ASA – Bahia), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES).

Entre 2017 e 2020, através da COOPESER, atuei como coordenadora da equipe de assessoramento técnico continuado (ATC) no projeto Pró-Semiárido⁶ (PSA), o qual tem seu escopo desenhado a partir dos princípios da Agroecologia para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais no semiárido da Bahia. Foi a partir da experiência com as ações de gênero do projeto que conheci as Cadernetas Agroecológicas (CA). Participei desde início da construção de sua metodologia – relatada nessa dissertação – com as equipes técnicas e as agricultoras, as quais vieram a se tornar protagonistas também dessa pesquisa de mestrado.

Diante da constatação de que, assim como o trabalho doméstico, a produção das agricultoras nos quintais é desvalorizada e desconsiderada da composição da renda familiar, a proposta metodológica da CA foi elaborada para colocar luz no protagonismo das mulheres e fomentar o debate de gênero no meio rural, destacando as dimensões econômicas dos trabalhos monetário e não-monetário desenvolvidos por elas em seu quintal e em todo agroecossistema, como explica Liliam Telles (2018).

A CA é, portanto, um instrumento político-pedagógico desenvolvido por uma rede de organizações do campo agroecológico e feminista, que foi sistematizado pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA/ZM de Minas Gerais. Desde 2014 a experiência vem se expandindo pelo Brasil. Na Bahia atualmente está sendo praticada através do PSA com apoio do Programa Semear Internacional do FIDA⁷ e de OSC's – como a COOPESER – em 32 municípios da região semiárida. Em minha pesquisa, portanto, realizo um recorde dessa amplitude de experiências, me detendo aos processos que pude acompanhar mais de perto com as agricultoras e técnicas nos municípios de Jacobina, Cáem e Várzea Nova, localizados geopoliticamente no território de identidade denominado Piemonte da Diamantina.

⁶ Projeto de desenvolvimento rural que atua em 460 comunidades tradicionais, assentadas, quilombolas e rurais em 32 municípios do semiárido baiano, que foram selecionadas a partir do grau de pobreza e concentração de agricultores familiares. O Pró-Semiárido é uma construção do governo do estado da Bahia com apoio do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) da Organização das Nações Unidas (ONU). Saiba mais em: http://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2018-02/Marco%20Zero_web.pdf

⁷ Trata-se de um agência de investimento das Nações Unidas (ONU), que financia projeto que focam no desenvolvimento de processos produtivos de geração de renda agropecuária, cooperativismo, associativismo e acesso a mercados. Para saber mais acesse www.portalsemear.org.br (CARDOSO et al., 2019).

Também executam a metodologia entre 2019 e 2020, através do apoio do FIDA, o Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú na Paraíba, Projeto Viva o Semiárido no Piauí, Projeto Dom Távora em Sergipe, Projeto Paulo Freire no Ceará e Projeto Dom Helder Câmara em Pernambuco.

Para Emma Siliprandi (2015) apesar das questões de gênero estarem definidas nas premissas e métodos da agroecologia como fundamentais, ainda são recentes seus aprofundamentos. No Brasil, o destaque para o trabalho das mulheres começa na década de 1990 com a antropóloga Maria Emília Pacheco, que tratou da invisibilidade vinculada à organização de poder familiar. De lá até cá, avanços no campo da pesquisa têm sido possíveis devido aos esforços de pesquisadoras, como Emma Siliprandi, Laeticia Jalil, Liliam Telles, Elisabeth Cardoso, Michela Calaça, entre outras corajosas que me inspiram nesse pesquisar.

A CA pode também ser considerada uma interface de pesquisa, pois além de oferecer comprovação de trabalho e renda das agricultoras que constituem maior parte da categoria da agricultura familiar, os resultados sistematizados por ela possibilitam qualificar as informações e quantificá-las, de modo que possam subsidiar debates sobre políticas públicas voltadas especificamente às mulheres rurais, a exemplo do assessoramento técnico, crédito rural, mercados, acesso aos direitos básicos como aposentadoria, etc. (LOPES NETO et al., 2015).

Trabalhos de dissertação como os de Lopes Neto (2015) e Liliam Telles (2018), que estudaram os resultados das Cadernetas Agroecológicas, demonstraram que a metodologia tem contribuído para o empoderamento das mulheres, pois mexe com a autoestima e desperta o interesse das agricultoras em se organizar politicamente e economicamente, alterando condições de vida no agroecossistema familiar (LOPES NETO et al, 2015).

Durante a execução do PSA, esse caráter político-pedagógico das CA's foi o que mais me chamou atenção, pois possibilitava às agricultoras a tomada de consciência sobre o trabalho que desenvolvem no agroecossistema, visto que a maioria nunca sequer havia realizado qualquer anotação dos itens que consome, vende, doa ou troca daquilo que é produzido por elas. Iniciamos o projeto com agricultoras desestimuladas, tímidas e pouco participativas nas ações, e foi possível acompanhar um grande processo de transformação a partir do momento em que a CA foi inserida nos trabalhos de ATC pela equipe.

De que formas, então, a metodologia político-pedagógica da Caderneta Agroecológica contribuiu para alterar realidades na autonomia das mulheres agricultoras na região do Piemonte

da Diamantina na Bahia? Foi essa a questão de pesquisa que me motivou e, portanto, este trabalho teve como objetivo sistematizar o processo de construção, participação e fortalecimento das protagonistas – agricultoras e técnicas –, através da metodologia das Cadernetas Agroecológicas no território do Piemonte da Diamantina/BA.

Além disso, o trabalho foi estruturado nos seguintes objetivos específicos:

- Aprofundar os conhecimentos acerca das relações de gênero na agricultura familiar e as propostas do feminismo e da agroecologia para superação das desigualdades no campo;
- Analisar a contribuição da metodologia das Cadernetas Agroecológicas para o assessoramento técnico, através da experiência da equipe técnica da COOPESER;
- Sistematizar como se expressam as narrativas das mulheres sobre as relações sociais de gênero e de trabalho no agroecossistema familiar, a partir da análise dos quintais;
- Elaborar uma proposta de Intercâmbio Feminista Agroecológico que contribua para fortalecer a auto-organização das agricultoras, para produzir conhecimentos e superar desafios com a metodologia das Cadernetas Agroecológicas. – PRODUTO DE INTERVENÇÃO.

Nesse sentido, esse texto foi dividido em dois capítulos teóricos e discursivos. O primeiro, denominado “Sem feminismo não há Agroecologia”, apresenta as categorias teóricas que estruturam esse trabalho, com vistas em aprofundar os conhecimentos acerca do movimento agroecológico e feminista. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas nas principais fontes de indexação com referência na agroecologia, como revistas, anais de eventos e pesquisas de dissertação que abordassem os tópicos feminismo, agroecologia, mulheres agricultoras, divisão sexual do trabalho no campo, educação popular e assessoramento técnico.

O segundo capítulo, “Agricultoras empoderadas através das Cadernetas Agroecológicas”, discute e relata as experiências das mulheres participantes da metodologia político-pedagógica da CA no Piemonte da Diamantina. O primeiro subcapítulo versa sobre a CA e a economia feminista, de maneira geral, de acordo com o referencial teórico. Já o segundo subcapítulo trata do passo a passo do desenvolvimento metodológico das CA’s do final de 2018 a 2020, bem como apresenta os relatos das experiências das agricultoras protagonistas desse processo. O subcapítulo três destaca os quintais agroecológicos como espaços de autonomia e diversidade, a partir das vivências das agricultoras participantes da pesquisa e dos referenciais teóricos. E, por fim, o quarto subcapítulo apresenta as contribuições político-metodológicas das

CA's para o assessoramento técnico, do ponto de vista das experiências da COOPESER, a nível do Pró-Semiárido no Piemonte da Diamantina/BA.

Como último tópico deste trabalho de dissertação, está apresentada a proposta de intervenção elaborada a partir das experiências de pesquisa aqui descritas. Esta ação se trata de um dos pré-requisitos do Programa de Pós Graduação em Educação e Diversidade, e se propõe a contribuir para a continuidade no processo de fortalecimento das agricultoras, através da metodologia das Cadernetas Agroecológicas. O “Intercâmbio Feminista Agroecológico” pode e deve ser replicado por todas as organizações e profissionais que desejem aprofundar os trabalhos de gênero através do assessoramento técnico, baseado na educação popular e pedagogia feminista. Esta proposta é, ainda, meu compromisso de continuidade dos esforços acadêmicos e militantes desta pesquisa para com o programa MPED.

Dando seguimento a introdução, antes mesmo de adentrar nos capítulos e no produto de intervenção, segue a contextualização das protagonistas da pesquisa e do território, bem como o caminhar metodológico que foi empregado na elaboração deste trabalho de dissertação.

As protagonistas no Piemonte da Diamantina

Essa pesquisa foi tecida com e para as protagonistas das Cadernetas Agroecológicas, as agricultoras familiares do semiárido da Bahia, mais especificamente no território de identidade Piemonte da Diamantina, nos municípios de Jacobina, Caém e Várzea Nova. São mulheres de referências em suas comunidades rurais, que vivem em seus agroecossistemas familiares, ricos em biodiversidade, cultura, ancestralidade e saberes.

São mulheres que realizam os trabalhos produtivo, reprodutivo e de cuidados, garantindo a manutenção da vida de suas famílias. Realizam cultivo de hortaliças, leguminosas, frutíferas, forrageiras, além de plantas medicinais, condimentares e ornamentais, praticam o extrativismo de sementes e frutas nativas, a criação de animais de pequeno porte, como aves, caprinos e suínos. Garantem a soberania e segurança alimentar, os cuidados com a casa e a família através do trabalho doméstico. Trabalham em artesanatos, beneficiamento de doces e outros alimentos, dentre outras tantas pluriatividades para garantir renda, seja ela monetária ou não.

As agricultoras nesta pesquisa possuem subjetividades, origens, raças, religiosidades, modos de se relacionar com a família, a comunidade e com a natureza. Detêm sabedorias

ancestrais, passadas de avós para mães para filhas. São diversas, plurais e potentes. São mulheres sertanejas negras ou pardas, em sua maioria, de comunidades rurais localizadas em regiões remanescentes dos povos indígenas Payayá e quilombolas, podendo ser atestadas 29 quilombos do território certificadas pela Fundação Cultural Palmares (SECULT, 2020).

A cultura local, a maneira de se organizarem, viverem em comunidade e se relacionarem com a terra tem muito a dizer sobre seu trabalho no agroecossistema, como o conhecimento medicinais das plantas, as técnicas de manejo para preservação da natureza e a observação do calendário lunar para preparo dos solos para os plantios. Se expressam nas rezas, cantos, danças, mutirões, feiras, festejos, artesanatos, entre outros espaços de preservação da cultura.

As diversidades destas agricultoras fazem parte do território de identidade Piemonte da Diamantina, tendo a noção de territorialidade apresenta por Velloso (2013), como uma organização espacial que molda comportamentos sociais, ambientais, políticos, históricos e culturais. Território representa um conceito que emerge como tentativa de superar a “visão dicotômica entre global e local, e municipal e estadual, a partir do cotidiano, do lugar e da localização no espaço geográfico” (VELLOSO, 2013, p. 255).

Quando tratamos do território de identidade nesse trabalho, portanto, estou me referindo ao termo desenvolvido pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI) da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), como sendo uma unidade de planejamento para promover a integração de políticas públicas e gestão territorial com protagonismo dos atores sociais, dialogando o conceito de território com a visão multidimensional do desenvolvimento, na medida em que as identidades são estabelecidas pelo conjunto de elementos e diversidades ambientais, sociais, culturais, econômicos e políticos (PERAFÁN E OLIVEIRA, 2013; SEPLAN, 2020).

O Piemonte da Diamantina é um dos 27 Territórios de Identidade existentes na Bahia, constituídos unidades de planejamento das políticas públicas do Estado (PERAFÁN E OLIVEIRA, 2013). Dele fazem parte os municípios⁸ Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ouroilândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas, Várzea Nova (SEPLAN, 2020). Estão localizados no centro norte baiano, e de acordo com o IBGE (2010), a população registrava

⁸ As comunidades rurais participantes do Pró-Semiárido e com acesso às Cadernetas Agroecológicas nestes municípios são assessoradas por, respectivamente, COOPESER, Jacobina, Caém e Várzea Nova; COFASPI, Saúde, Mirangaba, Umburanas e Ouroilândia; APPJ (Associação de Pequenos Produtores da região de Jabuticaba), Miguel Calmon e Serrolândia.

230.203 habitantes, com densidade demográfica de 19,65 hab/km², sendo que 50,9% residem no meio urbano e 49,1% no meio rural. Os municípios têm em comum, portanto, a forte presença da agricultura familiar na economia local, através das atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas, às margens do Rio Itapicuru Mirim, e estão inseridos no bioma Caatinga, apresentando clima local semiárido e vegetação rasteira, mas também com áreas verde de grota de vegetação alta. Outra marcação de identidade é o patrimônio arqueológico com muitas cavernas, grutas e cachoeiras que atraem o turismo (SECULT, 2020).

As agricultoras também estão organizadas socialmente em associações comunitárias, sindicatos rurais, movimentos sociais populares, cooperativas de produção e/ou grupos de igrejas, articulações pelas quais puderam acessar a política pública do PSA, nas quais estão registradas como beneficiárias diretas, e não apenas como dependentes de seus esposos, como ocorre em outras políticas voltadas para o meio rural que consideram apenas um “chefe de família”.

Para as mulheres agricultoras é grande o desafio da autogestão na comunidade e nos agroecossistema, devido ao patriarcado e machismo na família. Por isso se faz tão importante um assessoramento técnico continuado pautado no feminismo, que possa levar as questões de gênero não só para os espaços formativos como também para a prática diária no campo, da divisão do trabalho doméstico ao desenvolvimento de experimentos agroecológicos. A Caderneta Agroecológica (CA) entra nesse processo como um meio de construir essa horizontalidade, onde a primeira mudança que ela provoca nesse espaço é o reconhecimento das mulheres como agricultoras que geram renda e sustento para a manutenção de todo agroecossistema.

Nessa perspectiva, as CA's foram apresentadas as agricultoras participantes do Pró-Semiárido em 2019, quando as equipes de ATC realizaram rodas de conversas com as mulheres em cada comunidade para convidá-las a participar da metodologia. A adesão foi construída coletivamente e voluntariamente, ou seja, não lhes foi imposto aderir à metodologia porque já eram participantes de outras atividades e investimentos do PSA. Com efeito, poucas foram as mulheres que se apropriaram das CA's em suas rotinas, devido as suas rotinas sobrecarregadas plena injusta divisão sexual do trabalho, contudo para aquelas que participaram da metodologia as mudanças se demonstraram significativas, conforme discutido no segundo capítulo.

Também são protagonistas nesse processo metodológico, as técnicas agrícolas que atuam no ATC, sem as quais não seria possível garantir as sistematizações e formações das CA's. Na equipe com a qual atuei na COOPESER, das 11 pessoas envolvidas no ATC, estavam 8 mulheres, sendo 6 técnicas agrícolas e duas engenheiras agrônomas. Uma equipe liderada e formada por maioria de mulheres é algo novo na área da assistência técnica e extensão rural, a qual sempre foi ocupada majoritariamente por homens. Por isso, também trago destaque em minha pesquisa para essas protagonistas, sistematizando a experiência de um ATC com olhar voltado para as questões de gênero e para o feminismo na construção da agroecologia.

As histórias das técnicas envolvidas nessa pesquisa se confundem com as das agricultoras do Piemonte da Diamantina e suas tessituras. Isso porque ou são filhas delas, ou se reconhecem também como agricultoras familiares. São jovens que viram no rural a oportunidade de profissionalização e de trazer para suas comunidades melhor desenvolvimento. A maioria se formou na Escola Família Agrícola (EFA) de Jaboticaba, município de Quixabeira, vizinho a Jacobina.

A pedagogia de alternância da EFA possibilita que a juventude rural acesse a formação técnica e de ensino médio, alternando o tempo na escola e em seus agroecossistemas (CALDART et al., 2012). A presença da EFA na região tem sido muito importante para agricultura familiar local, fruto da organização de movimentos sociais do campo, como o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), que incentiva a formação desses jovens. As técnicas da COOPESER, portanto, possuem identidade com o território, experiência técnica e conhecimento da realidade local, além de serem referências nas comunidades.

As técnicas exercem, ainda, papel de educadoras e assessoras da metodologia das CA's no âmbito do Projeto Pró-Semiárido. Para essa pesquisa são fio condutor das experiências aqui relatadas, validando os espaços de educação popular construídos com as CA's e as significativas mudanças na práxis de um assessoramento técnico feminista e agroecológico.

Além disso, sendo essa uma pesquisa participante em que tenho total envolvimento, tanto como pesquisadora quanto profissional e educadora que atuou no campo com e para as agricultoras, apresento meu relato de experiências no decorrer desse trabalho de dissertação. Trago registros do diário de campo, relatórios, vivências e das trocas de conversa dessa trajetória entre os anos de 2018 e 2021. Me apresento, portanto, como mais uma protagonista da metodologia das Cadernetas Agroecológicas no Piemonte da Diamantina.

O caminhar metodológico da pesquisa

Com vistas em investigar a contribuição da metodologia político-pedagógica Caderneta Agroecológica para processo de autonomia e protagonismo das agricultoras no Piemonte da Diamantina, foi realizada uma pesquisa social de caráter qualitativo, cuja condução da investigação foi orientada pelo que Gil (2008) classifica como pesquisa explicativa, onde se busca identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos.

A princípio da discussão da abordagem qualitativa e do método participante trabalhado, foi delimitado o pensamento teórico desta pesquisa na perspectiva feminista, a qual norteou as escolhas metodológicas e investigativas, à luz do materialismo histórico-dialético. Tomar tal teoria como base significa colocar uma lente na pesquisa, como explica Creswell (2007), quando trata sobre o papel que uma perspectiva teórica cumpre em guiar o estudo de um/a pesquisador/a qualitativo/a ao levantar, por exemplo, questões de gênero, classe e raça, bem como suas intersecções.

De acordo com Creswell (2007), a pesquisa qualitativa vem passando por relevantes transformações, a partir dos anos 80, ampliando seu escopo de investigação para incluir essas lentes teóricas:

(...) para guiar os pesquisadores em relação às questões que são importantes e devem ser examinadas (por exemplo, marginalização, delegação de poder) e às pessoas que precisam ser estudadas (por exemplo, mulheres, sem-teto, minorias). Elas também indicam como o pesquisador se posiciona no estudo qualitativo (por exemplo, isento ou influenciado pelos contextos pessoal, cultural e histórico) e como a narrativa final deve ser escrita (por exemplo, sem marginalizar ainda mais as pessoas, colaborando com os participantes). (CRESWELL, 2007, p. 141).

Nesse sentido, e dialogando com o campo das pesquisas qualitativas em Agroecologia, que carregam os aspectos do olhar materialista dialético, essa pesquisa foi baseada em Estudos Feministas, tendo como referência os trabalhos de Emma Siliprandi (2009) em sua tese sobre mulheres e agroecologia. De acordo com a autora, os Estudos Feministas foram desenvolvidos pelas ciências sociais como um campo de conhecimentos multidisciplinar e se propõem a desvendar situações ocultas nos estudos tradicionais, possibilitando uma análise dos mecanismos que promovem a exclusão das mulheres do protagonismo social.

A autora destaca a importância de se voltar o olhar da pesquisa ao conceito de gênero, a partir da perspectiva que ela descreve como:

a existência de processos sexuais de exclusão entre os homens e as mulheres, construídos socialmente, e produtores de diferentes subjetividades. O conceito não será utilizado em seu sentido meramente descritivo ou naturalizador das atitudes e das hierarquizações existentes, mas como um “problematizador”. (SILIPRANDI, 2009, p.20)

Como as pesquisas qualitativas buscam estudar aspectos da realidade, a fim de compreender as relações sociais e sua dinâmica (GIL, 2008), considero essencial destacar o “lugar de fala”, ou melhor, a matriz a que se pretende o desenvolvimento da pesquisa. Nesse caso, desde minhas primeiras práticas de pesquisa e de militância política nos movimentos sociais agrários, venho realizando meus estudos à luz do materialismo histórico-dialético, somando, mais tarde, a lente da perspectiva teórica da crítica feminista, a qual considero indispensável no meu fazer pesquisa, pois trata de destacar as relações de gênero e opressões que o materialismo dialético sozinho não tem dado conta (SILIPRANDI, 2009). Enquanto mulher filha de agricultoras familiares e formada nas ciências agrárias, ambiente masculinizado e a serviço do capital, a composição desse olhar teórico é o que me desloca em busca dos objetivos práticos dessa pesquisa.

O materialismo histórico-dialético pode ser compreendido como um paradigma de interpretação da realidade que se fundamenta em três grandes princípios apresentados por Engels, a partir da crítica marxista, em 1974: a) A unidade dos opostos, onde todo objeto e fenômeno tem aspectos contraditórios, e a luta dos opostos constitui a fonte do desenvolvimento da realidade (ex: a luta de classes); b) Quantidade e qualidade, no sentido do processo em que se desenvolve mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas. c) Negação da negação, em que a mudança nega o que é mudado e o resultado, por sua vez, é negado, mas esta segunda negação conduz a um desenvolvimento (sentido de mudança) e não a um retorno ao que era antes (GIL, 2008).

Nesse sentido, as pesquisas realizadas sob a luz do materialismo dialético e do marxismo realizam uma interpretação dinâmica da realidade em que os fatos sociais nelas investigados não podem ser entendidos isoladamente, ou seja, sem considerar as influências políticas, econômicas e culturais etc., distinguindo-se bastante das pesquisas de ótica positivista, que enxerga fatores isoladamente (GIL, 2008; CRESWELL, 2014).

A essencialidade em localizar a teoria ou o padrão na pesquisa qualitativa, conforme apresenta Creswell (2007), ainda, orienta a maneira como a teoria é usada e que afeta os posicionamentos e análise dos resultados de um estudo qualitativo. De acordo com o autor, em

estudos com uma lente teórica, a teoria ocorre em suas passagens de abertura do estudo, consistente com o projeto emergente de investigação qualitativa, podendo, inclusive, ser modificada ou ajustada com base nas visões dos participantes.

Mais atual, Roseli Caldart (2014) apresenta relevantes contribuições sobre a produção científica materialista dialética no livro “MST Universidade e Pesquisa” que reúne trabalhos acerca da apropriação da ciência e práticas de pesquisas nos processos formativos de trabalhadores/as vinculados aos movimentos sociais, sobretudo ligados à Via Campesina. A autora chama atenção para a necessidade de fundar uma base de análise da realidade com unidade teórico-metodológica e valores sociais que sirvam de parâmetro para a produção científica voltada ao movimento. Isso por que, ela parte do pressuposto de que “há uma relação necessária entre produção científica e projeto histórico, entendido como um projeto de classe” (CALDART, 2014, p. 138).

Com efeito, a autora explica que não é possível avançar enquanto trabalhadores em luta pela superação da agricultura capitalista, se não se avança em formulações teóricas que atendam a construção de um projeto de sociedade e de agricultura, o que é possível dentro da compreensão do materialismo histórico-dialético, onde somente os/as trabalhadores/as se apropriando da ciência podem transformar os conhecimentos científicos em ferramentas da luta de classe (CALDART, 2014).

Um grande desafio de pesquisa que temos hoje é apreender qual é mesmo a essência da agricultura capitalista, enquanto lógica produtiva, que envolve questões de matriz científica e tecnológica (...) Da mesma forma precisamos apreender a essência do que está sendo chamado de lógica agroecológica de produção (...) Estamos afirmando, em síntese, que sem entender como o capital incide hoje sob a agricultura, não se tem como entender os limites do desenvolvimento de alternativas de outra lógica (CALDART, 2014, p. 151-152).

Ainda no contexto de movimento dialético para compreensão da realidade, Frigotto (2014), em mesma obra, apresenta contribuições sobre concepções e práticas científicas contra-hegemônicas do fazer ciência. De acordo com o autor, a cientificidade do conhecimento quando comprometido com os processos de transformação da realidade produzida pelo capitalismo, bem como da ciência que serve para fortalecê-lo, tem sua matriz na pesquisa materialista histórica:

a concepção de ciência e de pesquisa, que se vincula em processos de transformação radical (pela raiz) da sociedade, insere-se na luta de classes e na especificidade em que ela se apresenta na atual realidade. (...) o conhecimento que se constitui em força material gesta-se na práxis revolucionária, portanto não é da ciência positivista e

funcionalista que alimenta a reprodução do capital. Revolucionário é o conhecimento que se constrói dentro da concepção materialista histórica da realidade humana e do método dialético materialista histórico, que busca sua compreensão (FRIGOTTO, 2014, p. 110-111).

Creswell (2007; 2014) discute também as alegações de conhecimento reivindicatórias/participatórias, posição que surgiu durante os anos 80 e 90 como crítica de que as suposições pós-positivistas impunham leis e teorias estruturais que não incluíam pessoas ou grupos marginalizados, ou que não abordavam questões de justiça social, por exemplo. Historicamente, pesquisadores brasileiros reivindicatórios/participatórios (ou emancipatórios), em sua maioria, se basearam nos trabalhos de Marx, Adorno, Marcuse, Habermas e Freire (NEUMAN, 2000, apud CRESWELL, 2007).

Os/as pesquisadores/as emancipatórios/as acreditam que a investigação precisa ser entrelaçada com política e, sobretudo, com uma agenda política, ou seja, ela deve apresentar uma ação para reforma que possa mudar a vida dos participantes e/ou as instituições, sendo necessário também abordar questões específicas de aspectos sociais atuais importantes, “como delegação de poder, desigualdade, opressão, dominação, supressão e alienação.” (CRESWELL, 2007, p. 27).

A perspectiva feminista apresenta, portanto, caráter de pesquisa emancipatória, pois centra em problemáticas das diversas situações e instituições femininas que estruturam esses cenários, podendo incluir em seus tópicos de pesquisa, por exemplo, questões políticas relacionadas à percepção da justiça social para as mulheres em contextos específicos ou reconhecimento de opressão, juntamente a uma ação participatória e dialética, concentrada em mudar tais práticas opressoras que criam as realidades na vida das mulheres (CRESWELL, 2014).

A teoria feminista realiza, ainda, uma crítica à produção do conhecimento científico, conforme discute Lourdes Bandeira (2008), ao mesmo tempo que contribui para a ciência com o acesso das mulheres à mesma, especialmente no campo da teoria social. A autora destaca que a crítica feminista parte do fato de que a produção do conhecimento científico tem sido historicamente dominada pelos homens. Ainda que essa constatação não signifique a exclusão das mulheres, ela explicita que as resistências existentes à presença delas no campo científico são ainda inquietantes (BANDEIRA, 2008).

Segundo Lourdes Bandeira (2008), a crítica feminista está evidenciada nas contribuições relativas às mudanças propostas nos fundamentos da ciência, assim como nas culturas que lhe outorgam valor. A autora considera que as feministas não foram as primeiras e nem as únicas a elaborar uma crítica à ciência moderna, como atores, grupos e movimentos “anticolonialistas, oriundos da contracultura, ecologistas, antimilitaristas, entre outros, realizaram agudas críticas ao processo de conhecimento científico, o qual, afora outras questões, excluía as mulheres de seu fazer (BANDEIRA, 2008, p 2009).

Lourdes Bandeira (2008) explica, ainda, que centralidade da crítica feminista está posta na forma de organização do mundo social e natural materializado nas relações sociais, cognitivas, éticas e políticas entre homens e mulheres, onde a ausência das mulheres e o silêncio em torno de sua presença na história, revela a associação hegemônica entre masculinidade e pensamento científico.

A crítica feminista é resultado de processos de interação com os movimentos sociais, além de outros engajamentos, como a da experiência feminina em sua concretude, a qual passa a compor parte dessa crítica que emerge em um contexto movediço, em um mundo instável e em mudança. Portanto, supõe-se que as frentes críticas ao conhecimento científico contemporâneo predominante, embora persistentes, não são e nem serão permanentes, por um lado; por outro, a crítica feminista, ao desafiar o “ethos” masculinista da ciência na busca por “objetividades dinâmicas”, por exemplo, acabou por enredar-se na delimitação do próprio campo. Com a incorporação do conceito relacional de gênero (...) usado para referir um sistema de signos e símbolos denotando relações de poder e hierarquia entre os sexos (BANDEIRA, 2008, p. 211).

Nesse mesmo contexto, Zuleide Paiva Silva (2020) apresenta a crítica abordando a interseccionalidade como princípio do campo feminista, destacando o paradigma “O pessoal é político”, um discurso coletivo que emerge nos anos 70 e 80 por pesquisadoras de diferentes áreas, e em grupos feministas de estudos, como uma reflexão que politiza o cotidiano, pois “evidencia que a vida doméstica (pessoal) e a vida não doméstica (pública) não podem ser interpretadas isoladamente, que é preciso pensar as relações pessoais como relações de poder” (SILVA, 2020).

Ao questionar as fronteiras entre o pessoal e o público, a crítica dos movimentos feministas vem modificando as formas de entender a política e o poder, pois coloca em questão o exercício do poder político hegemônico e as bases em que ele se estrutura, conforme evidencia Zuleide Silva (2000). Foi a partir da incorporação e da difusão do paradigma o “pessoal é político”, que também surgiram novas questões e temáticas, a exemplo da raça, sexualidade, aborto, violências, trabalho doméstico, relações sociais e políticas entre os sexos, dentre outras

questões, que emergiram dando fôlego aos movimentos feministas e as pesquisadoras (SILVA, 2020).

É nesse sentido que Zuleide Silva (2020) chama atenção para as interseccionalidades, como tem feito desde 2017 com sua tese “Sapatão não é bagunça” (SILVA, 2017). Ao questionar a categoria de análise androcêntrica do sujeito da ciência: o homem adulto branco, heterossexual, ocidental, casado e viril, a autora demonstra que pode-se associar a exclusão de gênero a outras formas de exclusão, como às de raça, classe e sexualidade, uma vez que a perspectiva centralista do discurso científico não exclui apenas a mulher, mas também qualquer homem que esteja fora de tal modelo androcêntrico. Diante disso, a crítica feminista ressalta que é preciso questionar a institucionalidade dos saberes, investigar novos caminhos, novos pressupostos (SILVA, 2017).

As perspectivas feministas apontam que as mulheres não compartilham “as mesmas experiências de opressão, que é preciso diferenciá-las para entender as suas especificidades e não universalizá-las através da categoria mulher” (SILVA, 2020, p. 11). Isso quer dizer que, de acordo com a autora, há diferenças que fazem a diferença, ou seja, o que as mulheres têm em comum é a luta contra o sexismo, mas isso não garante o enfrentamento ao racismo e, da mesma maneira, as lésbicas negras afirmam que a luta contra o racismo não garante sozinha o enfrentamento a opressão sexual, como mostra Bell Hooks em sua obra ‘O feminismo é para todo mundo’ (HOOKS, 2018).

Pesquisas materialistas dialéticas baseadas na lente teórica da crítica feminista, portanto, devem considerar a interseccionalidade, não caindo na mesma falha que a dialética sozinha tende a cair, ou seja, desconsiderar as subjetividades e as diversas formas de opressão para além do contexto histórico, deixando de buscar superá-las no contexto atual. Por isso, tratamos nessa pesquisa de feminismos, no plural, considerando as contribuições do feminismo negro, feminismo lésbico, feminismo ecológico e feminismo popular, aliadas ao pensamento feminista agroecológico no qual se centra o presente estudo.

Dentre os diversos métodos das pesquisas sociais qualitativas, esse trabalho assumiu o método participante na busca a imersão na realidade estudada. De acordo com Felcher et al. (2017), é comum que a pesquisa participante seja definida como sinônimo de pesquisa-ação, ou ambas serem denominadas como pesquisa participativa, investiga-ação, investigação participativa, investigação militante, pesquisa popular, intervenção sociológica, dentre outras

definições. Contudo, conforme explica Gil (2007), existem particularidades teóricas muito comuns aos dois métodos, mas há diferenças práticas. O que se pode afirmar é que ambos surgem numa perspectiva contrária aos tradicionais métodos de pesquisa, em que são realizados com distanciamento entre pesquisador/a e pesquisado/a, e nem se propõe mudanças nas realidades estudadas.

Para Brandão e Borges (2007), em termos de Brasil e de América Latina, existem diferentes experiências de Pesquisa Participante entre as décadas de 60 e 80, que se originam dentro de diversas unidades de ação social que atuam junto a grupos ou comunidades populares. Em sua maioria, elas foram praticadas dentro de movimentos sociais populares ou a serviço deles. Os autores explicam que o método se origina de diferentes fundamentos teóricos e estilos de construção de modelos de conhecimento social através da pesquisa científica, não existindo um “modelo único ou uma metodologia científica própria a todas as abordagens da pesquisa participante” (BRANDÃO E BORGES, 2007, p.53).

As alternativas de pesquisa participante da tradição brasileira e latino-americana sonharam inovar. As abordagens conhecidas e praticadas como ações sociais com base em conhecimentos científicos, através do aporte de novas alternativas de trabalho junto a grupos e a comunidades populares, observam hoje em dia uma grande variedade de alternativas. De modo geral, os seus ganhos teóricos e ideológicos foram e seguem sendo maiores do que as suas realizações práticas (BRANDÃO E BORGES, 2007, p.55).

De acordo com os autores, as experiências pioneiras de pesquisa participante estão relacionadas com os escritos de Fals Borda e Paulo Freire, tendo suas origens relacionadas aos contextos sociais e políticos de seus tempos, desenvolvendo-se inicialmente no âmbito educacional.

Nesse sentido, Fals Borda define a pesquisa participante como aquela que:

(...) responde especialmente às necessidades de populações que compreendem operários, camponeses, agricultores e índios - as classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas - levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir. E a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases (BORDA, 1983, p. 43 apud GIL, 2007, p. 31).

Já a Pesquisa-Ação tem destaque com os escritos de Thiollent, considerado pioneiro nesse método, e em pesquisas antropológicas. Muitas são as similaridades nas definições dos dois métodos, pois ambos se propõe a um grande desafio metodológico, descrito por Thiollent (1986), que consiste em fundamentar sua inserção dentro de uma perspectiva de investigação

científica de modo aberto, onde a ciência não seja sinônimo de "positivismo", "funcionalismo" ou de outros "rótulos" (THIOLLET, 1986, p. 20).

O autor define Pesquisa-Ação como:

um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLET, 1986, p. 14).

Mas, como diferenciar a prática da Pesquisa-ação e Pesquisa participante? Em estudo sobre os métodos desenvolvido por Felcher et al. (2017), os autores explicam que toda pesquisa-ação é do tipo participativa, contudo, na pesquisa-ação o pesquisador não é necessariamente pesquisado. Já na pesquisa participante cada envolvido/a é pesquisador/a e pesquisado/a ao mesmo tempo, ou seja, todos/as são participantes, mesmo que em diferentes graus de envolvimento.

Outra diferença destacada pelos autores é que o/a pesquisador/a “tem uma ação destinada a resolver o problema em questão” (FELCHER et al., 2017, p. 7) na Pesquisa-ação, enquanto na Pesquisa participante o/a pesquisador/a não tem necessariamente uma ação destinada a resolver um problema, sendo que as metas e o desenvolvimento do projeto não estão previamente determinados, mas se elaboram com a intervenção de todos/as participantes no decorrer do mesmo (FELCHER et al., 2017).

Nesse sentido, o presente trabalho assume o método de pesquisa com e para agricultoras familiares do Piemonte da Diamantina, sendo um estudo sobre como as CA's tem contribuído para o fortalecimento de seu protagonismo no agroecossistema, bem como podem continuar desempenhando esse e outros papéis através do trabalho das equipes de ATC na região e com agricultoras que ainda não acessaram a metodologia.

Estando de acordo com Rocha (2004), essa pesquisa participante, portanto, considera sua singularidade e sob duas as dimensões apresentadas a seguir. A primeira delas é dada pela “relação entre a teoria e a prática na busca da sua interação dialética, o que significa trabalhar na perspectiva da práxis” (ROCHA, 2004, p.2). Segundo a autora, essa característica pode dar à pesquisa participante uma aparente utopia quando concebemos o conhecimento científico enquanto um “conhecimento aproximado”, mas, considerando as contradições da sociedade percebemos o quão limitado se torna o rigor e a objetividade a que, por vezes, pode ser reduzido a um método.

Nesse sentido, o método científico, quando apropriado acriticamente, impede o conhecimento e o compartilhamento dessa realidade que é a sabedoria popular. Então Rocha (2004) explica que isso traz reflexos diretos na participação conjunta e (re)educativa para a transformação social que, por sua vez, passa pela investigação participativa. E é aí que está a segunda dimensão da pesquisa participante, apresentada pela autora, que é trazer à tona a sabedoria e tradição popular, que, embora tenha seu alicerce no senso comum, “possui validade científica já que tem uma racionalidade própria que pode ser demonstrada cientificamente” (ROCHA, 2004, p.2).

Em relação aos instrumentos e práticas de pesquisa participante, estes foram traçados conforme cada objetivo específico do trabalho, à luz da dialética e dos estudos feministas que guiaram tais escolhas, conforme o diagrama abaixo.

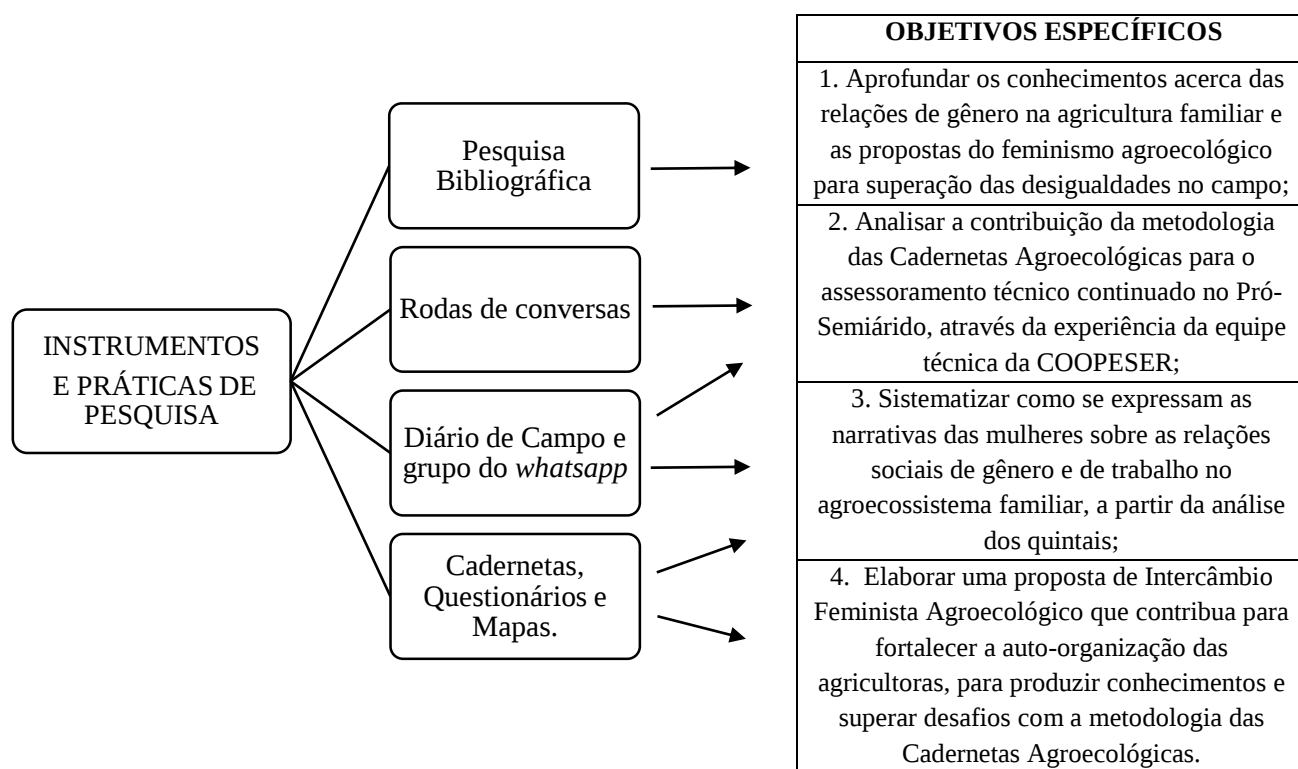


Diagrama 1. Estrutura metodológica da pesquisa, seus instrumentos e objetivos.
Fonte: Elaboração Própria.

A investigação qualitativa emprega diferentes formas de construção do conhecimento, estratégias de investigação e métodos de coleta e análise de dados, conforme apresenta Creswell (2014). De acordo com o autor, tais procedimentos, mesmo dentro das estratégias estabelecidas,

não são nada uniformes. Isso porque o/a pesquisador/a qualitativo vê os fenômenos sociais holisticamente, ou seja, como um todo, de maneira integral, e quanto mais complexa, interativa e abrangente a narrativa, maior o estudo e seus desdobramentos.

Outro aspecto considerado por Creswell (2014), nesse sentido, é que o ‘eu pessoal’ é inseparável do ‘eu pesquisador’, representando honestidade e abertura para pesquisa e reconhecendo que toda investigação é carregada de valores. Seu raciocínio complexo multifacetado, embora indutivo, também é interativo, fazendo um ciclo que vai da coleta e análise de dados até a reformulação do problema e voltando. Por isso é comum para nós, pesquisadores/as do qualitativo adotarmos uma ou mais estratégias de investigação como guia de procedimentos (CRESWELL, 2014).

Por outro lado, de acordo com Mirian Goldenberg (2004), nenhuma pesquisa qualitativa é totalmente controlável, com início, meio e fim previsíveis, e que, portanto, não há um único modelo de pesquisa. “A pesquisa é um processo em que é impossível prever todas as etapas. O pesquisador está sempre em estado de tensão porque sabe que seu conhecimento é parcial e limitado — o possível para ele” (GOLDENBERG, 2004, p. 8).

Nesse sentido, os instrumentos escolhidos para esta pesquisa passaram por algumas transições desde o projeto inicial, sendo adaptados às realidades que se alteraram, a exemplo do isolamento social e pandemia do covid-19, e ao contexto das demandas das protagonistas, como os formatos das entrevistas que foram indicados pelas técnicas participantes. Também a inclusão da avaliação dos mapas da sociobiodiversidade e dos questionários surgiu na reta final da pesquisa, a partir da percepção da riqueza desses dados tanto durante a escrita teórica. Se tratando de uma pesquisa participante onde o diálogo e conhecimento está a todo momento em constante construção, essas alterações foram muito bem vindas.

Diversos aspectos surgem durante um estudo qualitativo. As questões de pesquisa podem mudar e ser refinadas à medida que o pesquisador descobre o que perguntar e para quem fazer as perguntas. O processo de coleta de dados pode mudar à medida que as portas se abrem ou se fecham para a coleta de dados, e o pesquisador descobre os melhores locais para entender o fenômeno central de interesse (CRESWELL, 2007, p. 186).

A pandemia nos levou ao isolamento social desde março de 2020, modificando não só os prazos dessa pesquisa, como também o olhar sobre os instrumentos e as práticas aqui propostas. Enquanto pesquisadora, particularmente, passei por um processo de tensão para repensar a estrutura desse trabalho, pois, conforme explica Creswell (2014), a coleta de dados

envolve participação ativa dos/as participantes. Foi necessário respeitar o contexto de isolamento para preservar a vida das agricultoras, sobretudo, considerando que muitas delas fazem parte de grupos de risco e que todas estão em comunidades rurais afastadas dos centros urbanos e com acesso precário à assistência de saúde pública ou privada.

Como buscar o envolvimento das participantes na coleta de dados com harmonia e credibilidade no estudo? De acordo com Creswell (2014) os métodos de coleta de dados, tradicionalmente baseados em observações abertas, entrevistas e documentos, podem incluir, atualmente, um vasto leque de materiais também através do meio digital. O primeiro pensamento foi, portanto, recorrer a adaptação de todos os instrumentos pré-selecionados para o online, com intermédio de tecnologia e internet. Não seriam tantas perdas, no sentido do método participante, visto que já tenho bastante proximidade com o campo.

Então, as rodas de conversa ocorreram através de videoconferência com as técnicas, substituindo as entrevistas semiestruturadas presenciais, e os diálogos com as agricultoras através do grupo criado no *whatsapp* para trocas de conversas, tendo essa última estratégia me surpreendido positivamente, e ainda contribuindo para inclusão digital destas mulheres.

A princípio pensei na realização de entrevista semiestruturada individual com algumas representantes da equipe técnica, partindo da compreensão, descrita por Gil (2008), de que esse instrumento é um facilitador da investigação em forma de interação social, sendo adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas “sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações” (GIL, 2008, p.109).

Contudo, na primeira reunião com a equipe técnica para apresentar a proposta de pesquisa, decidimos realizar um segundo encontro, em mesmo formato de roda de conversa, com participação de todas as protagonistas, ao invés de escolher representantes para serem entrevistadas individualmente. Essa foi uma rica decisão coletiva, possível no método participante, que possibilitou um espaço de troca de conhecimentos mais horizontal, onde pude ouvir todas as envolvidas a partir de um protocolo com questões geradoras pré-selecionadas para investigação da pesquisa, realizado em 01 de julho de 2021 por meio de videoconferência.

Pessoalmente, foi muito gratificante ver o envolvimento e vontade de todas em participarem, pois elas não queriam escolher representantes para não excluir a contribuição de

nenhuma das técnicas. Havia ali um sentimento de pertencimento, identificação e vontade de sistematizar as experiências de todas a respeito das CA's, reforçando também os laços de companheirismo que construímos no caminhar desse processo trabalhando juntas.

Dessa forma, foram tomados alguns cuidados, conforme orientações de Thiollent (1986) sobre o roteiro de entrevistas semiestruturadas, adaptando para a roda de conversas. Foram garantidos elementos explicativos, tomando cuidado não orientar as respostas em função das expectativas e procurando descondicionar as pessoas para que não respondam apenas com facilidade ou reflexo, ou seja, estimulando a criticidade.

Realizei poucas perguntas diretas, seguindo o protocolo de questões geradoras elaborado por mim (anexo A), e deixei as participantes falarem mais livremente e trocasses informações entre si. Intervi apenas nos poucos momentos em que afastaram das pautas, mas de maneira sutil para preservar a espontaneidade do processo (GIL, 2008). Os resultados dessas trocas estão apresentados e discutidos no capítulo dois deste trabalho.

Após ter definido o instrumento da roda de conversas com as técnicas agrícolas, me esbarrei com a problemática do instrumento do encontro de intercâmbio, o qual foi desenhado em meu projeto de pesquisa de mestrado a partir das sugestões que obtive na aproximação com o campo. Tive certa dificuldade em abrir mão desse instrumento, que consistia em reunir agricultoras representantes das comunidades rurais participantes do PSA, de Caém, Várzea Nova e Jacobina, no quintal de uma delas, para juntas trocarem experiências sobre as CA's e a gestão do agrecossistema e divisão sexual dos trabalhos. Seria nesse encontro que eu coletaria os depoimentos e registros audiovisuais para minha pesquisa.

Contudo, como já mencionado antes, esse instrumento foi comprometido pelas medidas de restrição da pandemia. Algumas ideias de adaptação foram pensadas, inclusive pensei em realizar o intercâmbio de maneira virtual por videoconferência. Tal proposta foi levada para a primeira roda de conversa com as técnicas, a fim de que elas avaliassem o instrumento.

Por fim, foi decidido coletivamente que o intercâmbio não seria realizado de maneira online para evitar que se tornasse um espaço limitador e pouco participativo para as agricultoras, uma vez que o acesso à internet nas comunidades rurais ainda é muito instável, nem todas dominam as ferramentas de videoconferência e algumas só poderiam acessar em determinadas localidades e horários, dentre outras questões. Inclusive, esse formato já foi

experimentado em outras atividades do PSA, que por um lado foi positivo para não parar as atividades de ATC, mas por outro foi de baixa participação e ocorreu de maneira mais verticalizada do que gostaríamos, devido às limitações com internet.

Também pensamos na possibilidade de realizar o espaço com poucas mulheres, algumas representantes, para garantir o intercâmbio. Mas, depois de reflexões e debates percebemos a importância que o encontro teria para todas elas, que tanto já haviam se animado com a possibilidade, sendo uma oportunidade de fortalecer os princípios de auto-organização das mulheres. Nesse sentido, decidimos deixar o intercâmbio para ser realizado de fato de maneira presencial, como idealizado a princípio, quando conjuntura de pandemia permitir e as agricultoras estiverem vacinas. Portanto, esta será minha proposta de intervenção, elaborada e apresentada ao final desse trabalho de pesquisa.

O intercâmbio é uma ferramenta que deve oportunizar que os/as agricultores/as visitem as experiências uns dos/as outros/as, estabelecendo espaços estratégicos de diálogos de conhecimentos e construção de alternativas viáveis na agroecologia e na agricultura familiar. Esse processo, conforme o Silva (2016), não se dá apenas no mundo das ideias, ele permite o olhar da realidade, permeado pelo mundo concreto que ilumina um horizonte que antes parecia obscuro.

Por outro lado, foi também o contexto de pandemia que nos levou a criação de um rico espaço interativo para trocas de saberes e inclusão digital, o grupo de *whatsapp* intitulado “Mulheres das Cadernetas”. Quando as visitas de campo e o assessoramento técnico presencial foram suspensos, a partir de março de 2020, tive a iniciativa de criar esse grupo com o intuito de que pudéssemos nos fortalecer mutuamente no período de isolamento social.

Assim, o espaço de trocas no *whatsapp*, uma ferramenta fácil, mais acessível e presente no cotidiano da maioria das agricultoras, se tornou um verdadeiro grupo de companheiras e de apoio feminista. Foram adicionadas mulheres de todas as comunidades participantes da metodologia das CA's, que se organizavam por meio de 9 núcleos de mulheres, as técnicas agrícolas e as coordenadoras da equipe da COOPESER. Juntas enviamos áudios, mensagens e fotografias umas para as outras, contando as novidades da produção, experimentos de práticas agroecológicas e desafios com as CA's, sempre umas ajudando as outras, ainda hoje.

Ao observar o potencial desse espaço, então, pensei: por que não trazer para a minha pesquisa a validação dos conhecimentos ali construídos, avaliando o grupo de *whatsapp* como um instrumento? E então, com devida autorização das participantes, coletei dados do grupo para reflexões e discussões acerca dos resultados das CA's para o empoderamento dessas mulheres. O grupo de *whatsapp*, portanto, se tornou um importante instrumento de pesquisa para trazer as vozes das agricultoras a essa dissertação, através das transcrições de seus relatos.

Outro instrumento de grande importância para o desenvolver dessa pesquisa participante foi o diário de campo, no qual coletei informações, depoimentos e impressões durante meu trabalho em campo com a metodologia das CA's, sob orientações dos componentes Laboratório de Prática e Pesquisa Educacional I e II do programa curricular do MPED. A prática de anotação no diário de campo foi um primeiro e importante passo para o desenvolver do meu olhar pesquisadora, onde antes eu era somente participante. Compreender meu papel de pesquisadora e participante nesse processo, foi fruto de um rico desafio de observação da realidade imergida.

Os registros no diário de campo foram realizados em 2019 e 2020 durante as vivências de cada etapa da metodologia: espaços de formação, visitas técnicas, rodas de aprendizagem, aplicação dos questionários, encontro sobre mapas da agrobiodiversidade, encontro regional de formação e avaliação, entre outras atividades.

Também foram utilizadas como ferramentas para essa pesquisa, os dados tabulados das CA's das agricultoras participantes no Piemonte da Diamantina, bem como seus questionários de caracterização socioeconômica e os mapas da sociobiodiversidade. Os três materiais foram cedidos pela atual coordenação da equipe de assessoramento técnico no PSA da COOPESER, mediante Termo de Autorização Institucional da Coparticipante e Termo de Confidencialidade, ambos aprovados pelo Comitê de Ética da UNEB em abril de 2021.

E assim se fez a pesquisa participante, imergindo e se deixando imergir pelo campo durante o caminhar do estudo. Foi preciso estar aberta, viver as realidades e se deixar atravessar pela escrita, permitindo costurar os caminhos da metodologia na prática. No caminhar. Os métodos foram traçados, mas por não serem fechados e absolutos, puderam ser moldados pelas protagonistas da pesquisa, e assim ganharam um novo caminho, mais coletivo e diverso. A beleza do caminho se faz caminhando!

1. SEM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA

*“Não somos só guardiãs da natureza.
Nós somos a própria natureza.
Se permitirmos sua destruição,
estamos permitindo a nossa destruição.”*
(Sônia Guajajara)

A palavra de ordem “Sem Feminismo não há Agroecologia”, que intitula o primeiro capítulo dessa dissertação, foi forjada pelas mulheres do movimento agroecológico que vêm reafirmando lugar do feminismo nos espaços de construção de lutas e do conhecimento, como nos últimos Congresso Brasileiro de Agroecologia – CBA⁹ e Encontro Nacional de Agroecologia – ENA¹⁰. Nesse sentido, esse capítulo tem por objetivo endossar esse movimento de afirmação do feminismo na agroecologia, discutindo acerca das relações de gênero na agricultura familiar e tecendo transformações para a vida das mulheres do campo.

A agroecologia tem sido discutida no Brasil como um campo do conhecimento que articula ciência, prática e política, em contraponto ao processo de modernização conservadora da agricultura, a partir da revolução verde em 1970. Esse modelo, que deu origem ao que conhecemos hoje como agronegócio, intensifica a mecanização, a prática monocultura, o desmatamento e o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, trazendo grandes ameaças ao meio ambiente, a soberania e a segurança alimentar, além de acirrar os conflitos agrários e a desigualdade social no campo, explorando os trabalhos invisibilizados das mulheres (BARROS, 2018; TELLES, 2018).

No entanto, apesar da agroecologia começar a ser discutida no final da década de 1980 pelos movimentos sociais do campo e organizações não-governamentais, inicialmente conhecida como “agricultura alternativa” (ao agronegócio), ela tem raízes nas práticas ancestrais dos povos tradicionais e da agricultura camponesa, nas quais as mulheres sempre foram as protagonistas (Siliprandi, 2009).

⁹ O XI CBA aconteceu em Aracaju/SE em 2019, é um evento anual de diálogos científicos e práticos sobre a agroecologia organizado pela Associação Brasileira de Agroecologia – ABA em parceria com instituições de ensino, pesquisa e extensão e sociedade civil organizada em torno das demandas da agricultura familiar.

¹⁰ O IV ENA foi realizado em Belo Horizonte/MG em 2018, organizado pela Articulação Nacional de Agroecologia – ANA, organização que reúne movimentos sociais, redes e grupos de agroecologia. O evento ocorre em média a cada 4 anos e tem caráter político e formativo.

Dessa forma, em acordo com o que Eliane Barros (2018) defende em sua pesquisa, considero neste trabalho a agroecologia como um processo para além dos aspectos tecnológicos ou agrônômicos de plantar e lidar com os animais, mas em primeiro lugar como um modo de vida, tendo a ela somadas propostas sociais, políticas e econômicas para a agricultura familiar enquanto categoria, a qual apresenta ainda contradições que precisam de fato serem superadas.

Eliane Barros (2018) defende, ainda, que se a agroecologia pretende ser um novo paradigma que repensa o saber de forma horizontal e articulado às demandas do campo, as mulheres agricultoras devem ser visibilizadas como construtoras de conhecimentos e agentes/sujeitas políticas. Para isso, a agroecologia precisa estar pautada, em todos seus campos do conhecimento – ciência, prática, política e modo de vida –, no enfrentamento às desigualdades de gênero e das violências patriarcais e racistas contra as mulheres.

Esse capítulo, portanto, discute as contribuições da agroecologia em defesa da vida, através do feminismo, como tem feito Maria Emília Pacheco, Emma Siliprandi, Gema Esmeraldo, Maria Ignez Paulilo, Laeticia Jalil, Elisabeth Cardoso, Liliam Telles, entre outras pesquisadoras brasileiras que na última década tem dedicado seus trabalhos a elucidar o papel produtivo e político das mulheres agricultoras para ressignificar o modelo de reprodução família-produção-trabalho, e, mais recente, por meio da metodologia político-pedagógica das Cadernetas Agroecológicas.

1.1 Movimento agroecológico: breve histórico e conceitos

A agroecologia emerge como um movimento em contraposição à modernização do campo e dos impactos socioambientais trazidos pelo pacote tecnológico da revolução verde, a partir dos anos 1970. De acordo com Siliprandi (2009), após a II Guerra Mundial a agricultura no Brasil recebeu investimento técnico e financeiro de instituições internacionais sob o pretexto de alimentar o mundo pós-guerra. Esse processo, que de verde tem só o nome, promoveu um aumento grandioso na produtividade agrícola, pelo uso de tecnologias reaproveitadas da guerra como fertilizantes químicos, agrotóxicos, máquinas pesadas e sementes transgênicas.

Tal pacote tecnológico, que foi disseminado através da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER¹¹, ao contrário do que prometia matar a fome, trouxe ainda mais desigualdade

¹¹ Serviço estatal que teve início no Brasil na década de 1960 para oferecer orientação técnica e educativa sobre agricultura e pecuária aos pequenos agricultores (EMATER, 2012).

para o campo brasileiro, beneficiando grandes latifundiários na exportação de grãos e limitando a autonomia da agricultura de base familiar, que se tornou refém da perda da agrobiodiversidade¹², do aumento de doenças causadas por agrotóxicos, dos solos e alimentos contaminados, da menor oferta de trabalho e mão-de-obra substituída pelos maquinários, entre outros problemas (MACHADO et al., 2008).

Diante dessa crise ecológica e do êxodo rural, de um lado houve o processo de favelização dos centros urbanos e de outro se agravaram os conflitos agrários (CALAÇA e WATANABE, 2017). Diversos movimentos sociais e camponeses passaram a questionar esse modelo de agricultura moderna, que se tornou hegemônica mas se demonstra cada vez mais insustentável. Para tanto, foi preciso resgatar os conhecimentos tradicionais no fazer da agricultora, conforme explicam Caporal e Costabeber (2004):

passaram a surgir estas agriculturas alternativas, com diferentes denominações: orgânica, biológica, natural, ecológica, biodinâmica, permacultura, entre outras, cada uma delas seguindo determinadas filosofias, princípios, tecnologias normas e regras, segundo as correntes a que estão aderidas. Não obstante, na maioria das vezes, tais alternativas não conseguiram dar as respostas para os problemas socioambientais que foram se acumulando como resultado do modelo convencional de desenvolvimento e de agricultura que passaram a predominar, particularmente, depois da II Grande Guerra (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 7).

De acordo com os autores, é neste ambiente de construção de novos conhecimentos, que nasceu a Agroecologia, a princípio com a terminologia “agricultura de base ecológica”, trazendo novo enfoque científico para oferecer suporte a uma transição ao desenvolvimento rural sustentável.

Neste sentido, Emma Siliprandi (2009) define a sustentabilidade de forma ampla, como sendo a capacidade de conciliar a atividade agrícola e a manutenção das características ecológicas do ambiente, assegurando meios de vida dignos para as pessoas envolvidas, de forma que esses processos perdurem no tempo. Ou seja, não se trata de mera substituição tecnológica ou de insumos da agricultura moderna, a agroecologia deve também questionar as formas de organização social, econômica e política que a originaram e a sustentam.

Para Caporal (2006), o conceito da agroecologia foi embasado numa proposta ecossocial, a partir do preceito de que o desenvolvimento humano não pode se reduzir à ideia de crescimento econômico, mas que as pessoas e a natureza são indissociáveis. Para o autor, as

¹² Agrobiodiversidade ou biodiversidade agrícola trata-se da diversidade de espécies de plantas e animais manejada pelo homem que, de acordo com MACHADO et al. (2008), compõe o processo de relações e interações do manejo destas espécies e os conhecimentos tradicionais sobre elas.

causas da crise ambiental estão ligadas a globalização econômica através dos países imperialistas, que fortalecem o capitalismo ao aprofundarem a pobreza e as desigualdades, e que, portanto, se faz necessário que um desenvolvimento que respeite a biodiversidade e as diferentes culturas, combatendo questões de discriminação entre os gêneros, raças e etnias (CAPORAL, 2006).

A agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este campo de conhecimento se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, mas também processos de desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL e COSTABEER, 2004, p. 13).

Nesse aspecto a agroecologia reafirma o protagonismo dos agricultores, camponeses e povos tradicionais como elemento central na construção de um novo desenvolvimento rural, conforme apresenta Emma Siliprandi (2017). De acordo com a autora, a perspectiva agroecológica tem caráter transdisciplinar e inclui o “diálogo de saberes” entre os conhecimentos científicos e o conhecimento ancestral.

Na agroecologia é considerado, ainda, o agroecossistema, definido por Emma Siliprandi (2009) como uma unidade geográfica delimitada e de extensão variável, onde o ecossistema é modificado pela ação humana através das atividades agrícolas, havendo complexas relações entre ambos. Essa é uma diferença da agricultura convencional, que enxerga o mesmo como propriedade rural em que o processo econômico é considerado um fluxo linear destinado a converter recursos mobilizados nos mercados em produtos também orientados aos mercados, igualando os ecossistemas ao chão de fábrica. Já no conceito do agroecossistema, a atividade agrícola é vista como um processo econômico-ecológico que articula de forma indissolúvel a produção econômica à reprodução, ou seja, a agricultura é entendida como um meio de coprodução entre sociedade e natureza (PETERSEN et al., 2017).

O emprego da perspectiva sistêmica para a apreensão das dinâmicas econômico-ecológicas da agricultura permite a superação das limitações do paradigma mecanicista que domina a economia e as ciências agrárias e que fundamenta os padrões dominantes de gestão técnico-econômica responsáveis pela crescente desconexão entre a agricultura e a natureza (...) Definido como um ecossistema cultivado, socialmente gerido, o agroecossistema é a ancoragem material dos processos de intercâmbio de matéria e energia entre a esfera natural e a esfera social (PETERSEN et al., 2017, p. 28-29).

Para Ana Primavesi (2003), a agroecologia resgata o que na verdade os agricultores e agricultoras historicamente praticam desde o cuidado com o solo, plantas e animais, destacando que a revolução verde foi uma estratégia da indústria para apagar esses conhecimentos em nome

de um produtivismo equivocado. A autora explica o padrão do monocultivo empobreceu tanto o solo quanto os povos, diminuindo a soberania e segurança alimentar das famílias.

Segundo Liliam Telles (2018) a formulação da agroecologia tem sido ampliada para além da sua afirmação no âmbito acadêmico, pois incorpora dimensões políticas de organizações e movimentos sociais:

Para as organizações, redes e movimentos que compõem a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), a agroecologia está alicerçada em sua base social, representada pela diversidade sociocultural da agricultura familiar e urbana e de povos e comunidades tradicionais no Brasil, e deve ser compreendida por seu caráter multidimensional (político, técnico e científico). Por esse motivo, costuma-se dizer que a agroecologia é, ao mesmo tempo, “ciência, prática e movimento” (TELLES, 2018, p. 6).

Contudo, no conceito da agroecologia ainda prevalece uma concepção tecnicista e limitada à transição para um modelo sustentável. De acordo com Liliam Telles et al. (2020), o Grupo de Trabalho de Mulheres (GT Mulheres) da ANA compreende a agroecologia como um “projeto de vida, que busca transformar tanto as relações entre as pessoas quanto as relações das pessoas com a natureza, com base nos princípios da igualdade, solidariedade da justiça” (TELLES et al., 2020, p.2)

Considerando que o modelo de agricultura permanece em disputa, sobretudo na atual conjuntura desfavorável para a luta de classes, é preciso destacar que quando se fala em agroecologia em seu aspecto epistemológico aqui estamos falando dos sujeitos(as) agricultores(as) familiares¹³. Além disso, a perspectiva agroecológica defendida pelo GT Mulheres da ANA é a que foi trabalhada nessa pesquisa de dissertação. Ou seja, as discussões aqui estão pautadas no movimento político em defesa de um projeto de vida, considerando os atravessamentos socioculturais e denunciando às contradições da agricultura familiar, com vistas em superar as desigualdades de gênero e violências contra as mulheres.

1.2 A divisão sexual do trabalho no agroecossistema

As relações sociais no rural são um dos grandes desafios a serem considerados para o desenvolvimento de um projeto de vida agroecológico na agricultura familiar, principalmente no que se refere aos papéis de gênero e sexualidade, devido às estruturas familiares tão

¹³ Atualmente a agricultura familiar é definida pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que considera como agricultor familiar aquele que não possua mais do que quatro módulos fiscais, que utilize predominantemente mão-de-obra da própria família, que tenha renda originada de maior parte das atividades do próprio estabelecimento e que o dirija com sua família. A Lei engloba também silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores (BRASIL, 2006).

conservadas no patriarcado e no machismo, que acirram as contradições de exploração e violências no tripé família-produção-trabalho.

Tratar do conceito de gênero permite compreender as relações de dominação a medida que favorece ações de resistências coletivas das mulheres no âmbito das relações de poder inerentes ao modelo de produção capitalista. Quando há referência a gênero está se falando da condição do sujeito individual “mulher”, termo que ainda contempla uma dimensão histórica mas com irrefutáveis singularidades no campo da subjetividade, bem como na dimensão coletiva de classe, raça, geração, cultura, religião, entre outras (VAZQUEZ, 2010).

Como conceito de gênero esta pesquisa considerou, portanto, o peso das construções socioculturais quanto aos papéis que homem e mulher desempenham na sociedade, ou seja, os valores pertinentes à divisão sexual do trabalho. Embora determinados padrões culturais se alterem e nem sempre sejam binários na organização capitalista, a significação das relações de gênero mantém as fontes de poder e desigualdades através da força de trabalho. E é a partir do trabalho que as violências contra as mulheres pretas, principalmente, se expressam e são ainda mais conservadas no meio rural (NEVES; MOTTA-MAUÉS, 2013).

Com efeito, a divisão sexual do trabalho não é fruto do sistema capitalista, ela existe desde a descoberta da agricultura, como discute Engels (2006), mas foi por ele apropriada para manter a exploração da mais-valia. Maria Ignez Paulilo (2004) aponta que além de separar o trabalho em produtivo e não produtivo nos espaços público e privado, respectivamente, o capitalismo se apropria do trabalho doméstico considerado não econômico, e logo não pago, bem como do trabalho reprodutivo, para a manutenção da força de trabalho do homem na esfera produtiva.

Segundo Lorena Moraes et al. (2017), no caso das mulheres rurais a invisibilidade é tripla, pois envolve trabalho produtivo, reprodutivo e doméstico, sendo que este último não se limita ao espaço da casa mas também dos arredores de onde vem cultivo de alimentos, coleta de água, criação de animais, etc. Essa jornada de trabalho tem ainda caráter de continuidade, sem definição de começo e término, iniciando as 4 horas da manhã levando até depois das 21 horas, ou seja 17 horas de trabalho diário em média. Isso é comumente verificado na dinâmica do relógio, uma metodologia de ATER em que se faz reconstrução do dia a dia dos agricultores e das agricultoras, a fim de comparar pedagogicamente as jornadas de trabalho e exemplificar as contradições de gênero na família (MORAES et al., 2017).

No trabalho produtivo mesmo exercendo atividades semelhantes ou iguais aos homens, as mulheres ocupam uma posição subordinada e as atividades que desempenham geralmente são vistas como “ajuda”, como explica Anita Brumer (2004). Segundo a autora, essas atividades estão relacionadas com a limpeza da terra e colheita, processamento e beneficiamento de produtos agrícolas, cuidado com os animais e manejo da horta. A responsabilidade com trabalho doméstico é colocada como secundária pelos membros da família, em relação às atividades produtivas (BRUMER, 2004). Essa divisão, fruto da lógica patriarcal, se dá pela distinção do trabalho “leve” em relação ao “pesado”, a qual Paulilo (1987) descreve:

“trabalho leve” não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é “leve” se pode ser realizado por mulheres e crianças. Fica a pergunta: porque se paga menos pela realização dessas tarefas? A resposta não deve ser procurada em realidades especificadas das regiões estudadas ou do próprio meio rural como um todo. Essa situação ocorre da valorização social do homem enquanto “chefe de família”, responsável pela reprodução de seus “dependentes”. Assim, o trabalho desses últimos fica em plano secundário, cabendo, nestes casos, uma remuneração que apenas “ajuda” a composição do orçamento familiar. (PAULILO, 1987, p.7).

De acordo com Maria Emília Pacheco (2009), as mulheres na América Latina e Caribe são responsáveis por 45% da produção de alimentos, mas compõem a maior parcela de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza. Pesquisas realizadas com base no último Censo do IBGE demonstram essas diferenças em números no Brasil. Embora representem 47,8% da população rural, somente 16% das mulheres são titulares de terras no Brasil, e das quase 15 milhões de mulheres rurais, a maioria não tem acesso à cidadania, saúde e educação, por não ser reconhecida nas condições de agricultora familiar, trabalhadora rural, quilombola ou camponesa (MELO et al., 2009).

Já quando se trata da jornada de trabalho, os homens declararam como média semanal 39 horas, enquanto as mulheres somente 21,7 horas, o que expressa uma falta de entendimento do sentido econômico do seu trabalho ao encararem suas atividades como ajuda, quando na escala produtiva, ou como obrigação, quando no âmbito doméstico (MELO et al., 2009).

O que se vê em prática da realidade das famílias agricultoras é o oposto, as mulheres desempenham as tarefas domésticas e reprodutivas somadas às atividades ditas “ajuda” ou de menor valor econômico por todo o agroecossistema, realizando, portanto, uma jornada tripla de trabalho. Essa jornada é invisibilizada culturalmente quando considerada “aptidão” ou “papel da mulher” acumular tantas tarefas “menores” dentro e fora de casa, e, nesse sentido, envolvidas em diversas atividades que preenchem o seu cotidiano, as mulheres não convivem com a ideia da jornada de trabalho com marcação definida de tempo (MORAES et al., 2021).

a economia convencional desvaloriza ou não considera o trabalho das mulheres. Reflexo disso é que mais de 70% das trabalhadoras rurais continuam a dizer que não têm renda ou que trabalham somente para o autoconsumo. Para as economistas feministas, porém, qualquer conceitualização de atividade econômica deve incluir todos os processos de produção de bens e serviços orientados para a subsistência e a reprodução das pessoas, independentemente das relações sob as quais se produzam (PACHECO, 2009, p.8).

Nesse sentido, a separação artificial entre esfera de produção e da reprodução pode ser descartada, uma vez que a reprodução social é um processo dinâmico que implica a reprodução biológica e da força de trabalho, a reprodução dos bens de consumo e de produção e a reprodução das relações. A partir dessa análise, abrimos uma perspectiva de diálogo entre a agroecologia e o movimento feminista na elaboração alternativa e crítica à economia convencional (PACHECO, 2009).

Quando pensamos a divisão sexual do trabalho na análise econômica dos agroecossistemas, devemos apontar, portanto, a centralidade do trabalho da mulher nos processos de produção e reprodução social. Ou seja, ao romper com a dicotomia das esferas de trabalho produtivo e reprodutivo, percebemos estes trabalhos estruturalmente constitutivos da geração de valor de todo agroecossistema (PETERSEN et al., 2017).

Ao ressituar a natureza e o papel do trabalho da mulher nas economias familiares, esse entendimento golpeia as relações político-ideológicas e culturais que mantêm a organização familiar fundada no patriarcalismo e na divisão sexual do trabalho (...) Finalmente, considerada a equivalência dos estatutos econômicos das diferentes esferas de trabalho nos agroecossistemas, o valor agregado pelo trabalho dos membros da família não resulta apenas da esfera do trabalho mercantil. Ao contrário, ele é a expressão da inter-relação funcional necessária entre o conjunto das atividades realizadas nas diferentes esferas de trabalho que contribuem de forma articulada para sua geração (PETERSEN et al., 2017, p. 25).

De outro lado, ainda, a hierarquia familiar patriarcal implica na ausência das agricultoras nos espaços de tomada de decisão. Quando a mulher se restringe ao interior do agroecossistema para garantir a manutenção de sua extensa jornada de trabalho, o homem se envolve mais nos espaços públicos de comércio, sindicatos, associações e movimentos. Isso demonstra que, a sobrecarga dos trabalhos produtivo e reprodutivo também privam a mulher de autonomia e de participação política (PIMBERT, 2009).

Lorena Moraes et al. (2017), em seu estudo sobre a justa divisão do trabalho doméstico e aportes para luta pela igualdade para as mulheres rurais, demonstraram que quando as agricultoras foram perguntadas sobre os impeditivos para que elas acessem políticas públicas ou participem de cursos, intercâmbios e seminários de projetos existentes na região, a resposta era unânime: o acúmulo de atividades domésticas. Os argumentos comuns apresentados são: não ter com quem deixar filhos ou idosos, não ter quem faça a alimentação enquanto saem, não

ter quem cuide dos animais e das plantas no entorno da casa, entre outros (MORAES et al., 2017).

Dessa forma, é possível entender que a injusta divisão do trabalho doméstico, ou ainda, a separação das responsabilidades dos trabalhos produtivo e reprodutivo, constituem barreiras para as agricultoras acessem direitos e exerçam cidadania. Além disso, o enfrentamento a violência contra a mulher no rural é outro grande desafio a ser superado, agravado pelo isolamento geográfico, difícil acesso aos meios de comunicação e a ausência de equipamentos públicos para lhe oferecer apoios (BARBOSA et al., 2017).

1.3 Lutas feministas das agricultoras organizadas: breve contexto

Apesar de invisibilizadas pelo patriarcado, são as mulheres agricultoras que mais contribuem para a soberania alimentar e a economia local, pois são responsáveis pela maior parte do trabalho de produção, beneficiamento e comércio dos alimentos, além de estarem diretamente envolvidas com a alimentação familiar. É a partir da sua estreita relação com a produção de autoconsumo e cuidado com a família que as mulheres detêm conhecimentos tradicionais sobre a vegetação, o plantio, as sementes e as plantas medicinais, o que faz com que participem de forma direta da manutenção da biodiversidade (PIMBERT, 2009).

É possível perceber que, se por um lado as agricultoras têm o seu trabalho desvalorizado no âmbito produtivo da unidade familiar, por outro são as características inerentes a esse mesmo trabalho que as colocam como capazes de protagonizar um processo de transformação no modelo produtivo, ou seja, a construção da agroecologia.

Maria Emília Pacheco (2002) explica em sua pesquisa que as mulheres adquiriram vasto conhecimento sobre os sistemas agroecológicos em sua práxis histórica e por essa razão “desempenham importante papel como administradoras dos fluxos de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação das plantas.” (PACHECO, 2002, p.19). Dessa forma, a autora conclui que para traçar uma perspectiva de desenvolvimento sustentável e igualitário é preciso garantir o empoderamento das mulheres, superando as questões que as impedem de participar como sujeitos plenos de direitos e lhes assegurando apoio organizativo e técnico.

Gema Esmeraldo (2013) afirma que é essencial apontar a participação política da mulher como força social, pois tanto evidencia sua luta como também ressignifica a resistência da agricultura familiar como categoria. Em vista disso, é importante tomar como base a análise da

divisão sexual do trabalho, posto que ela permite compreender a condição feminina sob a ótica da interdependência entre as esferas produtiva e reprodutiva (NEVES e MOTTA-MAUÉS, 2013).

O feminismo, enquanto movimento social, cumpre com o papel de discutir a divisão sexual do trabalho e reivindicar liberdade e autonomia para as mulheres e para todas as pessoas. De acordo com Bell Hooks (2017), o feminismo se propõe a questionar os princípios estruturantes da sociedade capitalista que explora, domina e violenta a humanidade e principalmente as mulheres, ou seja, é um pensamento crítico de ação política para transformação da sociedade, que deve ser pautado em práticas antirracistas, antissexistas e anti-homofóbicas.

Segundo Lorena Moraes et al. (2017), foi na segunda onda do movimento feminista, durante a década de 1960, que foram inseridas pautas acerca da desvalorização e precarização do trabalho feminino, e foi nesse contexto que as mulheres rurais passaram a se organizar para questionar seus direitos, demonstrando que “enquanto os homens produzem mercadorias em seus empregos, as mulheres (re)produzem vida através de seu trabalho invisível” (MORAES et al., 2017, p. 66).

É nesse sentido que se articulam o feminismo e o movimento agroecológico, onde, segundo Laetícia Jalil et al. (2017), o olhar crítico da teoria feminista descolonial surge como urgente para a valorização dos diferentes saberes, conhecimentos, experiências e práticas das mulheres, assim como seu protagonismo na construção da agroecologia. As autoras destacam que o que se busca trazer para o campo do conhecimento agroecológico é a importância e convergência entre os feminismos e a agroecologia como um projeto de vida:

A agroecologia deve promover a mudança de valores éticos, morais, epistêmicos em que mulheres, jovens, homens, natureza, sejam reconhecidos como sujeitos integrantes de um todo complexo e complementar na construção de outro modelo de sociedade. Questionamos não a agroecologia como prática em si, mas a ideia normativa do que venha a ser, ou do que dever ser ditada por homens quase sempre brancos na disputa por conceitos e categorias científicas, e que, historicamente, deixa de fora essa complexidade de questões e de sujeitos. Para o movimento feminista e agroecológico, o questionamento a essa normativa surge da exclusão histórica das mulheres e de outras narrativas e do questionamento a uma ciência branca, colonizadora, machista e patriarcal (JALIL et al., 2017, p. 26).

Carmen Deere (2004) explica que as mulheres agricultoras estão historicamente presentes nas lutas sociais, ainda que nem sempre reconhecidas. No Brasil, desempenharam um importante papel à frente das Ligas Camponesas, movimento de lutas do Nordeste brasileiro durante o final dos anos 1950. Um grande de liderança feminina foi a sindicalista Margarida

Maria Alves, presidente do sindicato dos trabalhadores em 1970, que se tornou símbolo do envolvimento das mulheres na luta dos trabalhadores rurais e inspirou mais tarde a Marcha das Margaridas, onde as mulheres de diversos movimentos reúnem-se em Brasília para discutir suas pautas de interlocução entre as mulheres e o governo (DEERE, 2004).

As camponesas também passaram a se organizar de forma ainda mais expressiva com o fim da ditadura militar na luta pela democracia e reconhecimento de sua condição de trabalhadora rural. Nesse contexto nasceu a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), e sua primeira grande luta organizada foi pelo reconhecimento de seus direitos previdenciários na Constituição de 1988, passaram a ter direito a aposentadoria em 1992 e ao auxílio maternidade em 1994, conforme relatam Michela Calaça e Celia Watanabe (2017).

Outra ação importante para o reconhecimento das trabalhadoras rurais foi a campanha “Nenhuma Trabalhadora em Documento”, proposta pela ANMTR, em especial no Norte e Nordeste, para que as mulheres que em grande parte não possuíam documento pudessem então exercer seus direitos. Mais tarde, a ANMTR junto com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e várias organizações parceiras, realizaram em 2000 a primeira Marcha das Margaridas, que acontece há 19 anos (CALAÇA e WATANABE, 2017).

Das Ligas Camponesas até os dias de hoje as mulheres têm se organizado nos movimentos sindicais do campo e da Via Campesina¹⁴ mistos – a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – e os auto organizados – como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Também estão organizadas nos movimentos indígenas, quilombolas, de quebradeiras de coco, de grupos de agroecologia, entre outros. Além das pautas dos direitos salariais, da terra e contra a violência, as mulheres têm pautado dentro dos movimentos a construção da agroecologia como projeto de vida (SILIPRANDI, 2015).

A composição e inserção política da pauta feminista na luta pela agroecologia foi fortalecida pela atuação das mulheres nos movimentos como Marcha Mundial das Mulheres – MMM, Marcha das Margaridas e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Nordeste

¹⁴ A Via Campesina é um movimento político, autônomo e multicultural internacional que reúne cerca de 200 milhões de camponeses, agricultores/as, sem-terra, jovens, indígenas, migrantes e trabalhadores/as agrícolas. Defende a agricultura camponesa para a soberania alimentar como forma de promover a justiça social e se opõe aos agronegócios que destroem as relações sociais e a natureza. O movimento defende a igualdade de gênero, combatendo todas as formas de violência contra as mulheres. A Via Campesina possui 164 organizações locais e nacionais em 73 países da África, Ásia, Europa e Américas (BARROS, 2018).

– MMTR/NE, que, de acordo com Gema Esmeraldo et al. (2017), criam espaços que ampliam a formação política das agricultoras.

Esses lugares produzem práticas e reflexões voltadas para fazer avançar e fortalecer posições no campo da atuação feminista, como, também, em relação aos espaços sob o controle social. Assim, as mulheres organizadas em Redes inserem-se em Conferências, nas Câmaras Setoriais, nos Fóruns, nas Comissões, para reivindicarem políticas específicas para as mulheres rurais e garantirem a inserção destas na dinâmica de execução de Chamadas Públicas de ATER (ESMERALDO et al., 2017, p. 91).

As mulheres organizadas, ainda, constroem pautas que enriquecem o próprio sentido da Agroecologia, uma vez que incorpora o paradigma feminista. Além disso, a reprodução humana é problematizada a partir da crítica feminista que considera uma integração entre o ser humano e a natureza no processo de transformação para o bem viver no campo (ESMERALDO et al., 2017).

Dentre as pautas históricas de luta pela melhoria nas condições de vida das mulheres rurais, Emma Siliprandi (2009) aponta a precariedade de infraestrutura (ausência de água encanada, energia elétrica, esgotamento, etc); a dificuldade no acesso à educação e serviços de saúde; falta de renda própria e de decisão na renda familiar pelas mulheres; o não reconhecimento da condição de trabalhadora e dificuldade de usufruir de direitos sociais básicos (previdência social, licença-maternidade, etc.); a dificuldade de acessar a terra em próprio nome; a falta de documentos civis básicos (registro de nascimento, carteira de identidade, entre outros); o acesso limitado às políticas públicas; entre outras (SILIPRANDI, 2009).

Nesse contexto, Laetícia Jalil et al. (2017) argumentam que uma teoria crítica feminista fortalece a luta das mulheres enquanto sujeito político de direitos que se materializa:

pelo direito à fala, à terra, à água, ao território, no acesso às políticas públicas e no processo de autodeterminação de seus corpos, na luta por autonomia, na construção de outras formas de economia, pelas relações de solidariedade, reciprocidade, pela prática do cuidado, amorosidade e sororidade, pela construção de outros mercados, no reconhecimento dos bens comuns como indispensáveis à vida, à natureza como nossa mãe e irmã, aos saberes descolonizados e ecológicos e assim, na luta contra todas as formas de violências (MORAES et al., 2018, p. 13).

Um conceito importante que emerge no trabalho de Eliane Barros (2018) é sobre o projeto popular de agricultura camponesa de bases feminista e agroecológica, denominado feminismo camponês e popular, construído pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e demais organizações que compõem a Via Campesina. De acordo com a autora, trata-se de uma formulação política, organizativa e teórica, que intersecciona gênero, raça, classe e etnia

com temáticas da vida no campo, como reforma agrária, produção de alimentos saudáveis e soberania alimentar dos povos.

Articulando o feminismo no movimento agroecológico, Liliam Telles (2018) demonstra em seu trabalho que as mulheres têm apontado outros sentidos políticos para o conceito de agroecologia, o qual, para o GT Mulheres da ANA, não pode ser compreendido apenas como a mudança do modelo de produção, mas sim como um projeto de vida, que busca transformar tanto as relações entre as pessoas quanto as relações das pessoas com a natureza, com base nos princípios da igualdade, da solidariedade e da justiça.

Nesse sentido, Gema Esmeraldo et al. (2017) explicam que a pauta feminista no campo da agroecologia é construída por mulheres em redes que incidem diretamente na construção de um projeto político que se propõe à superação da desigualdade entre os gêneros e fortalecimento do protagonismo das agricultoras, através das políticas públicas, e em seus cotidianos nos diferentes espaços. As autoras afirmam que é dessa maneira que “a expressão Sem Feminismo não há Agroecologia se faz presente e ilumina os significados que as mulheres incorporam ao projeto agroecológico na sociedade” (ESMERALDO et al., 2017, p. 97).

Em seu trabalho intitulado “Que feminismo é esse que nasce na horta?” Maria Ignez Paulilo (2016) discute os feminismos e suas principais divergências, trazendo importantes contribuições desde os conceitos de feminismo da igualdade, da diferença e radical, até as diferenças entre feminismo liberal e feminismo socialista, para então discutir o feminismo camponês e latino-americano. Não me adentarei na discussão, mas considero valioso destacar que, assim como faz Maria Ignez Paulilo (2016), ao tratarmos de feminismos é essencial abordar a importância dos movimentos de mulheres agricultoras.

Segundo Maria Ignez Paulilo (2016) as agricultoras organizadas lutam em defesa das sementes crioulas na produção de alimentos saudáveis e contra o monopólio das empresas multinacionais, além de trazerem à tona as questões de classe, problematizando a miséria e a fome no mundo, temas que já haviam ficado um pouco perdidas entre algumas correntes de feminismo. A luta das agricultoras tem sido também alicerçada às suas práticas cotidianas, ou seja, inserida em um modo da vida e “nem sempre os conceitos que foram cunhados ao longo de muitas décadas de hegemonia dos feminismos urbanos conseguem dar conta de explicar o alcance e o sentido de suas metas e conquistas” (PAULILO, 2016, p. 305).

1.4 O olhar do assessoramento técnico à mulher agricultora

A agricultura familiar guarda tradições e saberes locais importantes para um desenvolvimento sustentável com valores sociais mais justos e processos horizontalizados. Contudo, por ser de base familiar, traz questões que não podem ser invisibilizadas, visto que a família é um dos meios de manutenção da sociedade baseada no sistema de exploração/opressão capitalista, patriarcal e racista. Nesse sentido, para que haja superação das desigualdades através da agroecologia, é essencial rever o papel da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em contribuir para esse processo ou em reforçar as estruturas de opressão.

A ATER carrega a herança conservadora que nunca considerou os trabalhos da mulher, pelo contrário, reforçava as condicionantes da estrutura patriarcal sem reconhecer que as agricultoras atuam para além daquelas circunscritas ao espaço privado. Ela foi criada para promover transferência de tecnologia agropecuária para os agricultores, sendo central para o fortalecimento da política agrícola do Brasil desenvolvimentista e subordinado à indústria externa, a partir da ideologia da revolução verde. Ou seja, a ATER no Brasil esteve fortemente vinculada a uma estratégia de modernização conservadora do campo (CALAÇA e WATANABE, 2017).

As mudanças favoráveis à agricultura familiar começaram a surgir com o fim da ditadura militar e o processo de democratização do país, em que o Estado deixa de ter monopólio da prestação de serviços. Um novo cenário só foi possível diante das formas de resistência e pressão social, nas quais Michela Calaça e Celia Watanabe (2017) destacam como exemplo a atuação de agrônomos e agrônomas que, envolvidos nas lutas ambientais e políticas, questionavam o pacote tecnológico na ATER, através da Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) e os estudantes na Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB).

De acordo com Michela Calaça e Celia Watanabe (2017), a luta das mulheres, apesar de ainda pouco sistematizada, foi também uma importante forma de resistência que questionava o modelo de agricultura vigente que não qualificava seus trabalhos. Nas políticas públicas de ATER predominava uma agricultura feita por homens e para homens:

As camponesas eram proibidas pela assistência técnica de guardar sementes ou ter raças de animais que sempre criaram. Viram os plantios de sua família perderem a diversidade serem homogeneizados em nome do mercado cuja consequência foi o uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes e diversas técnicas de artificialização da natureza. Ainda assim as camponesas resistiram e guardaram sementes, cultivaram

em seus quintais e, na medida do possível, preservaram suas raças preferidas de animais (CALAÇA e WATANABE, 2017, p. 133).

Nesse sentido, a ATER mesmo estando voltada para a “família” sempre teve dificuldade em enxergar as mulheres na condição de trabalhadoras, reproduzindo o sistema patriarcal e atribuindo à mulher agricultora o lugar de ajudante na unidade de produção familiar (UPF). Apesar disso, elas resistiram e os conhecimentos por elas preservados foram e são fundamentais para o desenvolvimento da agroecologia, como o resgate de sementes crioulas e as técnicas de manejo diversificadas (CALAÇA e WATANABE, 2017).

Os serviços de ATER passaram por mudanças com o início do governo Lula, com a transferência de sua competência do Ministério da Agricultura e Abastecimento para o Ministério (MAPA), sob guarda da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 1990, para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) através da nova Política Nacional de ATER (PNATER), propondo às entidades e agentes de extensão rural participarem de um processo capaz de promover e apoiar estratégias que levem à sustentabilidade socioeconômica e ambiental no meio rural (CAPORAL; RAMOS, 2006).

Caporal (2006) explica que, de acordo com os princípios da PNATER, a nova forma de se fazer ATER deve romper com as práticas difusionistas, adotando-se metodologias participativas que democratizem a relação entre extensionistas e agricultores. Esse é um momento em que se inicia um processo de ruptura de paradigma no formato de educação bancária de se fazer ATER no Brasil, orientando o sentido para uma educação popular que crie espaços de diálogos e trocas entre os(as) agricultores(as) e técnicos(as), para que possam apreenderem sobre suas realidades enquanto as ensina (FREIRE, 2005).

Na Bahia, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA, era a principal prestadora de ATER, mas em março de 2016 foi extinta e substituída pela Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural – BAHIATER. O desenvolvimento da ATER no estado, como em todo Brasil, passou a funcionar por meio de chamadas públicas e projetos, podendo ser realizadas por diversas instituições, como as Secretarias de Agricultura dos municípios (SEAGRI), pelo Serviço Territorial de Apoio à Agricultura Familiar (SETAF) e por entidades como OSC's, Cooperativas e Associações que concorrem aos editais (SDR, 2017; ASBRAER, 2017).

Em contexto mais favorável para agricultura familiar, portanto, em 2003 respostas para as mulheres foram sendo conquistadas com a criação da Diretoria de Políticas para Mulheres

Rurais e Quilombolas (DPMRQ) no MDA. O tema da ATER ganhou força ao incidir na luta de reivindicação das camponesas em duas vertentes:

a) que possa existir uma ATER capaz de atender às demandas específicas das mulheres, considerando o que elas querem produzir, que pense as ações olhando as condições de trabalho delas e que respeite o seu conhecimento; b) as mulheres também querem ser consultadas e envolvidas no trabalho que acontece em toda propriedade da família (CALAÇA E WATANABE, 2017, p. 136).

Nesse sentido, Calaça e Watanabe (2017) afirmam que cabe aos projetos de ATER reforçar ou desconstruir a subordinação das mulheres, um processo que está para além da comunicação, mas perpassa também as práticas pedagógicas. As mulheres e a juventude, que muitas vezes só participavam apenas das atividades que o homem não considerava importante, passaram a reivindicar que se existe uma assistência técnica que atende a “família”, esta deve trabalhar levando em consideração a inclusão das mulheres também nas tomadas de decisão da família.

Por outro lado, Gema Esmeraldo et al. (2017) apresentam uma crítica ao modelo de organização social de caráter familista ainda presentes nas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, que se configura como contraditório pois trata o homem como centro de decisão e legítimo responsável pela produção, reforçando a desigualdade de gênero e aprofundando a divisão sexual do trabalho. Por isso, as autoras destacam a importância das chamadas de ATER em desconstruir a hegemonia dessa prática dicotômica através da pauta feminista, que “tensiona e busca garantir os mecanismos de aplicação das políticas numa perspectiva crítica, realizando de forma mais efetiva o papel mobilizador na disputa política dos movimentos sociais” (ESMERALDO et al., 2017, p.94).

Em 2008 aconteceu a construção da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDR), segundo Calaça e Watanabe (2017), através de espaços de amplo diálogo entre o Estado e a sociedade, nos quais as mulheres tiveram papel de destaque. O documento final da Conferência indica aspectos importantes para construção da autonomia política, econômica e social: a titulação conjunta obrigatória da terra para homens e mulheres.

Já na II CNDR foi lançado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), o qual inclui a valorização do trabalho das mulheres que participaram de todas as etapas, aprovando um mínimo de 50% de mulheres como público da ATER-Agroecologia e pelo menos 30% da equipe técnica composta por mulheres. Em 2015 essa proposta foi aprovada para todas as chamadas públicas de ATER, demarcando importante conquista embora ainda não esteja plenamente instituída (SILIPRANDI, 2017; CALAÇA E WATANABE, 2017).

Outra importante conquista na luta das agricultoras foi a ATER-Mulheres, uma chamada pública específica para atender apenas as mulheres, executada no âmbito da DPMRQ do MDA. De acordo com Michela Calaça e Celia Watanabe (2017), essa modalidade de ATER representou grande avanço metodológico para valorização do trabalho das mulheres, trazendo desafios que geraram debates junto à Universidade, construindo parcerias para melhorar a atuação dos(as) técnicos(as) no ATER-Mulheres e nas demais, na perspectiva feminista e agroecológica.

A partir da demanda formativa para esse processo, a DPMRQ propôs um projeto de formação em ATER na perspectiva do feminismo, em parceria com a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e a Universidade Federal do Ceará (UFC) em 2014. O projeto ficou conhecido como “Projeto/processo ATER, Feminismo e Agroecologia”, e foi gestado e executado por professoras, estudantes, representantes do governo, militantes de movimentos sociais feministas e as técnicas, através de encontros, cartilhas e livros (JALIL et al., 2017).

Esse sim é um projeto banhado de ideologia, de sonhos de mudar o mundo para mudar a vida das mulheres, para mudar o mundo! Este é um projeto/processo feminista de aprendizado e de leitura da realidade, em que nos desafiamos ao diálogo e troca de saberes. Sonhamos e ousamos! (JALIL et al., 2017, p. 12)

No projeto as mulheres puderem tecer mais fios e trançar um coletivo: Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste. Fruto desse trabalho colaborativo a rede sistematizou 13 experiências de movimentos sociais e organizações feministas e mistas, demonstrando os resultados do ATER no viés feminista agroecológico em um livro de cartografia feminista que leva o nome da rede, lançado em 2017 pela UFRPE (JALIL et al., 2017).

As Chamadas ATER-Agroecologia também integraram o projeto de formação junto com as de ATER-Mulheres, se configurando como um importante avanço para trabalhar as questões de gênero através da agroecologia com as famílias agricultoras e ao mesmo tempo fortalecer as equipes técnicas para o debate nas entidades executoras. Esmeraldo et. al. (2017) destacam que é estratégico a essas entidades a inserção da categoria gênero e incorporação da agenda feminista, construindo abordagens e metodologias na materialização do potencial transformador da política de ATER no Brasil.

Apesar dos esforços e conquistas, as iniciativas do ATER-Mulheres só atingiram 1% do número de mulheres rurais no Brasil, de acordo com Calaça e Watanabe (2017), sendo considerado, portanto, como uma experiência piloto. As autoras destacam que pensar uma ATER-Mulheres pública, gratuita e de qualidade passa por pelo olhar para a conjuntura do

Brasil. “Os governos progressistas que buscaram as demandas historicamente negadas da classe trabalhadora, sofrerem duros ataques das forças conservadoras internas do país” (CALAÇA e WATANABE, 2017).

Em 2016, após o impeachment da presidenta Dilma no Brasil, vivemos o retorno do neoliberalismo em sua versão mais agressiva atacando os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Vários retrocessos voltaram a ameaçar a agricultura familiar e as mulheres, como a reforma da previdência que propõe alterações no que se refere a idade mínima de contribuição do(a) agricultor(a), diminuição das chamadas públicas de ATER e extinção do MDA e da DPMRQ (CALAÇA e WATANABE, 2017).

Por outro lado, a trajetória de execução das chamadas de ATER-Agroecologia e ATER-Mulheres deixaram acúmulos na pauta de gênero e agenda feminista nos espaços de atuação das entidades executoras, levando ONGs e movimentos sociais a continuarem construindo o enfrentamento político por novas chamadas de ATER pautadas na superação das desigualdades sociais e nos direitos das mulheres (ESMERALDO et al., 2017).

As estruturas que ainda existem para atender a demanda de todo campesinato brasileiro contam com orçamento pífio, o que compromete sobremaneira a execução de políticas afirmativas por igualdade de gênero, geração e para povos e comunidades tradicionais (...) O processo de discussão e valorização da ATER geral e específicas tem sofrido com a paralisia, é necessário voltar a discutir sobre a quantidade e qualidade da ATER. (CALAÇA e WATANABE, 2017, p.144).

De acordo ainda com Michela Calaça e Celia Watanabe (2017) a ATER representa ainda uma importante política e será necessário um novo ciclo de construção e de resistência para enfrentar a atual conjuntura. As autoras frisam ainda que para que exista desenvolvimento rural sustentável é preciso que as mulheres sejam protagonistas de suas vidas e tenham seu trabalho produtivo e reprodutivo valorizados, evidenciando sua grande contribuição na produção de alimentos saudáveis e na construção de um rural com vida digna, a partir dos princípios do feminismo e da agroecologia. (CALAÇA e WATANABE, 2017).

1.5 A práxis do(a) técnico(a) educador(a) popular na construção da agroecologia

A formação profissional nas instituições de educação agrícola de ensino médio e superior, em geral, está pautada no modelo produtivista com vistas na modernização da agricultura. Ela segue, ainda hoje, a cartilha do pacote tecnológico da revolução verde, ou seja, trata-se de um processo formativo que precisa ser reestruturado política e institucionalmente quando se pensa um projeto de agroecologia.

O modelo de desenvolvimento implementado no espaço rural, a partir da modernização da agricultura, impulsionou uma prática educativa nas escolas do campo como reforço a uma visão de atraso e sem perspectivas para a população rural. O modo de produção camponês é situado na invisibilidade dessa lógica formativa hegemônica e suas identidades são rejeitadas. A formação profissional serve como correia de transmissão dos conhecimentos da revolução verde e tem o papel de formação de mão de obra para as empresas agroindustriais (SOUSA, 2017, p. 32).

De outro lado, estão os fundamentos da Educação Popular, a qual emerge da luta das classes pela construção de uma nova ordem social. Suas raízes são as experiências históricas de enfrentamento do capital pelos trabalhadores na Europa, o pensamento pedagógico socialista, as lutas pela independência na América Latina, o pensamento Paulo Freiriano e a teologia da libertação. Essas múltiplas experiências firmam a Educação Popular como teoria e prática educativas alternativas às pedagogias tradicionais e liberais, que estavam/estão a serviço da manutenção das estruturas de poder político e exploração da força de trabalho da classe oprimida (CALDART et al., 2012).

Na América Latina a Educação Popular tem como principal representante o educador Paulo Freire, responsável por multiplicar e sistematizar as experiências que fortaleceram práticas educativas nos mais diversos espaços políticos. São obras como “Educação como prática da liberdade”, “Pedagogia do oprimido”, “Pedagogia da autonomia” e “Comunicação ou Extensão”, que resistiram a ditadura militar no Brasil.

A partir de 1978, há a (re)emergência das lutas populares. Nesse período, que se estende até meados de 1990, a educação popular firma-se como uma das concepções de educação do povo e avança na elaboração pedagógica e nas práticas educativas, principalmente nos espaços não formais (...) As expressões “povo sujeito de sua história” (marco ontológico); “conscientização”, “organização”, “protagonismo popular” e “transformação” (marco político e da finalidade da educação); e os métodos prática-teoria-prática, ver-julgar-agir e ação-reflexão-ação (marco epistemológico e pedagógico), representam a orientação das práticas educativas desde a concepção de educação popular. Estabelece-se, desse modo, o vínculo entre educação e política, educação e classe social, educação e conhecimento, educação e cultura, educação e ética, e entre educação e projeto de sociedade (CALDART et al., 2012, p.284).

De acordo com o pensamento de Paulo Freire (2001), para compreender os limites da prática educativa é preciso assumir a politicidade na educação, onde essa aponta sentido para transformação da sociedade, a partir da compreensão crítica de que esses limites estão relacionados com o problema do poder, que é de classe e se relaciona, portanto, com conflito de classes. Para ele, a educação não deve ser vista como prática neutra, mas sim como ato político que se relaciona com os processos de luta e de organização das classes populares.

Duarte e Rabelo (2016) apresentam fundamentos da Educação Popular incorporados à Agroecologia, transitando pela Ecologia, pela Economia e pelas Ciências Sociais, e resgatam o

enfoque que a considera como libertadora e conscientizadora, opondo-se à educação “bancária” ou alienante pela qual os profissionais das ciências agrárias e que atuam com ATER são direcionados em sua formação profissional.

Em sua obra “Pedagogia do oprimido”, Paulo Freire (2019) discute que a concepção bancária da educação é aquela baseada no ato de depositar, de transferir e de transmitir valores e conhecimentos, onde educador é quem sabe, pensa, disciplina e educa um conteúdo programático, enquanto os educandos são aqueles que não sabem, não pensam, são disciplinados e educados pelo educador. Este ato reflete a “sociedade opressora, sendo dimensão da cultura do silêncio, a educação bancária mantém e estimula a contradição” (FREIRE, 2019, p.82).

Nesse sentido, a educação bancária anula ou minimiza o poder crítico e criador dos educandos, estimulando sua ingenuidade ou alienação, o que satisfaz ao interesse do opressor (FREIRE, 2019). É exatamente esse processo que descreve a forma de se fazer ATER no Brasil, onde os agricultores foram/são meros “depósitos” de conhecimento técnico a serviço da modernização do campo, oprimidos pelo agronegócio, através dos profissionais das ciências agrárias formados sob essa lógica. E é por isso que os movimentos de lutas sociais do campo travam uma disputa política e ideológica através da Educação Popular.

Outra obra de Paulo Freire fundamental para compreender o papel que exerce o(a) técnico(a) em ciências agrárias é “Comunicação ou extensão?”, em que o autor analisa o problema da comunicação entre o técnico-camponês no processo de desenvolvimento rural. Freire (1983) analisa o trabalho do(a) agrônomo(a) como um ser educador em vez de “extensionista”, visto que o termo “extensão”, no sentido linguístico da palavra, se relaciona com o conceito de “invasão cultural”. A “extensão” engloba ações que transformam o agricultor e a agricultora em “coisa”, fazendo dele um depósito que recebe mecanicamente aquilo que o homem “superior” (o técnico) acha que ele deve aceitar como desenvolvimento.

Paulo Freire (1983) demonstra ainda que os conceitos de “extensão” e de “comunicação” são ideias profundamente antagônicas, portanto, o agrônomo e a agrônoma deve ter como ação educadora a comunicação, se quiser chegar ao homem/mulher, e não ao ser abstrato fora de uma realidade. De acordo com ele, a capacitação técnica deve estar dentro do contexto de uma realidade cultural, haja vista que o conhecimento dos agricultores e agricultoras com relação a fenômenos de plantio, colheita, entre outros, têm a ver com suas atitudes frente à natureza e seus valores.

Desse modo, o que ele chama “agrônomo-educador” não pode promover mudanças nas atitudes dos agricultores(as) em relação a qualquer aspecto sem conhecer sua visão do mundo e sem confrontá-la em sua totalidade (FREIRE, 1983).

O agrônomo não pode, em termos concretos, reduzir o seu quefazer a esta neutralidade inexistente: a do técnico que estivesse isolado do universo mais amplo em que se encontra como homem. Assim é que, desde o momento em que passa a participar do sistema de relações homem-natureza, seu trabalho assume este aspecto amplo em que a capacitação técnica dos camponeses se encontra solidária com outras dimensões que vão mais além da técnica mesma. Esta indeclinável responsabilidade do agrônomo, que o situa como um verdadeiro educador, faz com que ele seja um (entre outros) dos agentes da mudança. Daí que sua participação no sistema de relações camponeses-natureza-cultura não possa ser reduzida a um estar diante, ou a um estar sobre, ou a um estar para os camponeses, pois que deve ser um estar com eles, como sujeitos da mudança também (FREIRE, 1983, p.37).

Nesse sentido, o “agrônomo-educador” deve, segundo Freire (1983), exercer a comunicação como reciprocidade que não pode ser rompida, onde não há sujeitos passivos, todos são co-intencionados ao objeto de seu pensar. Em relação dialógica-comunicativa, os sujeitos interlocutores se expressam através de um mesmo sistema de signos linguísticos, sendo indispensável ao ato comunicativo o acordo entre os sujeitos, reciprocamente comunicantes, camponês e agrônomo (FREIRE, 1983).

Retomando o trabalho de Duarte e Rabelo (2016), os autores apontam que a Educação Popular fecunda positivamente as estratégias agroecológicas porque constitui-se numa pedagogia capaz de implicar com a formação técnica e profissional, construindo uma nova ATER, que possa romper com a lógica do conhecimento tecnicista que acostumou a maioria dos(as) agricultores(as) a receber diretrizes prontas.

A superação desse quadro reposiciona o enfoque e o papel do conhecimento bem como a relação entre técnicos e agricultores/as, articulando/tencionando, de maneira horizontalizada, o conhecimento acadêmico com o dos povos do campo. (DUARTE E RABELO, 2016, p.6).

A pesquisa de Sousa (2007) apresenta elementos centrais da mudança metodológica através do enfoque agroecológico, que estão inclusos na educação popular, como a defesa de uma produção de conhecimento baseada na relação direta entre o conhecimento científico e a sabedoria dos povos tradicionais a partir do diálogo de saberes. Para que isso seja possível é necessário problematizar a realidade, revalorizar os conhecimentos sociais dos camponeses, desenvolver tecnologias adaptadas às realidades territoriais, buscar a transformação da realidade social das famílias camponesas, entre outras estratégias.

Neusiania Silva (2006) também apresenta metodologias de atividades educativas para construção de um diálogo horizontal, como as reuniões, rodas de conversas, encontros, mutirões

e dinâmicas de grupo. A autora destaca as vivências e os intercâmbios, onde os(as) agricultores(as) visitam as experiências uns dos outros, constituindo importantes espaços estratégicos de diálogo, “de construção de conhecimento e um motor mobilizador de energia, de força, de renovação de esperança na possibilidade de construir alternativas viáveis” (SOUSA, 2006, p.24).

Além disso:

o processo de diálogo não se dá apenas no mundo das ideias, ele permite olhar o mundo ali onde o diálogo está ocorrendo, permeado pelo mundo concreto que ilumina um horizonte que antes parecia obscuro. As experiências podem apontar caminhos para a transformação de sua própria realidade. (...) Ver a concretização de experiências mexe com as subjetividades e possibilita outras construções em suas vidas. O intercâmbio como exercício educativo tem dinamizado o conhecimento e a concretização de projetos que sejam significativos para a realidade dos trabalhadores/as (...) Os testemunhos dos agricultores-experimentadores têm sido, neste sentido, meios pedagógicos extremamente valorizados e efetivos (SILVA, 2006, p.32).

Essas estratégias estão de acordo com o que Freire (2019) descreve como dialogicidade, a essência da educação como prática da liberdade. Sua concepção é de que o diálogo é um fenômeno humano a partir de seus elementos constitutivos em duas dimensões: ação e reflexão. “Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo” (FREIRE, 2019, p.107).

Paulo Freire (2019) explica que sem a práxis é impossível superar a condição opressor-oprimido, pois ela é a reflexão e ação de homens e mulheres sobre o mundo em busca de transformá-lo. Nesse sentido, é preciso que haja inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora. Do mesmo modo, para que seja possível uma educação problematizadora que seja capaz de romper com os esquemas verticais da educação bancária, é preciso superar a contradição entre o educador e os educandos, o que não é possível fora do diálogo, pois:

a bancária, por óbvios motivos, insiste em manter ocultas certas razões que explicam a maneira como estão sendo os homens no mundo e, para isto, mistifica a realidade. A problematizadora, comprometida com a libertação, se empenha na desmitificação. Por isto, a primeira nega o diálogo, enquanto a segunda tem nele o selo do ato cognoscente, desvelador da realidade. A primeira “assistencializa”; a segunda, critica. A primeira, na medida em que, servindo à dominação, inibe a criatividade e, ainda que não podendo matar a intencionalidade da consciência, a doméstica (...) A segunda, na medida em que, servindo à libertação, se funda na criatividade e estimula reflexão e a ação verdadeiras dos homens sobre a realidade” (FREIRE, 2019, p.101).

Mais uma vez refletimos que o(a) técnico(a) em ciências agrárias, formado sob concepção bancária, exerce a ATER sob mesmo aspecto assistencialista, que torna o(a) agricultor(a) dependente de seu conhecimento ou realidade mitificada. Daí o caráter também assistencialista de determinados programas sociais que não permitem que a agricultura familiar

seja transformadora da sua realidade, mas que apenas espere o que o governo tem a oferecer (SILVA, 2006).

Nesse sentido, há uma ciclo a ser rompido através da práxis, para que se deixe de fortalecer através do ATER uma estrutura familista baseada no tripé família-produção-trabalho, que sobrecarrega e invisibiliza as mulheres no agroecossistema. Esse ciclo se inicia nas próprias instituições técnicas e movimentos sociais, que se propõem a construir a agroecologia mas ainda não romperam com as disputas pelos espaços de poder internos, que estão dominados pelos homens brancos. E se reverbera no trabalho de base em campo, quando não há técnicas e educadoras mulheres ocupando os espaços e os protagonizando.

É preciso garantir uma práxis pedagógica pelas mulheres e para as mulheres, baseada na educação popular, para que seja possível construir a agroecologia, tendo o feminismo como lente no modo de olhar o mundo. Em outras palavras, um movimento político para construção teórica que visa à transformação da condição das mulheres e o questionamento às relações de poder, através de metodologias de ATER comprometidas a contribuir com o avanço do feminismo e da agroecologia na agricultura familiar.

1.6 Pedagogia feminista para uma ATER libertadora

De acordo com Lorena Moraes et al. (2018), para que a transformação social ocorra de fato precisa envolver processos educativos, populares e coletivos. Em seu trabalho intitulado “Pedagogia Feminista como processo educativo para a reflexão da política pública de ATER no Nordeste”, as autoras afirmam como fundamental que as mulheres possam transformar o conhecimento existente sobre si e sobre a realidade a partir das lentes do feminismo, criando e se apropriando de métodos que se aproximem da sua maneira de ser e estar no mundo.

Lorena Moraes et al. (2018) apresentam para tanto a “pedagogia feminista”, a qual bebe da fonte da educação popular e do feminismo, assumindo o enfrentamento às estruturas opressoras para construir formas de resistência. Para que ela seja possível, portanto, se faz “necessário desorganizar as relações de poder de forma subversiva e revolucionária, considerando o valor da subjetividade na criação histórica e o valor dos corpos inscritos nos territórios” (MORAES et al., 2018, p.13).

Também na perspectiva da pedagogia feminista, Laetícia Jalil et al. (2017) colocam que a ciência ou o dito “conhecimento formal” foi durante muito tempo negado às mulheres, que tiveram seus saberes/fazeres e a construção de seu conhecimento historicamente invisibilizados

e/ou desvalorizados, pois eram considerados como crendices ou práticas culturais tradicionais. Assim foram enquadrados todos conhecimentos do manejo de plantas medicinais, das ervas sagradas e de poder, das parteiras, raizeiras, curandeiras, do cuidado, da criação de pequenos animais, das outras formas de produção e economia (JALIL et al., 2017).

Nesse sentido, se faz urgente resgatar o conhecimento das histórias das mulheres e seus saberes imprescindíveis à reprodução da vida e toda a contribuição às práticas agroecológicas, como forma de complexificar os processos de transição agroecológica e reafirmar o entendimento da agroecologia enquanto ciência, movimento e prática (MORAES et al., 2018; JALIL et al., 2017).

Em “Ensinando a transgredir” Bell Hooks (2017) chama atenção para a potência transformadora do feminismo enquanto um processo educativo de tomada de consciência das desigualdades de gênero, raça e classe. A autora resgata pensadoras negras feministas e o pensamento de Paulo Freire, relacionando a educação como prática de liberdade ao paradigma de transgredir, em sala de aula, as fronteiras raciais, sexuais e de classe, onde a liberdade é objetivo mais importante do(a) professor(a), um olhar feminista da educação popular.

O primeiro exercício coletivo que Lorena Moraes et al. (2018) discutem é a afirmação do saber, ou seja, reconhecer que todo o conhecimento apresenta ordem distinta de saberes e que tem valor e é complementar, seja ele acadêmico ou empírico; seja das práticas cotidianas ou científico/tecnicista, pois:

Todos eles são indispensáveis para a reprodução da vida e esse exercício feminista, de nos enxergar como iguais em direitos, porém distintas, fez com que pudéssemos construir o conhecimento coletivo neste projeto/processo com toda nossa diversidade e complexidade. Foram vários os limites e os desafios neste exercício do trabalho coletivo, de tessitura e de consensos conflitivos na construção desta experiência. No entanto, a oportunidade que tivemos de nos debruçar sobre esta importante política pública, sobretudo, com as mulheres rurais e as assessoras técnicas (que normalmente estavam presas às burocracias da execução da política), e refletir sobre os processos e as práticas políticas-metodológicas que abarcassem outras formas de efetivar uma ATER Feminista e Agroecológica para além dos marcos institucionais, foi o que nos animou (MORAES et al., 2018, p.15).

Para construção de uma ATER feminista e agroecológica, portanto, Laetícia Jalil et al. (2017) destacam a dimensão da educação popular, compreendendo que o “ser/poder/saber e a prática educativa deve ser popular, crítica, sistêmica, política, ecológica, antipatriarcal, anticapitalista e antirracista” (JALIL et al., 2017, p. 32), ou seja, uma pedagogia feminista e agroecológica. As autoras afirmam ainda que é preciso definir o que se considera assistência

técnica, porque se está tratando de educação popular, que é maior que assessoria e envolve processos de educação, não apenas de produção.

De acordo com Laetícia Jalil et al. (2017), ainda, o próprio feminismo não é uma questão de assistência técnica, mas um processo de educação popular e de formação política, apostando, portanto, em caminhos epistêmicos da pedagogia feminista com ferramentas metodológicas pelo de caráter participativo do escutar, sentir, vivenciar e refletir coletivamente. Com efeito, essa base teórico-prática foi o que possibilitou alcançar uma comunicação de pedagogia feminista para a reflexão da política pública de assistência técnica no Nordeste, onde se realizou a formação em feminismo e agroecologia com entidades envolvidas no ATER Mulheres e ATER Agroecológica (JALIL, et al., 2017).

As ferramentas metodológicas experimentadas por Lorena Moraes et al. (2018) refletem a mesma experiência formativa de ATER que Laetícia Jalil et al. (2017) buscou comunicar às políticas operacionalizadas pelo Estado via chamadas públicas. As autoras pautaram a perspectiva crítica dos feminismos e da educação popular, contribuindo para a construção da autonomia das mulheres, tanto na dimensão produtiva, quanto na dimensão política, social e cultural.

Priorizamos problematizar em relação às ações da ATER e suas metodologias utilizadas, o questionamento à divisão sexual do trabalho, a desvalorização e a invisibilidade do trabalho doméstico e do cuidado e das atividades que são desenvolvidas pelas mulheres (na casa e no agroecossistema). Tais dimensões também são apontadas pelas chamadas como eixos fundamentais para o fortalecimento e autonomia das mulheres rurais (MORAES et al., 2018, p.15-16).

Assim, foram realizadas questões problematizadoras a fim de ampliar novos olhares e alternativas para refletir as próprias práticas. Primeiro no âmbito da divisão sexual do trabalho na agricultura familiar, como “Quais os espaços que as mulheres e homens protagonizam no agroecossistema? O que é trabalho produtivo versus reprodutivo? É normal só a mulher ser responsável pelo trabalho doméstico?” (MORAES et al., 2018, p. 16). E ainda mais fundo, destacando pontos estruturantes e questionando: “O que significa o trabalho “leve” e a “ajuda”? Por que o trabalho da mulher é desvalorizado? Como as violências cotidianas sofridas pelas mulheres se expressam nessa dicotomia entre trabalho produtivo versus reprodutivos?” (MORAES et al., 2018, p.16).

Outro eixo de reflexão importante foi sobre a participação política e as relações de gênero, investigando por exemplo se “as mulheres estão protagonizando os espaços políticos de participação – sindicatos, conselhos, feiras etc. E como seu conhecimento é, ou não

valorizado?” (MORAES et al., 2018, p.16). Por fim, questões inerentes à assistência técnica, foram exemplos de questionamentos: “Qual o tratamento da ATER a temas emergentes (democracia, conflitos agrários, racismo, sexismo, violência contra as mulheres)? Qual papel dos/as técnicos/técnicas? Como se coloca frente às situações de violência e racismo?” (MORAES et al., 2018, p.16).

Lorena Moraes et al. (2018) explicam que a pedagogia feminista deu base para apreender os olhares para a política pública com objetivo de refletir sobre as relações de conflito, desafios, potencialidades, impactos e aprendizados da ATER para as mulheres agricultoras e técnicas, bem como essas mudanças e aprendizados foram sendo acumulados como processos educativos para as organizações executoras das chamadas públicas.

Outro ponto muito relevante apresentado pela pedagogia feminista é a metodologia da auto-organização das mulheres, um espaço onde elas se encontram para que possam falar, refletir e participar ativamente da construção do feminismo ao realizar trocas de saberes e construir narrativas sobre si e sobre o mundo, como explicam Jalil et al. (2017). As autoras destacam que a auto-organização é um princípio do feminismo como processo de fortalecimento que empodera as mulheres a se tornarem protagonistas na luta e nas suas vidas.

Estes espaços facilitam a compreensão do ser mulher como uma experiência socialmente compartilhada e historicamente situada, ainda que seja uma experiência singular para cada uma e permitem questões como violência, inseguranças no falar e participações nos espaços públicos, autoestima, sexualidade, aquisição de saberes e conhecimentos. A metodologia feminista entende como indispensável que os encontros entre mulheres e abordagem feminista, como lente teórica para análise e forma de organização. De modo que possam ser considerados como uma ferramenta do processo de transição agroecológica. As místicas, as rodas de conversa, cantos e dança terapia, o toque, as trocas de massagens, braços, carinhos, a criação de músicas e poesias foram instrumento que trouxeram uma carga significativa para desvelar as problemáticas que atravessam o cotidiano das mulheres (JALIL et al., 2017, p.30).

Para Lorena Moraes et al. (2018), a elaboração de propostas metodológicas que favoreçam a construção de conhecimentos mais dialógicos e críticos foram grandes desafios em seus trabalhos de formação com ATER. Foi necessário que se criassem brechas para uma “ecologia de saberes” entre técnica/o (educadora), mulheres rurais, pesquisadoras e acadêmicas, de forma a compreender as demandas das mulheres rurais. Isso se deu no esforço para construir relações menos hierárquicas, problematizar o fazer agroecológico, fortalecer os processos locais de resistências e o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos, portadoras de saberes e práticas (MORAES et al., 2018).

A partir da pedagogia feminista que o projeto de formação em agroecologia e feminismo trouxe perspectivas para continuar construindo novos caminhos e modos de fazer, criar e comunicar lutas e saberes das mulheres agricultoras, “tal como compreender os desafios vivenciados neste campo de ação política e de construção do conhecimento não hegemônico, polifônico e crítico” (MORAES et al., 2018, p.28).

Esse ainda é um longo caminho a ser percorrido, rumando ao horizonte com a pedagogia feminista na consolidação da agroecologia, através das práticas de assessoramento técnico. A maioria das instituições, ainda que realizem o enfrentamento ao agronegócio e se posicionem como organizações de esquerda, se beneficiam das estruturas patriarcais e racistas. Está no campo do ideal as experiências de organizações que colocam as pautas feministas como centrais, e essas poucas configuram um primeiro passo para que possamos lá na frente afirmar politicamente e através da práxis, que sem o feminismo, de fato, não há agroecologia.

2. AGRICULTORAS EMPODERADAS ATRAVÉS DAS CADERNETAS AGROECOLÓGICAS

*“Cansei de ser domesticada
Quero andar com os próprios pés
Organizar a rebeldia
e assim deixar de ser refém.”*

(Movimento de Pequenos Agricultores – MPA)

“Andar com os próprios pés”, canção das jovens feministas do MPA abre esse capítulo, sintetizando a luta pela autonomia das mulheres agricultoras a partir das experiências com as Cadernetas Agroecológicas (CA’s) aqui narradas. Cantam esse poema Eulapaula Martins, Maria Monte e Marli Fagundes, militantes do movimento, disponível em vídeo através do youtube¹⁵. A cantiga se tornou palavra de ordem para o movimento e mais tarde foi incorporada pelas agricultoras das CA’s na Bahia, inspirando como música tema da série de podcasts “Guardiãs da Agrobiodiversidade”, lançada em julho de 2020 pelo Projeto Pró-Semiárido em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR.

Com propósito de identificar evidências e discussões acerca das contribuições da metodologia político-pedagógica das CA’s para o empoderamento das agricultoras, este capítulo foi constituído inicialmente de revisão sistemática reunindo trabalhos científicos, cartilhas e manuais. A questão central desse levantamento foi entender como a CA vem sendo aplicada e quais tem sido seus resultados na vida das mulheres.

Para o desenvolvimento da primeira parte deste capítulo, intitulada “Caderneta Agroecológica e Economia Feminista: desvelando os trabalhos protagonizados pelas agricultoras”, foram destacados trabalhos publicados e disponíveis integralmente em bases de dados científicas, revistas e manuais, publicados a partir de 2014, ano em que a CA foi desenvolvida, e que tratassem especificamente da relação entre questões de gênero e agroecologia na aplicação das CA’s. Os resultados desse levantamento teórico foram elencados em três eixos: Economia Feminista, Quintais Agroecológico e Papel Político-Pedagógico das Cadernetas Agroecológicas.

A perspectiva agroecológica foi o paradigma que articulou os trabalhos de dissertação de Eliane Barros (2018), Liliam Telles (2018) e Rafael Oliveira (2015), em que o(as) autor(as) buscam romper com a visão fragmentada e reducionista da ciência moderna ao estabelecer

¹⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=V27Y3n2ZFvA>

diálogos entre os conhecimentos populares, historicamente construídos pelas comunidades tradicionais rurais, e o conhecimento acadêmico. Em Lopes Neto et al. (2015a), Barros (2018), Telles (2018), Moreno (2018), Cardoso et al. (2020), SOF (2018), Jalil et al. (2019) e Telles et al. (2020), as discussões estão centradas no perfil político-pedagógico das Cadernetas Agroecológicas como fundamental para desvelar o protagonismo das agricultoras, com destaque para os quintais que ressignificam as relações de trabalhos reprodutivos e produtivos no agroecossistema familiar.

No segundo subcapítulo, apresento o passo a passo metodológico das experiências das mulheres do Piemonte da Diamantina/BA e da equipe da COOPESER com a implementação das CA's entre 2018 e 2020. São discussões elencadas em relatos das agricultoras através do grupo do *whatsapp* “Mulheres das Cadernetas” e nos registros de meu diário de campo, construído para esta pesquisa participante a partir de minha vivência profissional e militante, enquanto integrante da equipe técnica da COOPESER. Busquei, ainda, traçar um paralelo destas experiências locais com as orientações do Guia Metodológico da Caderneta Agroecológica¹⁶, desenvolvido pelo Semear Internacional/FIDA, para os projetos de assistência técnica vinculados ao mesmo na região Nordeste.

“Miudezas que geram grandezas: os quintais agroecológicos como espaços de autonomia e diversidade” é o terceiro subcapítulo, onde é discutido o desenvolvimento do conhecimento e trabalho intrínsecos às mulheres em seus quintais, que se revelam territórios de segurança alimentar, solidariedade e autoestima para essas agricultoras. Os referenciais teóricos são trabalhados juntamente aos relatos das agricultoras do Piemonte da Diamantina/BA a partir das trocas de experiências e rodas de conversas no grupo do *whatsapp*.

Por fim, a quarta parte desse capítulo revela a experiência da equipe técnica através da roda de conversa online “As contribuições político-pedagógicas das Cadernetas Agroecológicas para o assessoramento técnico”. Nela foram elencados desafios, avanços e proposições para o trabalho com a metodologia em campo, na perspectiva de ampliá-la para que mais organizações e entidades de ATER possam colocá-la em prática com outras agricultoras em mais territórios.

¹⁶ Este material foi elaborado a partir das contribuições reunidas pelo CTA-ZM e também pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia – GT Mulheres da ANA, entidades que contribuíram e contribuem diretamente para a metodologia.

2.1 Caderneta Agroecológica e economia feminista: desvelando os trabalhos protagonizados pelas agricultoras

A Caderneta Agroecológica (CA) foi desenvolvida em 2014 pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM)¹⁷, em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), como resultado do esforço intelectual e político de organizações sociais e movimentos de mulheres, para visibilizar o trabalho das agricultoras nos agroecossistemas. A CA é, portanto, uma metodologia de monitoramento e formação, bem como uma ferramenta de análise da realidade social, em que as agricultoras registram suas rendas monetária e não monetária, oriundas de seus trabalhos produtivo e reprodutivo (LOPES NETO et al, 2015a).

A CA consiste em um caderno de anotações com quatro colunas denominadas para consumo, doação, troca e venda, que estão dispostas de maneira didática para o preenchimento pelas agricultoras, que se tornam as próprias pesquisadoras. Segue na figura 1, disponível abaixo, a versão mais atual da CA, impressa pelo Semear Internacional em 2019, onde podemos conhecer como a agricultora pode organizar sua produção (CARDOSO et al., 2019).



Figura 1. Exemplar da Caderneta Agroecológica utilizado pelas agricultoras através do PSA.
Autoria: Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia – SDR.

¹⁷ O CTA é uma organização sem fins lucrativos fundada em 1987 por um grupo de técnicos, agricultores familiares e profissionais liberais. Atua na Zona da Mata de Minas Gerais, realizando assessoria técnica e política com o objetivo de promover a Agroecologia como enfoque para o desenvolvimento rural sustentável (LOPES NETO et al., 2015a).

Cada agricultora participante possui a sua CA e realiza as anotações diariamente, ou adaptadas a sua rotina, e compõe um núcleo mulheres na comunidade que se reúne para discutir e trocar experiências. Algumas contam com o apoio de familiares, do(a) técnico(a) ou umas das outras para o preenchimento, por apresentarem dificuldades com a escrita e/ou matemática ou por não terem sido alfabetizadas, o que não limita sua participação.

A CA é acompanhada de uma metodologia, detalhada no item 2.2 deste capítulo, que foi construída a partir da contribuição de uma rede de organizações dos campos agroecológico e feminista no projeto Mulheres e Agroecologia em Rede, que se desenvolveu em quatro regiões do país (Amazônia, Nordeste, Sul e Sudeste) com o apoio financeiro da União Europeia, sendo composta por: CTA-ZM, Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia (RMERA), Rede de Produtoras Rurais do Nordeste, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Grupo de Trabalho de Gênero e Agroecologia e pelo Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas Gerais (MMZML) (LOPES NETO, 2015a).

Em trabalho sobre o resultado da produtividade dos quintais segundo registro das mulheres nas CA's, Lopes Neto et al. (2015b) explicam que a ferramenta foi desenvolvida a partir da constatação de que o conhecimento das agricultoras é sistematicamente negligenciado pelo pensamento dominante, que é machista e patriarcal, baseado na divisão sexual do trabalho que invisibiliza as mulheres. Segundo os autores, as agricultoras estão presentes em todas as atividades produtivas e não produtivas, agrícolas ou não-agrícolas.

há um amplo leque de contribuições feitas pelas mulheres que simplesmente não são reconhecidos como trabalho e, portanto, não são contabilizadas dentro da lógica mercantil que rege os mercados formais. Nesse sentido, os espaços ocupados pelas mulheres aparecem secundarizados e menosprezados, em clara oposição àqueles espaços onde os homens estão presentes (LOPES NETO et al., 2015b, p.2).

A metodologia da CA, portanto, baseia-se na crítica da economia feminista, conforme explicam Lopes Neto et al. (2015b), pois considera o trabalho doméstico e de cuidados na análise do sistema socioeconômico, como parte de um conceito de economia centrado na sustentabilidade da vida humana e não apenas nas relações mercantis. Dessa forma, a CA demonstra o aporte econômico das mulheres, reconhecendo o trabalho não remunerado feito por elas, a exemplo de tudo aquilo que é produzido através dos quintais principalmente para consumo, doação ou troca, valores que comumente não são contabilizados na renda familiar.

A pesquisa de Renata Moreno (2018) apresenta a CA como uma ferramenta que contribui para o desenvolvimento da economia feminista no campo, uma vez que amplia o conceito de trabalho e o que é considerado economia, ou seja, a renda não monetária do trabalho reprodutivo. Além disso, as anotações nas CA's comprovam o trabalho da mulher e seu reconhecimento como agricultoras, ampliando seu acesso às políticas públicas, o que contribui para o fortalecimento de sua autonomia (MORENO, 2018).

Para Liliam Telles (2018), a economia que não contabiliza as atividades não monetárias, ou as considera acessórias ao trabalho dos homens que empreendem atividades remuneradas, torna invisível o trabalho produtivo e reprodutivo cotidiano das mulheres. A autora explica que essa questão é histórica, cultural, mas também epistemológica, onde diferentes correntes da economia neoclássica se consolidam em um paradigma que atribui centralidade apenas à produção e à circulação mercantil, apagando os “processos sociais necessários à sustentabilidade humana em sua totalidade. Assim, reforçam a invisibilidade do trabalho doméstico e de cuidados e das atividades para o autoconsumo na dinâmica da economia” (TELLES, 2018, p. 17).

A economia feminista propõe uma ruptura com conceitos desse pensamento econômico hegemônico do capital, que não contabiliza o trabalho da mulher. De acordo com Laetícia Jalil et al. (2019), se faz necessário deixar de lado o olhar dicotômico que separa e hierarquiza as conhecidas esferas do trabalho produtivo X reprodutivo, na medida em que se entende ambos como estruturalmente constitutivos dos processos de geração de valor.

(...) deve dar lugar ao aporte da economia feminista, das teorias feministas e da ecologia política com bases teóricas, metodológicas e políticas que tragam para o campo sociológico, agrônomo, econômico, político, filosófico, novas lentes de análises e novas questões que nos aproximem da realidade e que reconhece outros sujeitos e novas narrativas, rompendo com a episteme branca, eurocêntrica, heteropatriarcal, racista e classista (JALIL et al., 2019, p. 121).

Nesse sentido, nos papéis executados por homens e mulheres no agroecossistema, do ponto de vista da reprodução social e econômica, os trabalhos que o dinamizam mantêm entre si uma relação de dependência. Em outras palavras, o trabalho da produção mercantil e para o autoconsumo se desorganizaria e perderia sua condição de operar a gestão produtiva do agroecossistema, se não existisse o aporte dos bens e serviços produzidos, principalmente, pelas mulheres através de seus trabalhos (PETERSEN et al., 2017; TELLES, 2018).

Há uma grande dificuldade em contabilizar o uso dos tempos das mulheres, devido a sua participação simultânea em múltiplas atividades e permanente transição entre as mesmas.

De acordo com Lorena Moraes et al. (2021), o trabalho das agricultoras articula a produção e a reprodução, admitindo um caráter de continuidade e sem definição de começo e término, o que contribui para sua invisibilidade.

Além das atividades domésticas na unidade familiar, as mulheres rurais cuidam dos pequenos animais e de seus quintais produtivos. No entanto, como essas atividades são direcionadas, em sua grande parte, para o autoconsumo, esse trabalho não é contabilizado, tampouco reconhecido e valorizado, uma vez que não gera renda monetária. As mulheres também trabalham na roça, no entanto, é consenso entre todos esses estudos que o trabalho das mulheres na produção agrícola é entendido como “ajuda” pelos demais membros da família ou da comunidade. Contudo, esse trabalho possui frequência diária, logo, é associado ou confundido com as atividades domésticas. Como tal, não é remunerado e não faz da mulher um sujeito ativo na decisão da produção, comercialização e da aplicação do dinheiro arrecadado com a produção ou proveniente das políticas públicas. Percebe-se claramente as relações de poder entre homens e mulheres na divisão sexual do trabalho, admitindo uma relação hierárquica que torna evidente que a gestão da produção não é igualitária ou sequer compartilhada (MORAES et al., 2021, p. 178-179).

Contabilizar esse relógio é uma das importantes chaves para entender a jornada de trabalho da agricultora a organização do trabalho familiar. Isso possibilita além de sua visibilização e valorização, realizar também uma justa divisão das atividades que sobrecarregam as agricultoras no agroecossistema e as impedem de desenvolverem autonomia política e econômica.

Segundo Renata Moreno (2018), os resultados das CA's revelam a quantidade de trabalho realizado e sua contribuição significativa para o sustento familiar, valorizando outras racionalidades para além do dinheiro e do lucro, como a solidariedade e a reciprocidade. “As falas das mulheres que utilizam a caderneta agroecológica registram mudanças na visão sobre ‘dependência’ e fortalecem a autoestima” (MORENO, 2018, p.207).

Liliam Telles et al. (2020) destacam que a CA está fundamentada na economia feminista, pois a partir de seus resultados é possível avaliar:

as relações de interdependência entre as diferentes atividades mercantis e não mercantis em que as mulheres estão envolvidas e pelas quais são responsáveis, dão sustentação à economia familiar das agricultoras (...) elas garantem a autonomia econômica da unidade familiar, da comunidade e de si próprias (TELLES et al., 2020, p.5)

Nesse sentido, cabe afirmar que a agroecologia, a partir da perspectiva feminista, permite a valorização de práticas econômicas que visibilizam o protagonismo das agricultoras, no qual a lógica da autossuficiência e da reprodução da vida se sobrepõe às práticas econômicas hegemônicas, ou seja, da esfera mercantil. Por isso, se faz essencial a constituição de uma economia substantiva, justa, agroecológica e feminista (TELLES et al., 2020).

Além disso, Laetícia Jalil et al. (2019) destacam o processo de reflexão-ação-intervenção das CA's, a partir de uma abordagem feminista, como uma caminho para a prática de uma nova ATER, de projetos de desenvolvimento rural, de arranjos de políticas públicas e dos projetos de organização econômica e produtiva, para que possam contribuir, de fato, para a construção da autonomia das mulheres.

2.2 Desenvolvimento metodológico das Cadernetas Agroecológicas: a experiência do Pró-Semiárido no Piemonte da Diamantina/BA.

À primeira vista a CA pode ser qualificada apenas como uma “ferramenta” ou “instrumento”, se o olhar estiver voltado de maneira isolada para o caderno de anotações em um papel. Contudo, destaco que ela deve ser lida como uma metodologia, e não apenas uma anotação isolada, uma vez que sem um processo metodológico orientado ela poderá não alcançar o objetivo pelo qual foi desenvolvida: visibilizar e valorizar os trabalhos desenvolvidos pelas agricultoras agroecológicas.

A metodologia da CA foi construída através de contribuições de uma rede de organizações e experiências que aconteceram e vem acontecendo no Brasil, desde a sua criação. Ao praticarmos a metodologia em campo, junto às agricultoras protagonistas, é possível perceber que pouca importância tem o papel com anotações da produção se não forem discutidas as pautas feministas e as vidas dessas mulheres. É esse processo formativo que possibilita que elas se reconheçam, se fortaleçam e possam elas mesmas atribuir as significâncias aos dados por elas anotados. Isso quer dizer que o caderno por si só não muda a realidade, mas sim a reflexão que produzimos juntas sobre os dados que foram registrados, e por isso se faz tão importante entender a CA no âmbito de sua metodologia.

De acordo com Elisabeth Cardoso et al. (2019) no Guia Metodológico da Caderneta Agroecológica, elaborado para aplicação nos projetos apoiados pelo Semear Internacional, a proposta foi sendo testada junto a um coletivo nacional de organizações de assessoria técnica, universidades, institutos de pesquisa e movimentos sociais, com destaque para aqueles que fazem parte do GT Mulheres da ANA.

Não se propõe uma receita de bolo, ou uma camisa de força, ou seja, pode-se reinventar e sugerir outros passos a partir de distintas vivências e realidade em o que projeto vai ser implementado. O mais importante é que se compreenda que esse processo envolve diversos sujeitos, com tempos e papéis distintos (...) Como um processo de construção coletiva do conhecimento, todas/os devem ter claros seus

papeis, responsabilidades e contribuições para a construção dessa teia (CARDOSO et al., 2019, p. 13).

Nesse sentido, o Guia apresenta as estratégias para que a metodologia alcance resultados ou uma compreensão mais próxima da realidade da produção econômica das mulheres. Inclui, ainda, outros instrumentos de coletas de dados, como os questionários e mapas da sociobiodiversidade, além das oficinas de formação política e pedagógica nos núcleos de mulheres agricultoras, que se organizam em suas comunidades rurais (CARDOSO et al., 2019).

O Guia Metodológico demonstra o passo a passo a execução que envolve desde a sensibilização da equipe de assessoria técnica até a análise coletiva dos resultados conquistados pelas agricultoras ao final do prazo estabelecido de desenvolvimento da metodologia. A versão deste guia, elaborada em 2019, foi a que tomamos como base no PSA entre junho de 2019 e agosto de 2020, realizando as adaptações necessárias às realidades locais.

De acordo com o Guia, ainda, é fundamental que a equipe de assessoria técnica assuma o desafio de “ampliar seu olhar sobre as práticas desenvolvidas, questionar as metodologias implementadas e fortalecer a perspectiva de gênero nas suas ações e nas reflexões institucionais” (CARDOSO et al., 2019, p. 13). Por isso a princípio são realizadas oficinas, grupos de estudos e seminários, a fim de sensibilizar e capacitar as equipes, desde a apresentação até a sistematização, que é a coleta dos dados mensal (CARDOSO et al., 2019).

A seguir, descrevo as etapas e como foram desenvolvidas no primeiro ano do Projeto das Cadernetas Agroecológicas no Pró-Semiárido (PSA), através das experiências que tive compondo a equipe de assessoramento técnico continuado (ATC) da COOPESER no Piemonte da Diamantina, BA. Apresento os apontamentos e reflexões realizados em meu Diário de Campo durante as atividades que participei, bem como os relatos das agricultoras nas mesmas. Também discuto os depoimentos das agricultoras nas trocas de experiências no grupo de whatsapp e os relatos da Roda de Conversa com a equipe técnica para esse trabalho de dissertação. Todas as identidades foram preservadas e adotados nomes fictícios em referência aos relatos descritos.

2.2.1 Preparando as sementes: o processo de formação das equipes

a) Seminário Nacional “Feminismo e Agroecologia: Repensando a Economia a partir das Cadernetas Agroecológicas”

O primeiro espaço de formação que tivemos sobre as CA's, enquanto equipes de assessoramento técnico do Pró-Semiárido, ocorreu no Seminário Nacional que discutiu os dados do projeto intitulado “Os Quintais das Mulheres e a Caderneta Agroecológica na Zona da Mata de Minas Gerais e nas Regiões Sudeste, Sul, Amazônia e Nordeste: sistematização da produção das mulheres rurais e um olhar para os quintais produtivos do Brasil”.

O evento ocorreu entre os dias 12 e 14 de novembro de 2018 em Recife/PE, e nesse período o Pró-Semiárido e as entidades de assessoramento técnico ainda não executávamos a metodologia das CA's. Foi um importante momento de aproximação e reflexão sobre aquele que era o nosso maior desafio: comprovar que o trabalho das agricultoras no semiárido baiano era muito mais expressivo do que os dados do governo e das políticas públicas apontavam, ou melhor, escondiam. Vimos nas CA's o potencial para apresentar essas respostas e, para além disso, fortalecer os trabalhos das agricultoras nos quintais agroecológicos.

Dessa forma, participamos do Seminário Nacional como representantes das entidades, a COOPESER, SAJUC e CACTUS, juntamente com Elizabeth Siqueira, assessora de gênero da CAR. Além da rica formação técnica e política que este espaço pôde nos proporcionar, foi também essencial para traçar articulações com as companheiras do GT de Mulheres da ANA, que desde a criação da metodologia estão protagonizando a ampliação das CA's para mais mulheres em todo o país.

Após a mesa de abertura, participamos da roda de conversas “Mãos que tecem juntam o conhecimento: Novos Olhares e aprendizados sobre o fazer agroecológico a partir das mulheres”, que trouxe o processo de aprendizagem através das CA's nos diferentes espaços em que ela foi trabalhada. Liliam Telles (ANA) realizou um resgate histórico do trabalho do CTA Zona da Mata entre 2003 e 2009, até a execução do Programa de Formação em Feminismo e Agroecologia e execução do Termo de Execução Descentralizada – TED MDA/SEAD/UFV entre 2016 e 2018, nas regiões da Zona da Mata de Minas Gerais, sudeste, sul, Amazônia e nordeste do Brasil.

As agricultoras agroecológicas presentes compartilharam suas ricas experiências, evidenciando como o processo contribuiu não só para reconhecimento de suas rendas, como também para o empoderamento político como agricultora familiar. Ainda na mesa, Irene Cardoso, professora da UFV e coordenadora do projeto, destacou que o principal resultado das CA's não é o número final sistematizado, mas sim do despertar das mulheres neste processo metodológico, em que se forja sua autonomia através do feminismo e da agroecologia.

A mesa “Feminismo e Agroecologia: repensando a Economia a partir das cadernetas agroecológicas”, foi iniciada com apresentação e discussão do vídeo sobre a experiência das CA's na Amazônia¹⁸, trazendo relatos de diversas agricultoras. Em seguida, foram apresentados os dados obtidos ao longo do projeto, demonstrando que 30% dos registros foi de doação, fator que contribuiu significativamente para o desenvolvimento rural e construção de relações de solidariedade e confiança entre as agricultoras.

O seminário também buscou construir novas estratégias para o fortalecimento das ações das mulheres na construção da agroecologia no país, através das políticas públicas e dos projetos de ATER, que tinham os princípios da agroecologia em seus escopos. A professora Laetícia Jalil, (UFRPE e GT Mulheres da ANA), apontou que as CA's tem a perspectiva de disputar narrativas, espaços e políticas públicas voltadas para as mulheres, que estão inseridas em um contexto de Estado patriarcal onde os olhares quem pensam as propostas de práticas sociais são apenas dos homens brancos.

Outra importante discussão foi o papel que a CA cumpre ao não só destacar as práticas mercadológicas, e sim demonstrar que as mulheres contribuem para a segurança e soberania alimentar, a conservação da agrobiodiversidade através dos quintais, o estabelecimento do comércio local (circuitos curtos) e o desenvolvimento territorial. As dimensões da troca e da doação resgatam que o que move o trabalho dessas mulheres não está na lógica do capital, existem outros sentidos e olhares que as fazem produzir. Elas são construtoras do saber-fazer agroecológico, por isso a metodologia da CA também resgata e valoriza os conhecimentos de mulheres que foram por séculos desqualificadas, principalmente no cuidado com a reprodução da vida, como os conhecimentos de plantas medicinais.

¹⁸ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=pcjhU3XD9tw&t=116s>

Isabelle Hillecamp, professora e socióloga, tratou do tema da sociologia das ausências e emergências, relacionando com o trabalho das mulheres e a reprodução social, que é aquilo que o capitalismo invisibiliza e explora. E discutiu que, através dos depoimentos das agricultoras, foi visível a capacidade de desenvolver um novo olhar através da ação política e coletiva nos movimentos e redes. Através da prática do registro e categorização, as mulheres tem obtido autoconhecimento, maior interesse em ampliar e diversificar suas produções, desenvolvem autonomia e buscam pela transformação de suas realidades. Apesar de estarmos disputando narrativas com a mesmas armas do capital (as cifras monetárias), o valor não-monetário é o que dá sentido ao trabalho metodológico das CA's.

Elisabeth Cardoso, do GT de Mulheres da ANA, finalizou o encontro com algumas conclusões a respeito dos resultados, demonstrando que o volume da produção dos quintais foi maior do que se esperava e muitas vezes superior à renda que era considerada principal, advinda do trabalho do homem. Através dos trabalhos dos quintais também abrem-se portas para reconhecimento das mulheres como agricultoras e acesso a aposentadoria rural, por exemplo. Ela destacou, ainda, o potencial dos quintais como espaços de transição agroecológica, constatados através dos níveis de fertilidade dos solos e da agroebiodiversidade.

Sáimos do Seminário com uma rica troca de experiências e dispostas a construir a metodologia das CA's nos 32 municípios de atuação do Pró-Semiárido na Bahia, com o objetivo de visibilizar os trabalhos das agricultoras principalmente através das tecnologias sociais implantadas nos quintais agroecológicos. Contando com o apoio do GT Mulheres da ANA, traçamos ali os primeiros passos para que isso fosse possível.

b) Formação de Agentes de ATER sobre as Cadernetas Agroecológicas

Fruto da articulação e planejamento que realizamos após o Seminário Nacional em Recife, propusemos uma formação mais ampla para que representantes das 10 entidades de ATC envolvidas no Pró-Semiárido pudessem conhecer as Cadernetas Agroecológicas. Nesse sentido, em parceria com a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER), realizamos a primeira Formação de Agentes de ATER sobre as Cadernetas Agroecológicas.

A atividade ocorreu nos dias 27 e 28 de novembro de 2018, no Centro de Treinamento da Secretaria de Desenvolvimento Rural em Salvador/BA, durante a Feira Baiana da Agricultura Familiar e da Economia Solidária (FEBAFES). O objetivo do seminário foi

apresentar e discutir a metodologia das CA's para as entidades de ATER dos projetos Pró-Semiárido/CAR e das chamadas públicas ATER Mulheres e ATER Agroecologia, a fim de fortalecer as ações e visibilizar o trabalho das agricultoras familiares na Bahia.

A formação contou com a facilitação de Beth Cardoso, do CTA/ZM e GT Mulheres da ANA, que apresentou o histórico de criação das CA's e o projeto “Os Quintais das Mulheres e a Caderneta Agroecológica” que foi desenvolvido na Zona da Mata de Minas Gerais e nas Regiões Sudeste, Sul, Amazônia e Nordeste entre 2015 e 2018. A mesma trouxe ainda os principais desafios encontrados na execução, desde a coleta de dados pelas agricultoras até a síntese dos dados, medidas e valores.

Tivemos a oportunidade de conhecer o instrumento e a metodologia de perto e praticar de forma coletiva o preenchimento de alguns exemplos de dados. Esse foi um importante momento para destacar a metodologia e os desafios práticos, esclarecendo dúvidas e acrescentando sugestões para o trabalho em campo.

Os espaços formativos foram essenciais para as equipes que irão trabalhar com as CA's com as agricultoras poderem se apropriar da metodologia, bem como traçar estratégias para leva-la para os municípios de atuação e ações voltadas para as mulheres agricultoras no Pró-Semiárido. Esse foi o primeiro espaço formativo voltado exclusivamente para as Cadernetas que o Pró-Semiárido organizou e participou, dando início a nossa trajetória com o projeto.

c) Formação e Planejamento das Cadernetas Agroecológicas no Pró-Semiárido

Após alguns meses de articulação para aprovação do projeto com as Cadernetas Agroecológicas no Pró-Semiárido, pudemos enfim planejar as ações e capacitar as equipes. Desse modo, em 20 de março de 2019 no espaço Escola de Convivência com o Semiárido do IRPAA¹⁹ em Juazeiro/BA, ocorreu reunião geral de planejamento, estando presentes representantes técnicos(as) das 10 entidades de ATC e dos componentes social e produtivo da CAR, atuantes no Pró-Semiárido nos 32 municípios.

A atividade foi facilitada pela assessora de gênero do Pró Semiárido Elizabeth Siqueira, que além de apresentar a metodologia das Cadernetas Agroecológicas realizou uma discussão sobre a prática feminista no assessoramento técnico e os papéis dos/as técnicos/as em campo devem cumprir ao olhar para as produções com o protagonismo das agricultoras. Também foi

¹⁹ Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada: <https://irpaa.org/>

construído um calendário coletivo com planejamento das ações formativas e execução da metodologia em campo.

O encontro também contou com a apresentação da metodologia das Cirandas para Crianças e Formação das Cirandeiras, mais uma ação de gênero que o Pró-Semiárido desenvolve, e que também está relacionada com a temática das Cadernetas Agroecológicas, uma vez que as cirandas possibilitam a participação integral das agricultoras nas atividades de formação do projeto.

Os e as representantes que estiveram nesse espaço de formação, como eu que estive como coordenadora de ATC da COOPESER, saímos com a função de replicar o conteúdo formativo para as equipes de campo locais, bem como traçar o cronograma de apresentação das CA's para as associações comunitárias e as agricultoras de cada Território Rural integrante do Pró-Semiárido.

d) Capacitação das equipes de campo no Piemonte de Diamantina/BA.

Um primeiro encontro de formação local foi realizado em 21 de maio de 2019 no auditório do SETAF em Jacobina/BA. Participaram os/as coordenadores/as e técnicos/as das equipes de ATC da COOPESER, COFASPI e APPJ que atuam no Pró-Semiárido na Unidade de Gestão de Projeto (UGP) centralizada em Jacobina, que compreende o território de identidade Piemonte da Diamantina e parte da Bacia do Jacuípe.

A oficina foi facilitada pela assessora de gênero do Pró-Semiárido, Elisabeth Siqueira, e a técnica do SASOP²⁰, Ana Celsa Souza, que trouxe a experiência da entidade na execução da metodologia em 2017. Esse encontro teve por objetivo demonstrar o passo a passo da CA, as rodas de aprendizagem para apresentação da mesma, questionários socioeconômicos e mapas da agrobiodiversidade.

Na oportunidade, foram discutidas as dúvidas sobre o preenchimento da CA e o processo de animação no ATC, bem como sobre as tabulações mensais realizadas pelos/as técnicos/as em parceria de cada ACR²¹ do Território Rural. Também foi elaborado o calendário local para início das atividades em campo.

²⁰ Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais: <https://sasop.org.br/>

²¹ Agente Comunitário Rural, jovem da comunidade contratado para atuação nas ações do Pró-Semiárido.

Já em 5 de agosto de 2019 houve uma reunião interna à equipe da COOPESER para dialogarmos sobre as etapas metodológicas de acompanhamento das CA's, facilitada por mim. Participaram técnicas e técnicos e também os/as ACR's dos Territórios Rurais que acompanham a tabulação. A demanda ocorreu em virtude de uma série de dúvidas que surgiram durante as primeiras apresentações das CA's em campo, demarcando aí a importância do processo contínuo de formação das equipes sobre a metodologia, pois os técnicos e as técnicas participam do dia-a-dia das anotações das agricultoras nas CA's.

Na ocasião apresentei a planilha de tabulação mensal, o questionário socioeconômico e os modelos dos mapas da sociobiodiversidade, ferramentas que viriam a ser executadas dali em diante com as agricultoras. Realizamos atividades em grupo onde as equipes se dividiram para aplicar o questionário uns com os outros e nesse processo levantar dúvidas e contribuições para esclarecimentos em coletivo ao final da atividade.

A formação foi muito proveitosa, pois houveram muitas trocas práticas sobre o desenvolvimento da metodologia em campo. Nesse momento algumas das rodas de aprendizagem para apresentação das Cadernetas Agroecológicas nos Territórios Rurais já haviam acontecido, sendo também importante para trocas de experiências entre técnicos/as de como o espaço tem sido conduzido e também de como as mulheres agricultoras tem recebido as Cadernetas Agroecológicas.

e) I Seminário Regional das Cadernetas Agroecológicas - Nordeste

A partir das experiências do Pró-Semiárido e dos esforços feministas em articulação com o GT de Mulheres da ANA, em 2019 a metodologia das CA's se expandiu para mais agricultoras familiares no Nordeste. Isso foi possível através da parceria com o Programa Semear Internacional do FIDA, que apoiou a execução das CA's nos 5 programas vinculados ao FIDA na região Nordeste do Brasil: o Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROCASE) na Paraíba, Projeto Viva o Semiárido no Piauí, Projeto Dom Távora em Sergipe, Projeto Paulo Freire no Ceará e Projeto Dom Helder Câmara em Pernambuco.

Como forma de concretizar essa parceria ocorreu entre os dias 3 e 5 de julho de 2019 o I Seminário Regional das Cadernetas Agroecológicas do Nordeste com o tema “Re-conhecendo a contribuição das Mulheres Rurais para a Construção de um Novo Modelo de Desenvolvimento”. A atividade reuniu técnicas/os e agricultoras na Universidade Federal Rural

do Pernambuco, em Recife/PE, para se aprofundarem na metodologia das CA's e traçarem estratégias para sua execução em campo através dos cinco projetos participantes.

A programação do evento foi repleta de trocas de experiências, associando os momentos formativos ao planejamento das metas e passo a passo da aplicação da metodologia nos projetos. Foi criada, assim, uma consonância entre as equipes que iriam a partir de então contribuir para uma mesma pesquisa e sistematização ao final de um ano da execução das CA's em campo. Foi uma construção coletiva muito proveitosa, principalmente por envolver tantas experiências dos estados convergindo em propostas de ainda mais qualificação da CA para os diferentes contextos e realidades. A participação das agricultoras na formação também foi um destaque muito importante, pois elas puderam suas realidades e propor como a metodologia se adequa a elas.

Da Bahia participaram representantes técnicas/os do Projeto Pró-Semiárido da CAR e das entidades de ATC, as quais ficaram responsáveis por sistematizar a experiência e replicar a formação com as equipes locais em seus municípios e entidades, dando assim continuidade ao processo. Diante dos demais projetos presentes, nós do Pró-Semiárido estávamos em uma etapa mais avançada, visto que já tínhamos realizado espaços de formações entre as equipes e com as agricultoras nos Territórios Rurais. Nesse sentido, tínhamos uma bagagem a mais e pudemos contribuir com as companheiras dos outros projeto que ainda iam começar a metodologia.

Além de muito proveitoso politicamente e metodologicamente, o Seminário contou com momentos místicos e inspiradores que nos fortaleceram na construção desse instrumento, que desde já se demonstrava tão promissor em contribuir com a vida das mulheres e seu protagonismo nos agroecossistemas. São encontros como esse que nos trazem cada vez mais a certeza de que “sem feminismo não há agroecologia”.

2.2.2 Semeando: o processo formativo das agricultoras nos Territórios Rurais

a) As rodas de aprendizagem sobre as Cadernetas Agroecológicas

Após as equipes estarem capacitadas e de acordo com os objetivos das CA's, são iniciadas as etapas em campo até chegar às agricultoras, as protagonistas dessa metodologia. Segundo o Guia Metodológico, a fase de sensibilização é o momento de apresentar para as mulheres, grupos produtivos, associações, sindicatos, e movimentos sociais a proposta da CA (CARDOSO et al., 2019).

Nesse encontro deve-se apresentar a proposta de sistematização e definir, com a participação das mulheres agricultoras, a estratégia de distribuição das cadernetas (por comunidades, territórios, municípios, grupos e associações de mulheres) e a quantidade de cadernetas que serão sistematizadas pela organização local. Nessa atividade é importante definir como será o processo de tabulação das anotações, para que os resultados possam ser devolvidos às mulheres, alimentando processos de reflexão coletiva. Para isso, é importante definir uma pessoa que fique responsável pela tabulação dos dados (CARDOSO et al., 2019, p. 17).

As primeiras conversas de sensibilização ocorreram com as associações comunitárias a fim de articular um momento de apresentação das Cadernetas Agroecológicas para as agricultoras participantes do Pró-Semiárido, que logo se interessaram pela proposta. Nesse processo contamos também com a parceria dos/as jovens ACR's para articularem os encontros juntamente ao/a técnico/a que realiza ATC no Território Rural.

A equipe da COOPESER, atuante no Piemonte da Diamantina, prestava assessoramento para os municípios: Jacobina, Cáem e Várzea Nova. Nestes, as comunidades participantes do Pró-Semiárido se organizavam em nove Territórios Rurais (TR), sendo cada um agrupamento de 4 ou 5 associações comunitárias circunvizinhas que se articulavam para acessar a política pública do Pró-Semiárido e desenvolverem um plano de desenvolvimento territorial. Essa foi uma dinâmica adotada pelo Pró-Semiárido nos 32 municípios de atuação. A tabela abaixo demonstra a organização territorial das comunidades participantes dessa pesquisa:

Tabela 1 – Os territórios rurais e comunidades correspondentes, acompanhados pelo assessoramento técnico da COOPESER no Piemonte da Diamantina/BA.

MUNICÍPIO	TERRITÓRIO RURAL	COMUNIDADES RURAIS
Jacobina	1. Umbuzeiro	Várzea Nova, Maninho, Várzea da Naninha e Zé Gonçalo
	2. Augustinho	Inchu, Pau Darco, Pau Darquinho, Pau Ferro e Pilões
	3. Mãos Unidas	Malhadinha de Dentro, Malhadinha de Fora, Velame de Baixo e Quilombo Baraunas
	4. Missão da Terra	Barrocão de Baixo, Barrocão de Cima, Quilombo Barrocão Velho, Assentamento Pilões e Lagoa de Cafelândia
	5. Mandacaru	Assentamento Alagoinhas, Assentamento Formigueiro, Lajes do Batata, Planalto e Tombador
Caém	6. Padre Alfredo Haasler	Alagadiço, Poções, Tigre e Várzea da Farinha
	7. Padre Luiz Tonetto	Baixa do Mel, Várzea Dantas, Várzea Grande da Felícia, Quilombo Várzea Queimada
Várzea Nova	8. Fibra Forte	Boa Esperança, Jiló, Maxixe e Santo Antonio
	9. Armando Barbosa de Souza	Boa Vista, Conceição, Riacho dos Maia e Umburaninhas

Fonte: Elaboração própria.

As apresentações e capacitações sobre as Cadernetas Agroecológicas foram realizadas por TR em espaços auto-organizados de mulheres através da metodologia da Roda de Aprendizagem²². Consideramos muito importante que esse momento fosse realizado apenas com as agricultoras para que elas pudessem ficar mais à vontade para partilhar suas questões, pois muitas vezes os homens acabam inibindo a participação das companheiras, mesmo de forma não intencional, e, nesse caso, a CA está direcionada apenas para o trabalho da mulher. Posteriormente, realizamos o diálogo com as famílias através das visitas de ATC para que compreendessem um pudessem apoiá-las no processo.

Alguns TR's preferiram realizar dois encontros, viabilizando maior participação devido à dificuldade de deslocamento entre as comunidades, e outros realizaram um grande encontro com todas agricultoras interessadas. Nesse sentido, as(os) técnicas(os) conduziram o momento em seu respectivo TR de atuação, realizando parceria com os jovens ACR's e contando também com a participação da coordenadora da equipe, que na ocasião era eu. A essa altura eu já havia iniciado meu projeto de pesquisa participante no MPED, então pude ir a todos os TR's com um olhar pesquisador e registrei as principais observações e falas que chamar atenção em meu diário de campo.

A Tabela 2 abaixo resume a quantidade de atividades que foram realizadas com metodologia de Roda de Aprendizagem em cada TR, que ocorreram entre os meses de junho e julho de 2019, para melhor entendimento da dinâmica. Também apresento o número de mulheres que participaram de cada uma, pois, ainda que esta não seja uma pesquisa de base quantitativa, mais a frente discutirei alguns aspectos que importaram conhecer esse dado.

²² Trata-se de uma metodologia muito utilizada no projeto Pró-Semiárido, similar a roda de conversas. Está pautada nos princípios da dialogicidade freirana, onde quem conduz a roda estimula todas participantes a construir conhecimentos e trocarem experiência de maneira horizontal, sem hierarquias. Geralmente está vinculada a um tema e são apresentadas ferramentas participativas, como dinâmicas, brincadeiras e práticas.

Tabela 2 – Rodas de aprendizagem realizadas por Território Rural e número de mulheres agricultoras participantes.

TERRITÓRIO RURAL	Nº DE RODAS	DATA	Nº DE MULHERES
Umbuzeiro	2	12/06/2019	8
		14/06/2019	5
Augustinho	2	13/06/2019	8
		14/06/2019	7
Mãos Unidas	1	11/06/2019	14
Missão da Terra	2	18/06/2019	13
Mandacaru	1	12/07/2019	14
Padre Alfredo Haasler	2	18/06/2019	33
Padre Luiz Tonetto	2	14/06/2019	18
Fibra Forte	1	18/07/2019	29
Armando Barbosa	1	14/06/2019	15
TOTAL:	14		164

Fonte: Elaboração própria.

A metodologia das Rodas de Aprendizagem foi desenvolvida pela equipe COOPESER, com base no Guia Metodológico da Caderneta Agroecológica (CARDOSO et al., 2019), adaptando, claro, às realidades das agricultoras e de cada TR. No momento inicial de cada encontro realizamos formação sobre gênero e divisão sexual do trabalho a partir da reflexão do vídeo “A vida de Margarida²³”, elaborado pela AS-PTA, que reflete o machismo e a desvalorização do trabalho da mulher no meio rural. Foi possível observar que muitas das agricultoras se identificaram com a realidade do vídeo e expuseram suas inquietações na discussão. A roda foi sendo conduzida no sentido de umas fortalecerem as outras.

Em alguns TR's foi optado por realizar a ‘Dinâmica do Relógio’ para aprofundar a discussão de gênero. Esse instrumento foi muito pedagógico para o entendimento da divisão sexual do trabalho em suas realidades, onde as agricultoras puderam reconhecer sua carga horária de trabalho em comparação aos outros membros da família. Dividimos as participantes em grupos para escreverem em um cartaz a rotina de trabalhos do homem e da mulher no agroecossistema, da hora que acordam a hora que vão dormir. A estratégia em grupos possibilitou maior participação e um rico momento de troca de experiências ao final, quando cada grupo apresentou seu cartaz.

Através da ‘Dinâmica do Relógio’ identificamos coletivamente que a rotina de trabalhos das mulheres não é demarcada por um início e um fim, a todo momento elas estão desenvolvendo atividades seja em casa, no quintal, no roçado ou nas feiras. Durante as discussões, uma das agricultoras do TR Fibra Forte, em Várzea Nova, relatou:

²³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kkIbWQIBn2o&t=1s>

Eu mesma então não sei que horas eu paro de trabalhar, porque até de noite quando to vendo minha novela eu to passando uma roupa, colocando um feijão de molho, lavando um prato pra no outro dia de manhã já tá tudo bonitinho. E ali mesmo eu durmo que nem vejo, acordo no outro dia de manhã já com a água no fogo pra passar café pro marido ir pra roça de mandioca, isso quando eu não vou junto também acordo mais cedo ainda (Magnolia²⁴ - TR Fibra Forte, 2019).

Em seu trabalho sobre metodologias, trabalho e uso do tempo para compreender a rotina de mulheres rurais, Moraes et al. (2021) explicam que a jornada de trabalhos das agricultoras articula a produção e a reprodução em um caráter de continuidade e sem definição de começo e término, o que contribui para a sua desvalorização e invisibilidade.

Percebe-se claramente as relações de poder entre homens e mulheres na divisão sexual do trabalho, admitindo uma relação hierárquica que torna evidente que a gestão da produção não é igualitária ou sequer compartilhada. Os estudos sobre usos do tempo tornam visíveis as variadas atividades e trabalhos que são realizados ao longo do dia, de forma que quantificam o tempo destinado às atividades, explicitam as pessoas responsáveis por cada tarefa e tornam evidente quem se beneficia do trabalho alheio (MORAES et al., 2021, p. 179).

O exercício de avaliar o uso do tempo tem um caráter revelador para as mulheres e desencadeia uma série de outras discussões potentes, por isso reforçamos o uso dessa dinâmica simples e tão pedagógica em atividades de assessoramento técnico. Para além disso, relevantes pesquisas²⁵ feministas tem avaliado como o recurso tempo é vivenciado e praticado de maneiras diferentes entre homens e mulheres, entre pessoas de distintos grupos etários, étnicos, raciais e classes sociais, permitindo amplas análises para a construção de alternativas frente a injusta divisão sexual do trabalho, que sobrecarrega e explora as mulheres, principalmente pretas e rurais (MORAES et al., 2021).

Nas rodas de aprendizagem também tecemos discussões acerca do vídeo “Caderneta Agroecológica - Feminismo na Prática²⁶”, produzido pelo CTA-Zona de Mata, onde dona Maria Conceição conta suas experiências de empoderamento. Nesse momento realizamos uma ponte entre o debate da divisão sexual do trabalho e proposta das CA’s, buscando despertar o interesse das mulheres em trazer a metodologia para sua prática.

Agora eu vi vantagem, que nem disse aquela mulher do vídeo, quero ver agora o marido dizer que eu não fiz nada dentro de casa o dia todo, porque a gente as vezes

²⁴ Nome fictício da agricultora participante da pesquisa, assim como todos os outros adotados nesse texto de dissertação, a fim de preservar a identidade de cada mulher.

²⁵ O livro “A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas”, organizado por Hildete Pereira de Melo e Lorena Lima de Moraes, reúne uma série de estudos em torno do uso do tempo, categoria que teve Neuma Aguiar como pesquisadora pioneira. A obra é resultado de esforços do coletivo DADÁ: Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde foi criado em 2017, no Sertão do Pajeú/PE.

²⁶ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Qw4EnmWud7M>

passa o dia todo fazendo uma coisa ali e aqui e não sabe nem porque tá cansada. E no terreiro? É o dia todo, não falta o que fazer não. É galinha, é cachorro, é porco pra dar de comer. É varrendo, e pegando água na cisterna. Tem dia que nem piso na roça porque não dá tempo (Melissa – TR Umbuzeiro, 2019).

Ao final dos debates apresentamos a CA e toda sua metodologia, descrevendo cada coluna e como as anotações poderiam ser realizadas. De acordo com o Guia Metodológico, nesse momento é importante que as agricultoras saibam que farão parte de um projeto que envolve muitas outras mulheres, inclusive de outros projetos e estados, e que por isso suas anotações são coletadas mês a mês para compor um banco de dados que busca não só validar os trabalhos por elas realizadas, mas também buscar maior acesso à políticas públicas destinadas para as agricultoras (CARDOSO et al., 2019).

Nesse momento muitas dúvidas surgiram por parte das mulheres, como por exemplo se o registro do banco de dados nacional não poderiam inviabilizar os programas sociais dos quais possuem benefício, como o Bolsa Família. Nós explicamos que apesar dos dados serem contabilizados por comunidade e município na pesquisa nacional, eles são anônimos e em nada poderão prejudica-las. Por outro lado, assim como dona Maria da Conceição, do vídeo do CTA-ZM, as anotações poderiam ajuda-las a obter benefícios próprios caso tenham interesse, como o seu reconhecimento como trabalhadora rural para obtenção aposentadoria.

O acesso a aposentadoria rural, licença médica ou maternidade, bem como demais auxílios de direito cidadão, é limitado na maior parte das vezes para as mulheres por não terem seus trabalhos reconhecidos como produtivos. A agricultora Rosa, jovem assentada em Jacobina, levantou uma importante reflexão sobre essa questão:

Lá em casa mainha teve muito trabalho pra se aposentar, foi tanto papel e tanta coisa que pediram que ela não tinha pra mostrar que trabalhava na roça, que aposentaram ela como dona de casa porque o rapaz do sindicato ainda ajudou. Com essa caderneta ai eu já fico até pensando se não facilita na hora da gente provar que faz tanto trabalho pra se aposentar com a dignidade que nois merece. Eu se puder vou anotar a vida toda (Rosa – TR Mandacaru, 2019).

Outro ponto importante abordado nas rodas de aprendizagem foi sobre a importância de anotar não só o que vendem, mas também o que consomem, e dando muita atenção ao que doam e trocam, porque essas ações fortalecem os territórios e asseguram a soberania alimentar das famílias e comunidades, sendo valores não monetários negligenciados pela economia clássica mas valorizados pela economia feminista (CARDOSO et al., 2019).

As agricultoras questionaram se as atividades que realizam fora do que é classificado como agricultura poderiam ser anotadas, como os artesanatos e alimentos beneficiados que muitas delas produzem. Essas atividades podem e devem ser incluídas, pois valorizam a renda que é exclusivamente da agricultora e que na maioria das vezes retornam para o cuidado com a casa e a família de forma também invisível.

Do mesmo modo as plantas medicinais e ornamentais, que geralmente estão no entorno da casa, também devem ser destacadas CA's. As agricultoras fazem chás, xapores e lambedores para suas famílias, e costumam doar para os vizinhos que necessitam de cuidados com a saúde. São conhecimentos ancestrais que elas passam de geração para geração e são guardiãs de várias espécies de plantas, contribuindo também para a conservação da biodiversidade local.

Ah lá em casa tem demais, não vai faltar coisa pra colocar. De meio dia mesmo o que a gente come so o arroz e a carne mesmo que o marido compra, o resto tudo eu tiro do quintal. Folha de chá então é o que não falta, é cidreira, é capim santo, nolvagina, boldo, ih, tem um bocado, o povo vai lá em casa direto pedir (Melissa – TR Umbuzeiro, 2019).

“As mulheres escolhidas também devem escolher participar! Esse é um princípio fundamental do processo” (CARDOSO et al., 2019, p.18). Foi nesse sentido que realizamos a distribuição das CA's nos territórios durante as rodas de aprendizagem. Optamos por convidar as mulheres e deixar livre para que elas escolhessem ou não pegar uma das CA's que colocamos à disposição no centro da roda ou na bancada dos espaços. Aquelas que quiseram se levantaram e pegaram a sua CA, que iria acompanhá-las por um ano.



Figura 2. Roda de Aprendizagem de apresentação das CA's no TR Mandacaru.
Fonte: Tamara Rangel.

No PSA as equipes discutiram e entram em consenso que as agricultoras teriam um mês para experimentar as CA's e decidirem se gostariam de seguir anotando por um ano para participarem da pesquisa nacional. Aquelas que estivessem dispostas iriam compor o núcleo territorial de mulheres para continuarem nos demais passos da metodologia, como os questionários socioeconômicos e mapas da sociobiodiversidade, bem como receberiam ao final de cada mês a(o) técnico(a) responsável por fotografar sua CA, que realizava a tabulação dos dados na planilha digital.

Outro ponto de destaque é que algumas das agricultoras, principalmente com idade mais avançada, possuem dificuldade com a escrita e/ou matemática ou até mesmo não foram alfabetizadas, e esse não foi um fator limitante para que elas participassem. Durante as Rodas de Aprendizagens destacamos que elas não estariam sozinhas no processo, a(o) técnica(o) da equipe da COOPESER iria auxiliar durante as visitas semanais, bem como elas poderiam buscar apoio de outros membros da família ou umas com as outras. Daí também a importância da formação do núcleo de mulheres, que estariam se animando e ajudando nas anotações, podendo se encontrar com ou sem a presença da equipe técnica ao longo do mês.

Eu quero participar porque achei muito interessante mesmo essa ideia, vai ajudar muito lá em casa. Mas vou ter que pedir ajuda pra minha neta quando ela chegar da escola pra ela escrever pra mim. Mas eu sei tudo de cabeça, minha filha. Quando a gente não sabe a escrita a gente tem que ter memória boa pra não deixar passar nada. Conta eu sei fazer por causa da feira (Margarida – TR Augustinho, 2019).

Lá em casa eu escrevo assim parecido o que vende na feira, mas nunca parei pra escrever o que a gente come em casa não, nem o que faz doação, que é muita coisa. Eu gosto muito de escrever e fazer as contas pra no final do mês ter uma ideia, né. Agora eu to animada pra anotar de tudo, até os ovos da galinha que nois consome e muito. Eu ajudo a senhora e ajudo quem mais precisar porque eu gosto mesmo de fazer conta (Rosália – TR Augustinho, 2019).

O diálogo das agricultoras Margarida e Rosália durante a roda de aprendizagem no TR Augustinho, em Jacobina, revela a rede de solidariedade e apoio se estabelecendo nesta que viria a ser uma grande jornada de empoderamento para essas agricultoras dali em diante. Mais importante que o resultado dos dados é o caminhar nesse processo, o exercício de anotar foi se demonstrando uma ferramenta de autoconhecimento muito potente para o fortalecimento da auto-organização feminista nos territórios.

b) Os questionários de caracterização socioeconômica

Em busca de traçar um perfil socioeconômico e de participação política das agricultoras, a metodologia das CA's apresenta um questionário socioeconômico (anexo B) que deve ser realizado com aquelas que aceitaram fazer parte da pesquisa nacional, resguardando seus dados pessoais. Como o objetivo das CA's é desvelar e reconhecer o trabalho das agricultoras, é preciso também trazer a luz quem elas são e de onde são, se são mães e de quantas pessoas cuidam em suas casas. Conhecer qual é a sua raça e etnia, sua condição social e seu acesso a direitos básicos. E saber se estão organizadas politicamente ou economicamente em algum grupos, associação ou rede. Por isso é tão importante que o questionário seja realizado.

Os questionários socioeconômicos foram respondidos unicamente pelas agricultoras, sem interferência de outro membro da família. Essa foi uma orientação feita no Guia Metodológico, pois muitas vezes o homem por perto acaba respondendo pela companheira ou inibindo suas respostas, e o que nós buscamos nesse momento foi deixa-las livres para se expressar e praticar o exercício do autoconhecimento (CARDOSO et al., 2019).

No PSA aplicamos a metodologia com aquelas agricultoras que, após um mês conhecendo a ferramenta, escolheram fazer parte da pesquisa e do núcleo de mulheres do TR por um ano (o número de participantes pode ser verificado na Tabela 3). Na equipe de assessoramento da COOPESER acreditamos que a melhor estratégia para levar os questionários seria através de uma visita às agricultoras individualmente em suas propriedades, no momento que estivessem sozinhas, para que ficassem mais à vontade, diferente das demais atividades do núcleo que foram todas coletivas.

Tabela 3 – Número inicial de mulheres que conheceram a CA e número final após formação do Núcleo de Agricultoras por TR.

TERRITÓRIO RURAL	Nº INICIAL	NÚCLEO
Umbuzeiro	13	4
Augustinho	15	5
Mãos Unidas	14	2
Missão da Terra	13	3
Mandacaru	14	2
Padre Alfredo Haasler	33	4
Padre Luiz Tonetto	18	4
Fibra Forte	29	5
Armando Barbosa	15	3
TOTAL:	164	32

Fonte: Elaboração própria.

A tabela a cima demonstra que das 164 mulheres que escolheram conhecer a CA apenas 32 decidiram continuar, após realizarem a anotação ao longo do mês de julho de 2019 como experimento. Esse trabalho não pretendi discutir quantitativamente os dados, até porque o projeto com as CA's não buscou número mínimo de público alvo, pelo contrário, a todo momento as agricultoras foram estimuladas a exercerem sua autonomia. Contudo, há uma importante reflexão ao olhar para esse dado e após conversar com as agricultoras.

Novamente a sobrecarga de trabalhos da mulher devido a sua injusta divisão sexual foi o que inviabilizou sua participação. Retomo ao debate sobre o uso do tempo para entender porque as agricultoras não conseguiram inserir as anotações das CA's em suas rotinas. Muitas justificaram que esqueciam de anotar e outras tantas afirmaram que não tinham tempo, por isso preferiam não fazer parte do núcleo de mulheres para tabulação mensal dos dados. Algumas delas afirmaram que iriam continuar fazendo suas anotações quando fosse possível, mas que não gostariam de se comprometer e não conseguir cumprir ao final do mês. E uma única revelou que o marido não permitiu que ela participasse porque a agricultora anotou muita renda e teve medo de perder o auxílio do Bolsa Família.

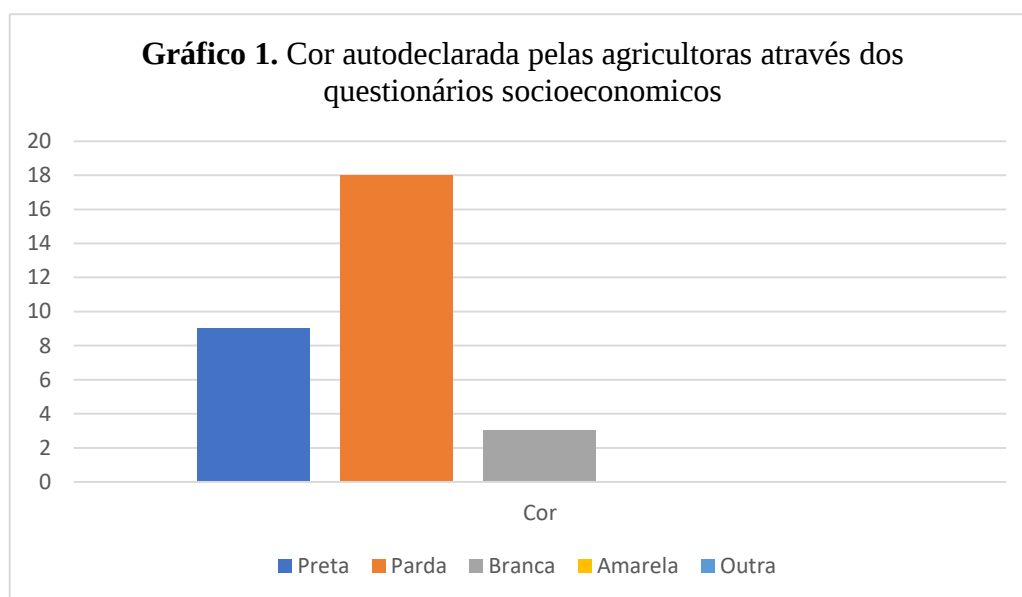
Quando as mulheres afirmam que não tem tempo para participar de uma atividade que elas mesmas já haviam demonstrado interesse, isso não deve de maneira nenhuma ser interpretado como “desculpas esfarrapadas”, no uso do senso comum. Inclusive este foi um debate que fizemos internamente, quando as técnicas voltaram de campo desanimadas relatando que as agricultoras estavam desinteressadas. Foi preciso compreender as contradições nas quais essas mulheres estavam imersas, devido a uma extensa e contínua jornada de trabalho, proveniente de uma estrutura familiar patriarcal e hierárquica, muitas vezes submetida a uma série de violências naturalizadas que as tiram o poder de escolhas (MORAES et al., 2021).

Retomando ao processo de aplicação dos questionários de caracterização socioeconômica, foram, portanto, realizados 32, de acordo com o número de mulheres dos nove núcleos formados por TR. Nesse sentido, a(o) técnica(o) de cada TR visitou as agricultoras em seus agroecossistemas para entrevista individual, durante o mês de outubro de 2019. As respostas preenchidas em material impresso, foram escaneadas e enviadas para a equipe de sistematização do projeto das Cadernetas Agroecológicas do Pró-Semiárido e do Semear Internacional, para compor o quadro de análises ao fim do ciclo.

O questionário compreende 10 seções de quantidades variáveis de perguntas sobre informações pessoais e da propriedade, sobre a composição familiar, o acesso à terra e bens naturais, o acesso à políticas públicas pela agricultora, o acesso aos mercados pela família, a organização econômica da mulher, a fonte de renda da família, a participação social da agricultora, e por fim, duas questões abertas sobre o conhecimento da agroecologia e do feminismo. A seguir, destaquei alguns itens que chamaram atenção dos questionários das agricultoras pesquisadas, cedidos pela COOPESER/PSA para essa pesquisa.

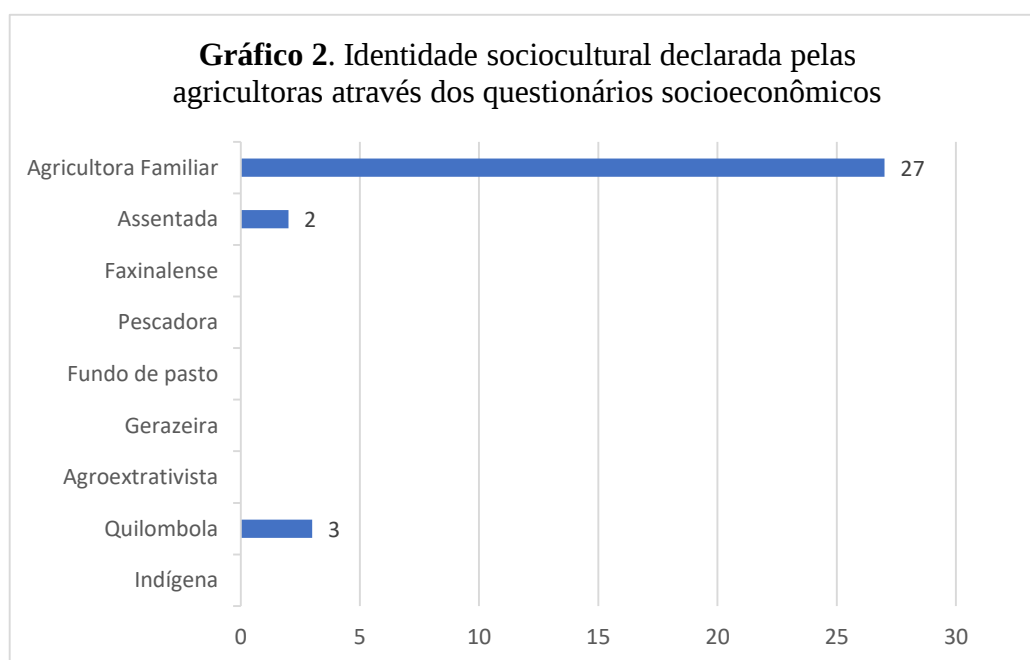
No gráfico 1, abaixo, temos a relação da raça/cor autodeclarada pelas mulheres, onde 9 disseram ser pretas, 20 agricultoras se declararam pardas, e 3 agricultoras se declararam brancas. Notamos uma maioria que se declara parda, uma identificação racial muito comum, historicamente usada como eufemismo para a negação da negritude, conforme Alessandra Devulsky (2021). A autora explica que o perfil demográfico traçado pelo IBGE no Brasil, considera pretos e pardos como negros, ou seja, os não brancos que compõe 56% da população. “Pardos esses que são associados a algum grau de mestiçagem racial, enquanto, por outro lado, não são identificados como brancos por não terem ascendência europeia visível em um traço físico peculiar” (DEVULSKY, 2021, p. 17).

Se consideradas, portanto, no perfil demográfico brasileiro, 90,6% das agricultoras participantes dessa pesquisa são negras, sejam elas de pele escura ou de pele clara. Contudo, essa é uma discussão política que está para além da classificação capitalista ou da falsa democracia racial a que serve o IBGE. A latente discussão do colorismo, chama atenção para que este seja mais um braço do racismo que hierarquiza e segrega pessoas negras, conforme afirmam Alessandra Devulsky e Djamila Ribeiro (2021). Não adentraremos a essa discussão nessa pesquisa, contudo, é preciso destacar que, ainda há uma grande lacuna na formação política sobre a questão racial e a luta antirracista entre as mulheres agricultoras organizadas na agroecologia, para que de fato possamos aprofundar esse debate também através das CA's.



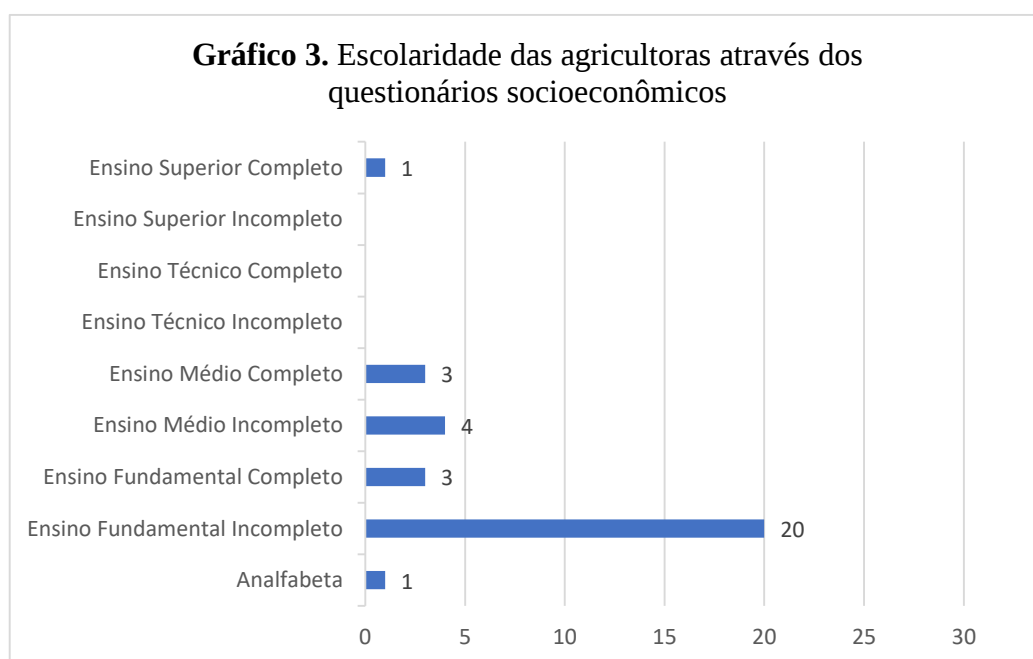
Fonte: Elaboração própria.

Ainda sobre a questão identitária das agricultoras, o questionário socioeconômico das CA's traz como pergunta às mulheres sobre qual sua identidade sociocultural, apontando como opções de resposta: agricultora familiar, assentada, faxinalense, pescadora, fundo de pasto, gerazeira, agroextrativista, quilombola e indígena. No gráfico 2, a seguir, estão as respostas das 32 agricultoras protagonistas da pesquisa no Piemonte da Diamantina.



. Fonte: Elaboração própria

A maioria das mulheres se identificou como agricultora familiar. Duas delas se identificaram politicamente como assentadas, mas que também integram a categoria da agricultura familiar. Elas estão organizadas no Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas (CETA), que luta pela reforma agrária e reconhecimento de comunidades tradicionais, e habitam no Assentamento Formigueiro e no Assentamento Alagoinhas, ambas em Jacobina. E três agricultoras também se identificam como quilombolas, por se reconhecerem política e culturalmente pertencentes a comunidades remanescentes de quilombos, reconhecidas pela Fundação Palmares. São elas: Comunidade quilombola de Várzea Queimada, Quilombo Baraúnas e Comunidade quilombola Barroco Velho, a primeira no município de Caém e as outras duas em Jacobina.

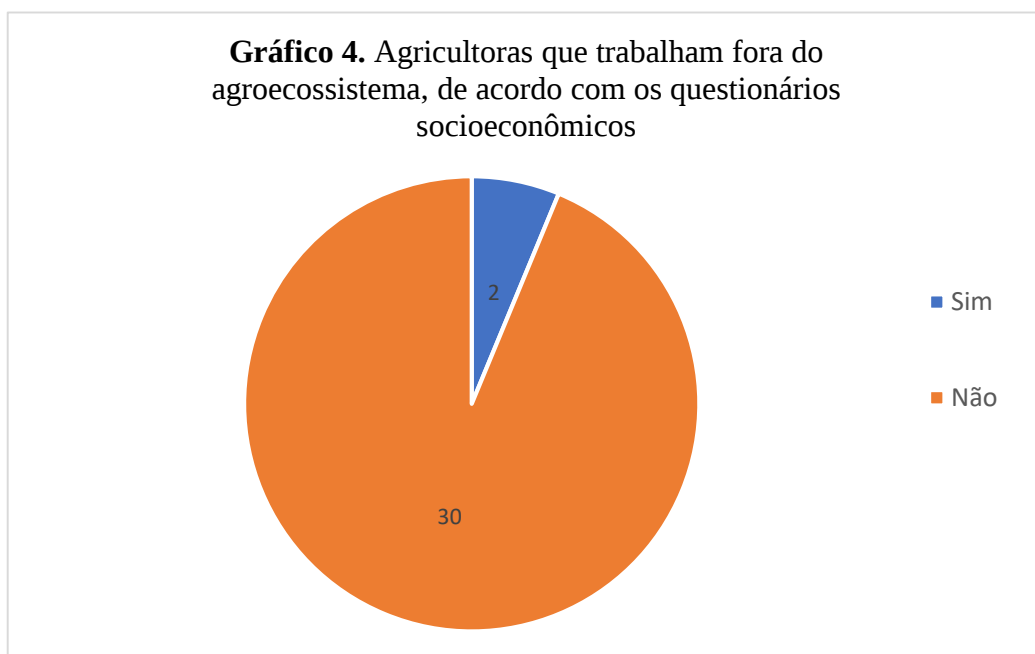


Fonte: Elaboração própria.

Na seção de informações pessoais, ainda, as agricultoras foram perguntadas sobre o nível de escolaridade, como podemos observar no gráfico 3 acima. A maioria respondeu que acessou o ensino fundamental, contudo não concluiu os estudos. Sendo que, 3 agricultoras informaram que concluíram o ensino fundamental, 7 acessaram o ensino médio, porém somente 3 concluíram. Em relação ao ensino superior, apenas uma agricultora acessou e concluiu, a qual atualmente trabalha como professora formada em pedagogia. Por fim, apenas 1 mulher informou que não acessou nenhuma instituição formal de ensino e não aprendeu a ler e escrever.

As razões para a não conclusão das 20 agricultoras são diversas, mas todas perpassam pela questão do trabalho que desde cedo para as meninas é atribuído, somados a dificuldades com transporte escolar e renda familiar.

Vale ressaltar que o nível de escolaridade das agricultoras não foi pré-requisito para que acessassem a metodologia das CA's, pelo contrário, todas mulheres foram incentivadas a participar mesmo que não soubessem ler e escrever. Nesse caso, a equipe orientou que alguma outra mulher da família pudesse realizar as anotações juntamente com a agricultora, que também contou com o apoio do técnico do TR durante as visitas de ATC semanalmente.

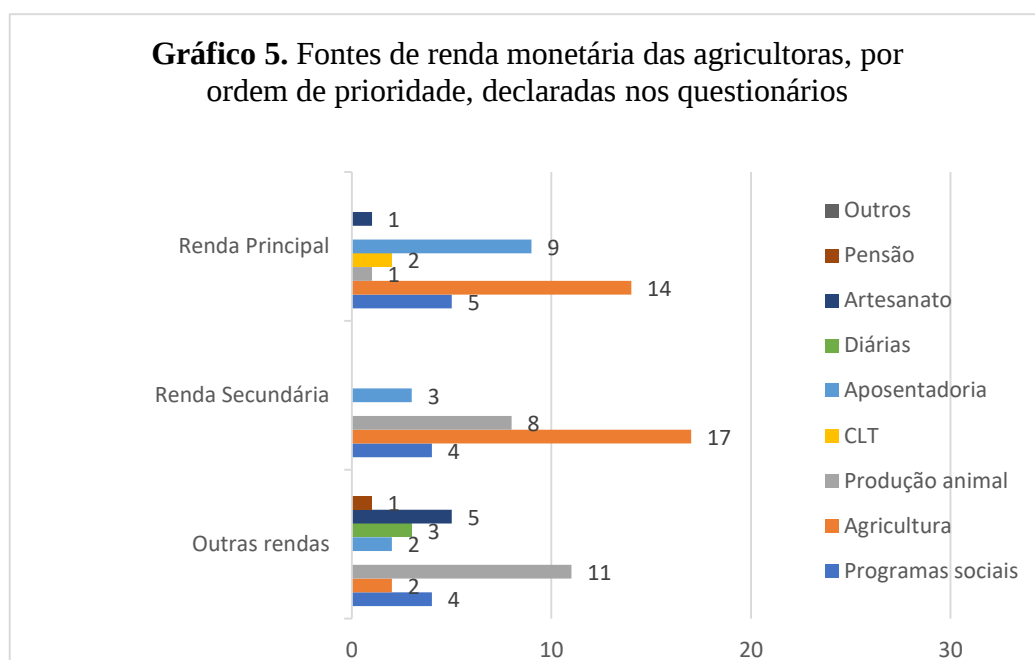


Fonte: Elaboração própria.

Um aspecto que o questionário também aborda é sobre as atividades econômicas monetárias que as mulheres realizam fora do agroecossistema, como podemos ver no gráfico 4 acima. Apenas duas responderam que exercem alguma atividade remunerada fora, sendo uma delas agente de portaria da escola na comunidade vizinha e a outra é professora no município. Um faz parte do TR Mãos Unidas e a outra do TR Armando Barbosa, respectivamente. Isso demonstra que a maioria das agricultoras está condicionada ao trabalho integral no agroecossistema, onde acumula os trabalhos reprodutivos e produtivos.

A fim de compreender as fontes de renda monetária produzidas pela família das agricultoras o questionário também pediu para que elas classificassem de 1 a 8, por ordem de

prioridade, as atividades que são exercidas por elas. As três respostas principais estão sistematizadas no gráfico 5 como renda principal, renda secundária e outras rendas, conforme qualificação das mulheres.



Fonte: Elaboração própria.

As atividades classificadas como agricultura foram as mais destacadas pelas agricultoras como fontes de rendas principal e secundária, sendo que 17 mulheres responderam que é a secundária e 14 responderam que é principal. Como muitas das agricultoras são aposentadas ou tem seus companheiros aposentados, a atividade agrícola foi classificada como secundária à aposentadoria, que apareceu em segundo lugar como fonte de renda principal para 9 mulheres. Apenas duas mulheres responderam obter renda com trabalhos em regime celetista, os quais são desenvolvidos por elas fora do agroecossistema como discutido no gráfico 4.

A terceira fonte de renda destacada foi a de Programas Sociais, como o Bolsa Família, acessado pelas famílias. Ela aparece como principal para 5 mulheres, secundária para 4, e como outras rendas para 4 agricultoras. O Bolsa Família garantiu e ainda garante o fortalecimento de diversas famílias agricultoras, sobretudo no semiárido em meio a convivência com os períodos de estiagem.

Em sua pesquisa com os questionários das CA's, Liliam Telles (2018), demonstrou que as principais fontes de renda entre as agricultoras entrevistadas foram o trabalho na agricultura,

a prestação de serviços realizada eventualmente (diárias), e o Programa Bolsa Família. Para a autora, essas duas últimas rendas produzidas pela mulher se constituem como estratégias para construção de sua autonomia. Além disso, como às mulheres é atribuída a responsabilidade sobre o trabalho doméstico e de cuidados, conforme visto anteriormente, recai sobre elas a pressão para conciliar essas atividades com os trabalhos produtivos. Por isso, as agricultoras, ainda, buscam as ocupações temporárias e eventuais, como a prestação de serviços (TELLES, 2018).

As agricultoras do Piemonte da Diamantina, conforme podemos ver ainda no gráfico 5, não deram muito destaque as atividades pontuais de prestação de serviços, descritas como diárias. Apenas 3 agricultoras responderam que prestam diárias como outras fontes de renda, isso porque de fato não são atividades tão recorrentes devido ao acúmulo de atividades em seu agroecossistema, mas elas não podem ser invisibilizadas pois contribuem sim para a geração de renda complementar da família, principalmente nos períodos de baixa na produção agrícola. As mulheres prestam serviços em outras propriedades da região ou até na sede do município, como capinas, faxinas, cozinham e lavam roupas. Muitas agricultoras também fazem sucos, bolos, doces e outros alimentos para vender nas feiras ou festividades da comunidade, porém essa fonte de renda não apareceu nas respostas mas está presente nas suas CA's.

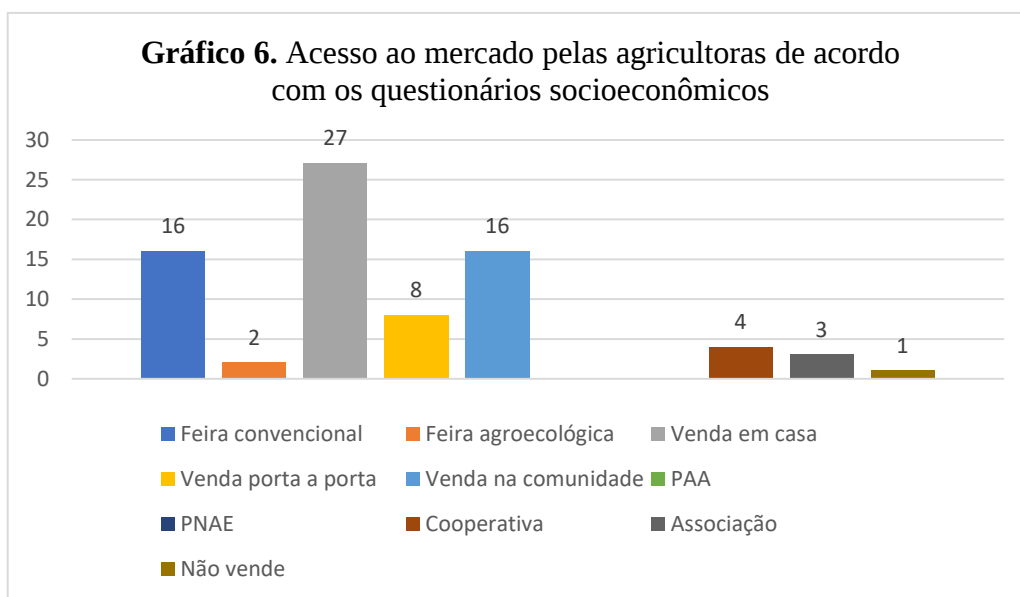
A produção animal foi a segunda renda secundária que mais apareceu, sendo indicada por 8 agricultoras. E foi a principal fonte de renda qualificada como número 3 em ordem de importância econômica para a família. São atividades desenvolvidas comumente para o autoconsumo da família e venda excedente, como a criação de aves para produção de carne e de ovos, a caprinovinocultura e suinocultura para produção de carne, e a bovinocultura, menos comum na região, para produção de leite e carne.

O artesanato, em grande maioria produzido pelas mulheres, apareceu como outras atividades, sendo respondida por 5 agricultoras, e como principal fonte de renda para 1 mulher. Contudo, sabemos que muitas outras agricultoras realizam atividades artesanais e não consideraram como fonte de renda no questionário, mas em suas anotações das CA's eles apareceram muitas vezes. Elas produzem cestos e outros objetos com palha de licuri ou sisal, fazem crochê e tricô, costuram roupas, produzem sabão, entre outros artesanatos.

De acordo com Liliam Telles (2018), a produção de artesanatos revela uma motivação não utilitarista e nem apenas mercantil, sendo uma forma de expressão da criatividade, do

conhecimento e da habilidade das mulheres. O valor atribuído ao artesanato se traduz no reconhecimento delas e no prestígio que têm em relação às outras mulheres. Elas também fazem artesanato para uso próprio ou para presentear, o que também pode ser considerada uma expressão do princípio de integração econômica da domesticidade, aumentando sua autossuficiência quando deixam de adquirir esses artigos no mercado (TELLES, 2018).

E, por fim, em três dos núcleos de mulheres do TR, há agricultoras que fazem parte de grupos produtivos organizados em suas comunidades: grupo de produção de biscoitos de mandioca no TR Padre Luiz Tonetto, grupo de mulheres produtoras de derivados de mandioca (bolos, biscoitos, tapiocas) no TR Umbuzeiro e o grupo de mulheres que produz temperos beneficiados no TR Armando Barbosa. Essas atividades não apareceram como destaque no momento da pesquisa com os questionários por duas razões: os grupos ainda estavam em fase inicial ou foram considerados como atividade agrícola.



Fonte: Elaboração própria.

O gráfico 6, acima, demonstra o acesso aos mercados pelas agricultoras, que foram perguntadas sobre onde e como protagonizam a comercialização de seus produtos, e se quem cuida do dinheiro nessa relação econômica é ela ou outro membro da família. Essas questões tinham o intuito de visibilizar se a agricultora participa ou não da relação de troca econômica monetária. A maioria delas respondeu que participam, sobretudo daquilo que é produzidos por elas em seus quintais, ficando a cargo do marido a comercialização do que é produzido em maior escala nos roçados e dos animais.

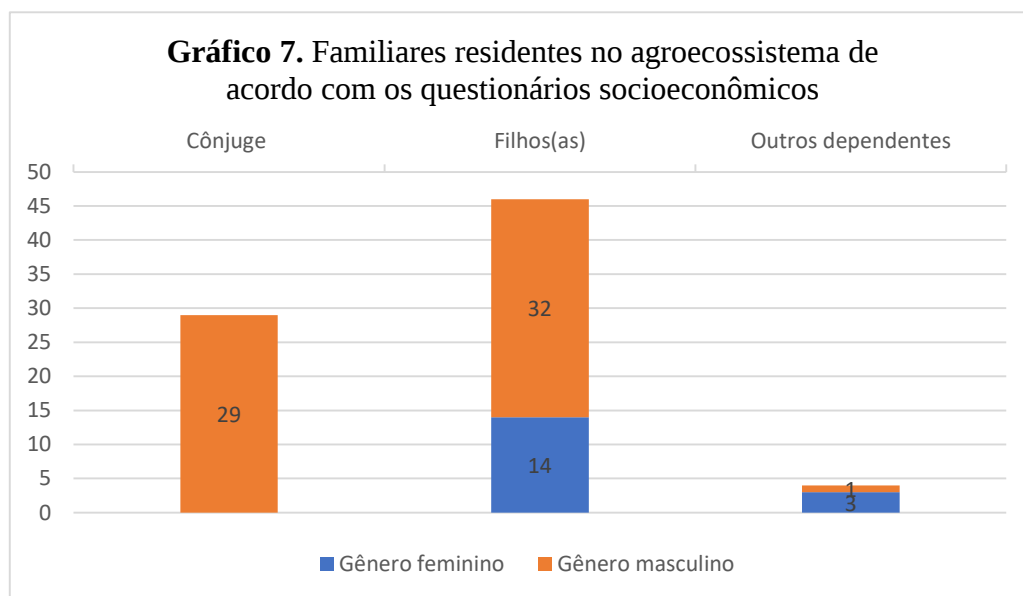
Podemos observar que as agricultoras responderam que onde mais vendem é em suas próprias casas, ou seja, vendem para aquelas pessoas que vão ao seu agroecossistema para comprar, principalmente hortaliças, legumes e verduras, como pode ser visto nas suas CA's. Isso demonstra como as mulheres estão ainda muito atreladas ao espaço doméstico, devido a suas sobrecargas de trabalhos reprodutivos e produtivos, a impedindo de sair do espaço para organizar a comercialização. Os segundos lugares de venda que elas mais responderam foi na comunidade, que pode ser em alguma banca ou mercadinho local, e nas feiras convencionais, que correspondem àquelas realizadas nos centros urbanos geralmente uma vez por semana. A feira agroecológica foi um espaço apontado por apenas duas mulheres, demonstrando ainda incipiente esse movimento nos TR's.

As vendas de forma organizada através de cooperativas e associações foram pouco apontadas pelas mulheres, e a comercialização por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) não apareceram nas respostas. Isso demonstra que as agricultoras ainda comercializam de maneira mais individualizada, diferente dos resultados obtidos na pesquisa de Liliam Telles (2018), em Barra do Turvo/SP, que demonstrou significativa organização coletiva das mulheres (vide acesso ao PAA, PNAE e Cooperativa), através de grupos produtivos e de processos anteriores de organização econômica da comunidade (TELLES, 2018).

Foi possível perceber através das entrevistas individuais para os questionários, ainda, que muitas mulheres atribuem as principais fontes de renda monetária e a comercialização a responsabilidade dos maridos. Apesar disso, é responsável pela maior parte da produção para o autoconsumo como veremos adiante a das anotações nas CA's.

Os questionários de caracterização socioeconômica também colocam luz no trabalho doméstico e de cuidados desenvolvido pela mulher e demais membros da família que residem no agroecossistema. Segundo Liliam Telles (2018), é fundamental compreender a dinâmica econômica na qual as agricultoras estão inseridas e se tal dinâmica contribui para uma maior ou menor autonomia delas. Nesse sentido, ao abordar a categoria trabalho é preciso evidenciar as relações de interdependência entre produção e reprodução, abordando portanto, todo o conjunto de atividades relacionadas ao trabalho doméstico e de cuidados, entre outras atividades invisíveis à sociedade (TELLES, 2018).

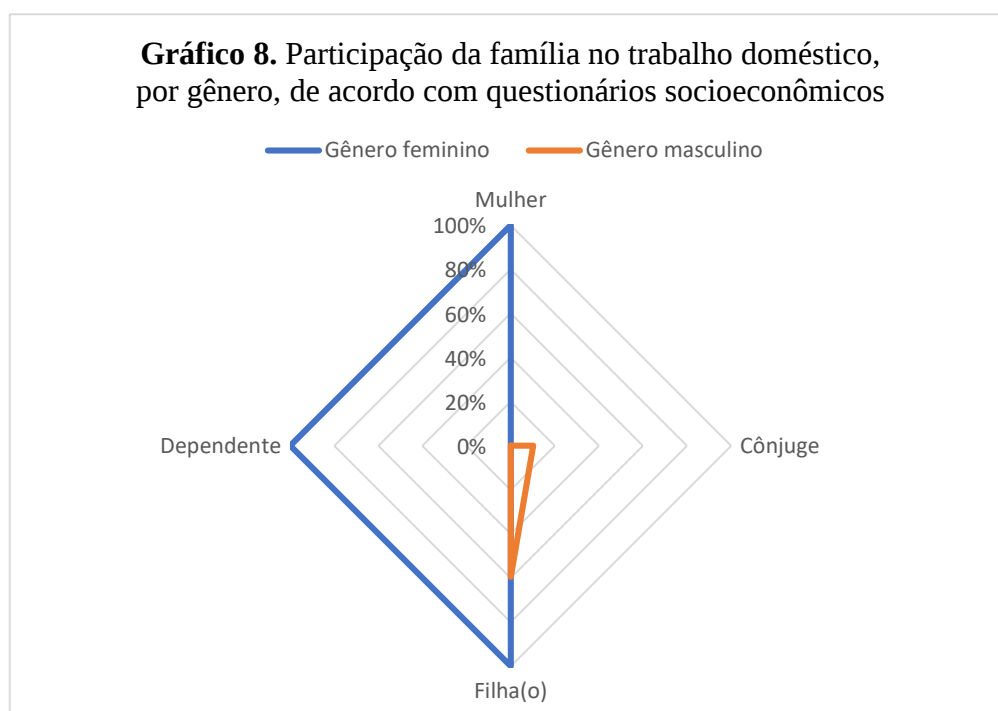
Nesse sentido, as agricultoras foram perguntadas sobre quem são as pessoas que moram com elas, as quais compõe esse quadro de cuidados, bem como se elas participam ou não dos trabalhos domésticos. As respostas estão sistematizadas nos gráficos a seguir.



Fonte: Elaboração própria.

A maioria das agricultoras vive com um parceiro, todos do gênero masculino, sendo que apenas 3 responderam que são mães solteiras e 1 delas é divorciada. Todas tem filhos e/ou filhas, porém a maioria não vive na mesma casa. Dos que vivem e possuem relação de trabalho econômico no agroecossistema, seja ele monetário ou não monetário, 32 se identificam pelo gênero masculino e 14 pelo gênero feminino. Dos dependentes (netas, mãe e pai) que trabalham, 1 é do gênero masculino e 3 do gênero feminino. Esses números foram levantados dos questionários a fim de entender como se estrutura o trabalho domésticos nas famílias para avaliação da sobrecarga das agricultoras, como podemos verificar no gráfico 8 a seguir.

Gráfico 8. Participação da família no trabalho doméstico, por gênero, de acordo com questionários socioeconômicos



Fonte: Elaboração própria.

Sobre a divisão do trabalho doméstico entre as agricultoras e demais membros família, de acordo com o gráfico 8, podemos afirmar que 100% das mulheres que trabalham no agroecossistema participam das atividades não monetárias voltadas aos cuidados com a família. Isso inclui as mulheres protagonistas da pesquisa, as filhas e as dependentes do gênero feminino. Já os cônjuges, todos homens, apenas 10,3% participam dos trabalhos domésticos, conforme foi informado pelas agricultoras. Quanto aos filhos homens a participação é um pouco maior, 59,4% realizam atividades de cuidados domésticos. E entre os dependentes do gênero masculino nenhum realiza.

Essa relação de participação nos trabalhos domésticos demonstra que ainda fica sob responsabilidade da mulher que, de maneira geral, protagoniza a maior parte das atividades mesmo naquelas famílias em que os homens também participam minimamente, como será discutido na avaliação dos mapas da sociobiodiversidade.

A divisão desigual dos trabalhos doméstico e reprodutivo é fruto da invisibilidade dessas atividades realizadas pelas mulheres desde muito cedo, naturalizadas na família. Exemplo disso é que nas respostas aos questionários meninas entre 6 e 14 anos já aparecem como co-participantes do trabalho em casa. Essas atividades são invisibilizadas porque não geram recursos monetários, não são consideradas trabalho, e estão relacionadas ao cuidado com a casa, a alimentação, a saúde da família, a educação dos filhos, a organização das contas e despesas

da casa, as compras de mantimentos fora, entre outras funções que são atribuídas “naturalmente” às mulheres. Elas compõem um trabalho desvalorizado nas lentes hegemônicas da economia clássica e capitalista, que não permitem enxergar como esse conjunto de tarefas se articula em estratégias para a produção e reprodução das famílias (TELLES, 2018).

Ademais, foi possível perceber no momento das entrevistas que algumas agricultoras não tinham conhecimento sobre questões estruturais ligadas ao agroecossistema, como por exemplo o registro da terra, tamanho, acesso à políticas públicas de desenvolvimento rural, entre outras questões que são atribuídas a gestão dos homens. Por outro lado, foram momentos ricos onde também foi possível exercer o papel de formação e construção do conhecimento, de maneira continuada. Nesse sentido, as mulheres puderam desenvolver o autoconhecimento e buscarem se apropriar mais da gestão do agroecossistema, uma vez que elas agora reconhecem que também o sustentam com seus trabalhos reprodutivos e produtivos.

c) Os mapas da sociobiodiversidade

De acordo com o Guia Metodológico, a construção do mapa é o momento de assegurar o olhar que as agricultoras têm sobre o agroecossistema familiar e os papéis que ela protagoniza de grande relevância para a economia da família. Nesse sentido, o objetivo dessa etapa da metodologia foi reconhecer o lugar de trabalho/autonomia das mulheres, sendo sua construção também um momento de formação política (CARDOSO et al., 2019).

A mulher agricultora trabalha em todo o agroecossistema, mas queremos lançar luz sobre lugares em que elas constroem sua autonomia, a partir do seu próprio trabalho, e como nesses lugares elas produzem conhecimentos, bens agrícolas (alimentos, plantas medicinais, frutas, árvores nativas, sementes, animais, etc.) e bens culturais. Também buscamos compreender o olhar que ela tem sobre os espaços e como isso reflete, ou não, as relações de poder na família, e entre a família e o território, o bioma, etc (CARDOSO et al., 2019, p.33).

O mapa da sociobiodiversidade foi realizado pelos nove núcleos de mulheres, portanto, um encontro por TR. Avaliamos que a experiência coletiva seria mais proveitosa para que as agricultoras se apoiassem e se aprofundassem nos debates sobre a divisão sexual do trabalho no agroecossistema. Participei juntamente com a(o) técnica(o) de cada TR de todos os encontros, que aconteceram durante o mês de novembro de 2019.

O mapa é um desenho feito unicamente pela agricultora, detalhando o máximo possível o agroecossistema da família e cada subsistema, identificando todos os lugares de produção onde são protagonistas e os produtos vindos destes lugares para consumo, doação, troca ou

venda. Nessa etapa a(o) técnica(o) do assessoramento pode orientar e ajudar no desenho do mapa, mas tendo sempre o cuidado de não induzir a percepção das mulheres durante o processo (CARDOSO et al., 2019).

As agricultoras utilizaram cartazes com canetas coloridas, tintas, lápis e giz de cera para expressarem a criatividade, e cada uma desenhou sozinha a forma com que via seu espaço. Vez ou outra uma pedia ajuda para lembrar de algum subsistema ou para desenhar alguns detalhes, e entre si iam cooperando. Para auxiliar aquelas mulheres que apresentaram dificuldade nós distribuímos alguns símbolos e desenhos (animais, cisterna, plantas, etc) para que elas pudessem colar em seu cartaz, adaptando assim a metodologia para que ficasse mais inclusiva.

Após desenharem, orientamos que elas identificassem no mapa quais os subsistemas em que ela tem protagonismo, sejam elas produtivas ou reprodutivas. Cada agricultora então marcou com o símbolo do gênero feminino nos lugares em que ela decide, ou seja, onde é ela que determina o que vai ser produzido, como e quando, gerindo a atividade com maior protagonismo que os demais membros da família. Nesses subsistemas, elas podem ter ou não a contribuição dos demais, assim quando o homem contribuía foi marcado o símbolo do gênero feminino na frente e o símbolo do gênero masculino ao lado. Já nos lugares onde o homem decide o símbolo do gênero masculino foi posto na frente do símbolo feminino, caso ela também participe da atividade (CARDOSO et al., 2019).



Figura 3. Agricultora do TR Augustinho, em Jacobina, construindo seu mapa.
Autora: Tamara Rangel

O segundo momento do encontro com o núcleo, foi a discussão dos mapas da sociobiodiversidade. As agricultoras iniciaram apresentando seus desenhos umas para as outras, enquanto a equipe conduzia algumas perguntas reflexivas sobre os subsistemas, as plantas e animais ali presentes, a diversidade dos quintais e a organização do trabalho da família. Nesse sentido, um bate-papo fluía a medida com novos elementos iam se revelando dos desenhos e as mulheres trocavam as experiências sobre seus agroecossistemas.

E eu achando que não ia ter nada pra colocar, o prái, quase não deu no papel. Também eu fiz uma cisterna muito grande (risos), deve ser do tamanho da importância dela pra nós aí eu caprichei (...) quando essa cisterna de beber chegou, minha filha, foi bom demais que eu não precisei mais ir atrás de água lá embaixo com o balde na cabeça. Num tinha nada disso aqui não (apontando o subsistema quintal no mapa), era só terreiro e galinha. Aí eu consigo plantar de tudo que eu quero e ainda economizo da água que lavo os pratos (Florinda – TR Padre Alfredo Haasler, 2019).

O relato de dona Florinda durante a apresentação dos mapas, em Caém, demonstra uma série de atividades comumente invisibilizadas que são atribuições das mulheres desde meninas. A responsabilidade pela coleta de água para consumo da família, bem como para lavar as roupas e higienização sempre ficou a cargo das mulheres, então a chegada da cisterna²⁷ no agroecossistema sem dúvidas representa um avanço que ameniza sua sobrecarga de trabalho, mas não a anula. Percebemos que a agricultora passou a dedicar esse tempo para outra atividade, o cultivo de plantas no quintal, onde já cuidava das aves.

Outro aspecto de destaque na fala da agricultora Florinda é sobre a lida com a escassez e preocupação com a segurança alimentar da família. Quando ela falar que “consegue plantar de tudo” está se referindo a tudo aquilo que pode ser aproveitado para o consumo familiar direto dos quintais, subsistema que foi demarcado em todos os mapas das 32 agricultoras como de domínio da mulher. E quando ela diz “e ainda economizo da água que lavo os pratos” está se referindo a reutilização de águas cinzas, ou seja, ela rega as plantas do quintal com a água que lavou a louça, demonstrando a preocupação com a gestão da água e manutenção do sistema familiar, uma característica que também é muito comum das mulheres.

É importante destacar que todas as atividades relatadas acontecem simultaneamente nos subsistemas casa e quintal de dona Florinda, gerir a água, alimentar as galinhas, cultivar plantas no quintal, fazer colheitas, preparar alimento, lavar os pratos, regar as plantas, e entre outras

²⁷ Na região as cisternas de consumo e de produção foram tecnologias implementadas pelo Programa O Programa Uma Terra e Duas Águas e (P1+2) e pelo Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA BRASIL), em parceria com os governos estadual e federal entre os anos de 2008 e 2018.

que tornam-se quase que impossível de enumerar. Novamente esbarramos na questão do uso do tempo, e seria necessário aplicar uma ferramenta como a Classificação do Uso do Tempo em Atividades e Trabalhos Diários das Mulheres Rurais (CATMUR), que vem sendo desenvolvida para compreender a complexidade do trabalho, que “não se restringe aos limites materiais e simbólicos das cercas da propriedade. Esse instrumento nasce como proposta de classificar e entender a utilização do tempo pelas mulheres rurais nos seus territórios de vida” (MORAES et al., 2021, 237).

A CATMUR teve como ponto de partida a pesquisa “Mulheres Rurais e o Uso do Tempo: divisão sexual do trabalho e relações de gênero”, em Pernambuco, e de acordo com as autoras (MORAES et al., 2021) pretende visibilizar práticas sociais para além do trabalho formal e de mercado:

são trabalhos e atividades intimamente relacionados às dinâmicas e aos ritmos da natureza, dos modos de vida, dos territórios e dos contextos socioambientais, executados de forma integrada, simultânea, sem marcação definida de início e fim. De maneira geral, as mulheres rurais buscam a conservação dos recursos naturais; cuidam da água, das plantas nativas e sementes; buscam o conhecimento técnico-científico e a valorização dos seus conhecimentos tradicionais; reciclam resíduos sólidos e matéria orgânica; cuidam dos animais de estimação de sua casa e de vizinhas(os); cuidam de suas(eus) filhas(os) e de filhas(os) da comunidade; (MORAES et al., 2021, p. 238).



Figura 4. Mapa da sociobiodiversidade elaborado por agricultora do TR Augustinho.
Autora: Tamara Rangel.

A maioria das agricultoras quando avaliou seus mapas se surpreenderam com o número de subsistemas em que desenvolvem trabalho, algumas estavam presentes em todas as atividades, ainda que não fosse a protagonista, como podemos ver na figura 4 do mapa de dona Margarida. Em média as mulheres demonstraram atuar em pelo menos 6 subsistema, sozinhas ou acompanhadas. E os subsistemas quintal, avicultura e casa foram apresentados sob domínio das agricultoras em todos os 32 mapas pesquisados.

Em outros casos, as agricultoras só reconheceram sua participação durante o debate dos mapas. Quando questionei a agricultora Rosália, do TR Augustinho, se ela realmente não participava do subsistema da pocilga, por exemplo, ela afirmou com certeza que só o marido cuidava dos porcos. Mas quando perguntei quem separava o alimento e os resíduos que seriam levados para os suínos ela se deu conta de que era ela quem tinha essa responsabilidade e que, portanto, também atuava no subsistema ainda que não decidisse sob a sua gestão.

Esse foi um exercício de reconhecimento constante, procurando cada vez mais fundo, as mulheres iam se identificando em todas as atividades. Isso demonstra que os trabalhos, monetários ou não, realizados por elas transcendem o espaço dos quintais e da casa, ou seja, o trabalho da agricultora estrutura todo o agroecossistema, seja indireta ou diretamente.

Eu fazia ideia de que eu trabalhava muito, mas não imaginava que era tanto. Olha aí, aqui, aqui, tudo eu meu marido só aparece 3 vezes. E olha que tem coisa que nem tá aí, viu. Não tem o grupo produtivo dos bolos de mandioca, não tem a casa de farinha, não tem a diária que eu dou de faxina lá no povoado. E também faltou colocar quando eu vou **ajudar** na roça a plantar mandioca (Melissa – TR Umbuzeiro, 2019).

É coisa, mulher! É por isso que a gente vive cansada sem saber porque é. Agora eu vou mostrar lá em casa esse desenho e eu quero ver quem vai dizer que eu não fiz nada o dia todo (Azaleia – TR Umbuzeiro, 2019).

O diálogo entre as agricultoras do TR Umbuzeiro durante a discussão dos mapas é um exemplo de reflexão que se repetiu em todos os outros núcleos de mulheres. Conforme explica Telles et al. (2020), a quantidade de trabalhos que as agricultoras desenvolve é numerosa e diversa, mas ainda permanecem ocultas as práticas econômicas e racionalidades que operam em sua vida cotidiana, até para si próprias.

Percebemos na fala da agricultora Melissa que ela usa o termo “ajuda” quando se refere a um subsistema que o marido toma as decisões, pois é dessa forma que ela costumou a ser tratada, como alguém que ajuda e que por isso não realiza trabalho. Contudo, no mesmo relato ela não só se refere a plantio no roçado de mandioca, como também ao beneficiamento que é

feito por ela na casa de farinha e na produção dos bolos com o grupo. Ou seja, ela tem protagonismo direto nesse subsistema, muito além de uma ajuda pontual. Se referir ao trabalho produtivo da mulher como “ajuda” é responsabilizar o homem pela atividade que leva retorno monetário para casa e desqualificar a participação que ela exerce para a manutenção daquele subsistema. Ainda que ela não contribua de maneira direta, o trabalho doméstico e de cuidados que garante que o homem esteja alimentado e bem vestido para trabalhar é feito na maioria das vezes por uma mulher, seja a esposa, a mãe ou uma filha (TELLES et al., 2018).

Durante as rodas de conversa no núcleo de mulheres do TR sempre estávamos levantando essa reflexão para desnaturalizar o conceito de “ajuda”, substituindo por participação, co-participação ou contribuição. Essa construção de conhecimento também vale no sentido inverso, quando elas afirmam que os homens da família “ajudam” no trabalho doméstico ou nos canteiros dos quintais. A considerar que o homem está ajudando nessas tarefas assume-se que são trabalhos de responsabilidades da mulheres e que, logo, é opcional ao homem fazer ou não. Mas quando é compartilhada essa responsabilidade, ainda que a mulher participe em maior parte do tempo, a contribuição do homem não deve ser vista como ajuda, pois ele também se beneficia dessas atividades.

Através dos mapas essa discussão pôde ser ainda mais aprofundada, buscando romper o paradigma do que é “trabalho de homem” e “trabalho de mulher” no agroecossistema familiar, inclusive levando a reflexão para o papel que os filhos e netos desenvolvem. Algumas agricultoras relataram que a juventude já tem tido outro posicionamento frente ao compartilhamento do trabalho doméstico, e por isso o símbolo masculino apareceu em algumas casas na elaboração dos mapas. Com os maridos o desafio ainda é grande, mas elas contam que os espaços de formação política da associação e do PSA tem contribuído para alguma flexibilização ou outra.

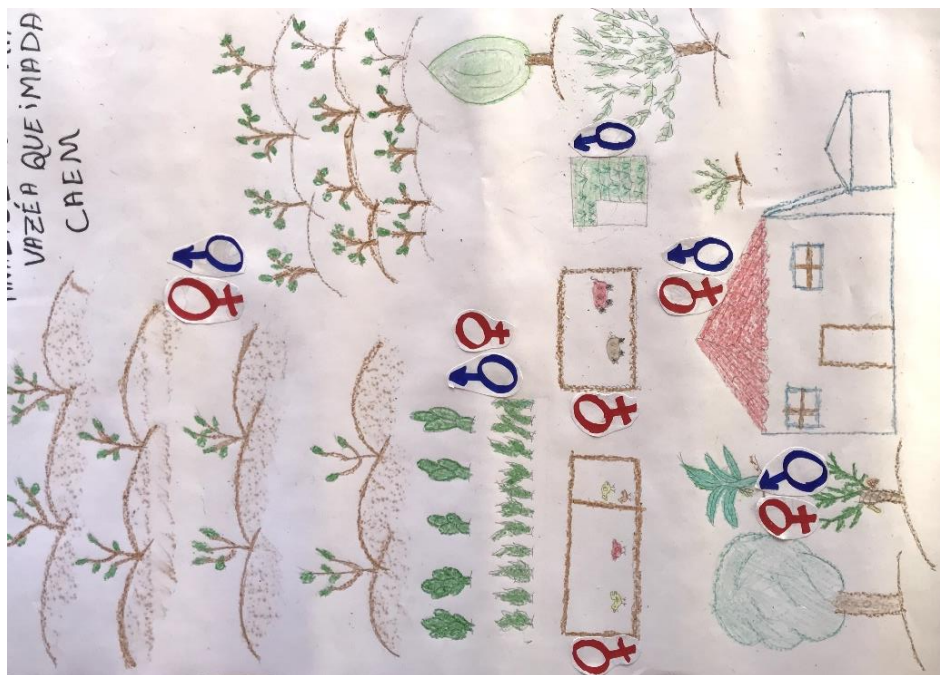


Figura 5. Mapa da sociobiodiversidade elaborado por agricultora do TR Padre Luiz Tonetto.
 Autora: Tamara Rangel.

A figura 5 acima apresenta o único mapa em que as atividades nos subsistema apareceram próximo de uma divisão mais justa, contudo a mulher ainda ocupa-se com trabalhos na maioria, aparecendo o símbolo feminino em 6 subsistemas e o símbolo masculino em 5. Dentre todos os mapas, apenas duas agricultoras demonstraram que os companheiros dividem atividades reprodutivas como lavar as suas roupas, cozinhar e/ou limpar em casa. Ambas possuem trabalho econômico fora do agroecossistema, uma é professora e outra é agente de portaria escolar, e contaram que há momentos em que os homens é quem protagonizam o subsistema da casa, mas justificam que eles fazem porque “não tem outro jeito”.

Em contraste, TODAS as 32 agricultoras demonstraram em seus mapas que são maioria na quantidade de subsistemas em que desenvolvem trabalhos, quando comparado a um homem membro da família (seja ele marido ou não). Ou seja, o símbolo de gênero feminino apareceu nos mapas mais vezes que os símbolos masculinos, comprovando aquilo que suspeitávamos durante as visitas técnicas: a mulher trabalha mais e por mais tempo que o homem no agroecossistema familiar.

Por fim, a experiência com os mapas proporcionou às agricultoras um processo de autoconhecimento a respeito dos espaços produtivos do agroecossistema, como também das

relações de poder ali estabelecidas através da hierarquização do trabalho. Segundo Laetícia Jalil et al. (2019), o mapa possibilita que a mulher construa um olhar sobre os espaços e seu trabalho de forma crítica, para que possa reinventar, replanejar e transformar o agroecossistema num espaço de relações mais justas, solidárias e ecologicamente sustentável.

2.2.3 O florescer: avanços e desafios no preenchimento das Cadernetas Agroecológicas

As anotações das CA's realizadas pelas agricultoras protagonistas desta pesquisa ocorreram entre os meses de julho de 2019 e agosto de 2020, de acordo com a proposta acordada entre os projetos apoiados pelo Semear Internacional no nordeste. O mês de julho não foi sistematizado, se tratando da fase em que as agricultoras iriam experimentar as CA's. Dessa forma, a sistematização de um ano foi realizada a partir de agosto de 2019. As anotações e sistematizações viriam, posteriormente, a ter continuidade no PSA por mais um ano, em que algumas agricultoras decidiram sair do núcleo e outras foram inseridas. Contudo, esse período não fez parte da imersão em campo dessa pesquisa participante.

Para o preenchimento mensal de suas cadernetas, ficou acordado com as agricultoras que elas mesmas fariam a anotação, a menos que não soubessem escrever teriam apoio de algum familiar ou da técnica. Outra orientação foi a de utilizar caneta ou lápis bem forte, para que facilitasse a leitura para hora da tabulação, e que se possível a anotação seja diária, sempre ao final do dia, para que não acabe esquecendo em meio a suas jornadas de trabalho e grande fluxo de entradas e saídas nos subsistemas (CARDOSO et al., 2019).

De acordo com Elisabeth Cardoso et al. (2019), deveriam ser anotados todos os produtos que são fruto do trabalho da agricultora em seus quintais agroecológicos ou demais subsistemas que protagoniza, desde as pequenas quantidades que são consumidas ou doadas até aquelas que saem para venda. Portanto, foram registrados os produtos de origem animal – como ovos, queijos, leite e galinhas – as hortaliças, os legumes, as frutas, as ervas medicinais e os produtos beneficiados como doces, bolos, biscoitos, compotas e temperos. As agricultoras também anotaram os artesanatos e tudo mais que elas consideraram importante de seu trabalho.

queremos visibilizar a “economia dos miúdos”, o que desaparece no dia a dia, mas que é fundamental para a Segurança Alimentar da família, por exemplo: o mói de coentro; os três ovos para o café da manhã; o litro de leite para a vitamina; o punhado de acerola para o suco no almoço; a galinha que foi doada para a festa da igreja; o litro de fava que foi trocado pelo de feijão com a vizinha ou no banco de sementes da comunidade (CARDOSO et al., 2019, p. 20, 21).

Nesse sentido, foram anotados as quantidades, os nomes dos produtos e os preços de mercado de cada um, mesmo nas colunas de relação econômica não monetária correspondentes à troca, doação e consumo. Assim, foi possível quantificar as rendas econômicas, monetária e não monetária, provenientes do trabalho produtivo realizado pelas mulheres no agroecossistema, sendo possível avaliar o quanto de economia que a família faz mensalmente principalmente através dos alimentos autoconsumidos.

Ainda segundo o Guia, o ideal é que preenchessem as CA's por um mínimo de um ano para se ter dimensão de toda a produção, que normalmente varia com as estações do ano, sazonalidade das culturas ou períodos de maior demanda de determinado produto, como por exemplo nos festejos juninos. Nos TR's de bioma caatinga, com maior de estiagem no ano, os dados puderam ser refletidos com bastante contraste. Até mesmo nos quintais as pequenas culturas sofreram uma baixa, sendo o período em que a família precisava comprar mais alimentos na cidade. Mas isso não desanimou o processo, a equipe sempre buscou estratégias para incentivar as agricultoras e planejar a gestão dos próximos meses quando a cisterna estivesse novamente cheia, ampliando também os olhares para as frutas e plantas nativas que poderiam ser aproveitadas. Daí a importância da convivência com o semiárido como um tema transversal no assessoramento técnico.

O caminhar desse primeiro ano de anotações e formação com as CA's foi regado a muitos desafios, mas também grandes avanços conquistados que contribuíram para o fortalecimento da autonomia e autoestima das agricultoras. A seguir apresento alguns destaques desse processo, os quais pude registrar em minha vivência em campo no dia a dia com as mulheres e equipe técnica.

a) Desafios nas anotações e sistematização dos dados das CA's

Os dados anotados pelas agricultoras foram coletados por volta do dia 30 de cada mês, durante as visitas da equipe. Na COOPESER, a(o) técnica(o) do TR ficou responsável por fotografar a CA de cada agricultora do núcleo acompanhado por ela(e) e em seguida tabular em uma planilha excel padronizada com as mesmas colunas da CA. Essa tabulação era enviada para mim, enquanto coordenadora da equipe, que juntava as informações das 32 mulheres para enviar à equipe de sistematização do Semear Internacional.

Esses dados, ao final de 6 meses, foram avaliados parcialmente e apresentados em um grande encontro regional, que será apresentado mais à frente nessa pesquisa. E ao fim de um

ano foram concluídos e novamente discutidos em um seminário online, revelando as rendas monetária e não-monetária, a diversidade de cultivos e a segurança e soberania alimentar familiar e territorial, entre outros elementos de análise, que foram cruzadas com as respostas dos questionários socioeconômicos (CARDOSO et al., 2019).

Um dos principais desafios para as mulheres foi a dedicação do tempo para realizar as anotações, por isso 3 delas começaram a utilizar as CA animadas mas ao longo do processo acabaram desistindo devido à sobrecarga de trabalhos. Entendemos que não é fácil para todas e que a CA não deve ser mais um fardo para a mulher, ela só deveria continuar anotando se fosse possível e de acordo com o que esse esforço representava para ela.

Aquelas que puderam permanecer anotando foram superando os desafios com apoio da técnica e do hábito que foi desenvolvendo. Nesse sentido, as visitas de ATC às mulheres do núcleo do TR passaram a ser mais constantes, realizando um processo de animação. Ao longo do tempo, foi possível perceber que as mulheres se ajudavam muito e também criaram maior relação de confiança com a equipe de assessoramento da COOPESER.

Um desafio para a tabulação foi a padronização das unidades de medida e preços dos produtos anotados. Isso por que há uma diversidade enorme de unidades utilizadas pelas agricultoras nas diferentes regiões e até entre os municípios vizinhos, como palma, prato, rasa, molho, mói, saca, etc. O Guia Metodológico orienta que essa é uma riqueza que precisa ser registrada, então deixamos que a agricultora anotasse do modo como preferisse e fosse mais fácil para o seu próprio entendimento. Contudo, para efeito de análise dos dados precisávamos realizar uma padronização dessas unidades de medida, convertendo-as em universais (quilograma, litro, unidade), o que ficou na responsabilidade da nossa equipe durante a tabulação no excel antes do envio para a sistematização.

Mais uma questão observada com atenção foi em relação ao nome dos produtos, que também varia de região pra região. Por exemplo, determinada espécie de banana é conhecida como “banana da terra” em alguns municípios e em outros como “banana café”. Essa diversidade também foi preservada e a agricultora anotou a seu modo. Esse foi um processo muito rico em conhecimento também de espécies e variedades das plantas, bem como da cultura popular local.

Inicialmente as agricultoras fizeram poucas anotações na coluna de consumo mas quando realizávamos as visitas em seus agroecossistemas percebíamos que no quintal havia muita produção, não só no sentido da diversidade, como também por exemplo, um pé de pinha que tinha muitos frutos sendo colhidos mas a quantidade registrada na CA era muito pouca. Isso ocorria devido à falta de costume delas considerarem como parte da renda aquilo que elas consomem em casa, sobretudo daquilo que vem dos quintais e que antes não era considerado como renda.

A coluna de trocas foi pouco preenchida, isso por que os processos de troca não costumam ser instantâneos ou combinados, eles acontecem naturalmente entre as famílias e vizinhanças, e assim as agricultoras esquecem de anotar ou consideram como doação algumas das trocas. Por outro lado, a coluna de doação passou a ter bastantes dados registrados. As agricultoras relatavam que não gostavam de ver em suas CA qualquer a coluna de doação, em especial, ficando vazias.

Outro desafio nas anotações das agricultoras foi a precificação de determinados produtos nas colunas de consumo, doação e troca, que acabavam ficando com os valores em branco. Isso ocorre, segundo avaliação de Liliam Telles (2018), com aqueles itens que não tinham valor de mercado determinado, seja porque não costumavam compra-los ou porque haviam embutido neles um valor simbólico que não correspondia a qualquer valor de mercado, como no caso dos produtos doados e trocados.

b) As conquistas no processo das anotações

O auto reconhecimento das agricultoras no processo de produção e geração de renda familiar foi um dos pontos que chamaram mais atenção ao longo das anotações, conforme foi possível observar através das visitas de ATC e reuniões do núcleo. Aera perceptível como o olhar da mulher sobre si foi mudando, principalmente nos primeiros meses, se demonstrando mais empoderadas quando falavam de seus quintais e de seus trabalhos como agricultoras, acreditando mais nelas mesmas.

A maioria das agricultoras relatava que a renda produzida por elas era bem maior do que poderiam imaginar antes das anotações. Aquelas coisas que pareciam poucas, quando visualizadas ao final do mês possuíam um significado muito grande pra elas. A coluna de consumo foi a que chamou mais atenção das mulheres, depois que elas criaram o hábito de anotar. Isso porque se refere àquilo que elas deixam de comprar fora da propriedade e que,

acima de tudo, tem um valor espacial pois foi cultivado por elas. O processo de anotação demonstrou, inclusive, o valor das plantas medicinais que sempre estiveram presentes para a família mas nunca foram valorizadas economicamente.

A equipe destacou também que a participação das filhas, noras e netas no preenchimento da caderneta teve um aspecto muito positivo, pois elas lembravam às agricultoras o que estava faltando e ajudavam a preencher, fortalecendo os laços familiares e sendo inspiradas pelo trabalho que passou a ser mais valorizado por todos membros da família. Algumas delas foram, inclusive, incluídas no núcleo e receberam sua própria CA no segundo ano de projeto.

Ao anotar as doações e trocas as mulheres também passaram a perceber mais a importância dessa relação que sempre esteve presente na família. Era perceptível a alegria das agricultoras quando falavam que queriam doar mais produtos na vizinhança pra poder preencher mais a coluna de doação, demonstrando que essa relação de solidariedade também foi estimulada através da metodologia. A partilha é um dos princípios da agroecologia, percebemos assim que a CA não é só um registro econômico mas um registro de relações de reciprocidade e comunidade.

As mulheres que são vizinhas e faziam parte do mesmo núcleo das CA's, se tornaram grandes incentivadoras umas das outras. Elas lembravam de realizar as anotações e também ajudavam aquelas que tinham alguma dificuldade, firmando assim parcerias muito ricas para o processo de auto-organização das mulheres, um princípio feminista. Essa parceria, inclusive, é um valor que já era comum entre as agricultoras e as famílias da comunidade, que percebemos se fortalecer através da metodologia, uma vez que elas passaram a visitar mais os quintais umas das outras, trocar mudas e sementes, compartilhar receitas agroecológicas para cuidados com as plantas e incentivar o desenvolvimento da produção para maior geração de renda.

Outro avanço observado na gestão do agroecossistema foi motivação das agricultoras para ampliar seus cultivos, pois ao perceberem que tinham potencial de produzir, principalmente através dos quintais, elas ficaram animadas a ampliar a variedade de plantas nos canteiros. De acordo com as agricultoras, através dos cultivos nos quintais elas percebiam que era possível melhorar a renda familiar nas vendas das feiras, como também garantir uma diversidade no consumo da família.

No processo de anotar elas também aprenderam a precificar alguns produtos dos quintais que nunca tinham refletido nem na possibilidade de venda, dando assim novas significações e valores a suas produções. Isso aconteceu quando elas se questionaram como iriam colocar preço naqueles itens que costumavam consumir e não comprovaram fora, ou seja, que desconheciam o valor de mercado, a exemplo das frutas nativas, das ervas medicinais, do licuri e das plantas alimentares não convencionais (PANCs) como a palma, taioba, ora-pro-nóbis, entre outras.

Havíamos planejado um calendário de encontros e formações para os núcleos de mulheres, com previsão para iniciarmos essas agendas em março. Seriam encontros mensais onde realizaríamos as oficinas de economia feminista teórica e práticas – com beneficiamento de temperos e produção de sabonetes naturais –, além das atividades lúdicas e de autoestima através das práticas do yoga e da dança zumba. Esses temas foram escolhidos por elas durante as reuniões que realizamos em 2019. Contudo, esses encontros precisaram ser suspensos devido ao isolamento social da pandemia do covid-19.

c) Acesso à tecnologia: o grupo das agricultoras no WhatsApp

O inesperado desafio que encontramos ao longo dessa caminhada com as CA's foi a pandemia do covid-19 que nos levou ao isolamento social e, assim, em 18 de março de 2020 suspendemos as visitas presenciais. A preocupação em como continuar o processo de animação e coleta de dados, bem como com a baixa de produção das agricultoras que poderiam ficar com suas vendas comprometidas, foi dando lugar a reinvenção e novas estratégias.

A essa altura a maioria das agricultoras já tinha acesso ao smartphone e a internet rural ou banda larga, ainda que limitado em algumas comunidades. Então passamos a utilizar a tecnologia a nossa favor para manter a comunicação e coletar fotografias das suas CA's para a tabulação ao final de cada mês. Aquelas agricultoras que tinham maior dificuldade com o celular pediram ajuda a alguém da família, geralmente suas filhas, e fizeram questão de se manter no processo. E assim continuamos a sistematização até agosto de 2020.

Como os encontros do núcleo de mulheres foram suspensos devido ao isolamento social, propus um grupo no *whatsapp*, entre todas agricultoras que preenchiam as CA's nos 9 TR's que a equipe acompanhava. Ele ficou denominado como grupo “Mulheres das Cadernetas”. O objetivo do grupo foi inicialmente de realizar o processo de animação para que elas não deixassem de anotar nas CA enquanto não podíamos realizar as visitas técnicas. Esse período

também foi justamente aquele programado em meu projeto de pesquisa para aplicar alguns instrumentos em campo, os quais tive que replanejar. E então, o grupo de *whatsapp* se tornou um meio pelo qual a pesquisa foi se desenrolando e me surpreendendo positivamente com o resultado das trocas ali estabelecidas.

As agricultoras passaram a fortalecer umas às outras através do grupo de *whatsapp*, onde eu sempre estava estimulando suas participações através de áudios e imagens. Elas compartilhavam fotos suas produções, de seus quintais e das CA's, conversávamos por áudios e realizavam um verdadeiro um intercâmbio de experiências.

A proposta inicial de instrumento para pesquisa foi a realização de um intercâmbio presencial para que agricultoras de diferentes TR's se encontrassem em um quintal escolhido, a fim de trocar experiências a respeito do agroecossistema e do uso das CA's. Contudo, essa ideia se tornou inviável com a pandemia e foi amadurecida o produto de intervenção desse trabalho. Por fim, criamos um espaço de intercâmbio digital e constante, por intermédio da tecnologia. O grupo de *whatsapp* se reverbera até os dias de hoje, se consolidando como uma ferramenta de apoio feminista e agroecológico para essas agricultoras.

No grupo discutimos sobre o *podcast* “As Guardiãs da Agrobiodiversidade”, uma série com áudios de agricultoras dos demais TR's participantes do PSA, sistematizados no *youtube*. Foram 10 edições semanais de *podcast* que ocorreram na pandemia, sendo que a nossa equipe participou de um deles com a entrevista com uma agricultora do TR Umbuzeiro, do município de Jacobina/BA. Conseguimos estabelecer diálogos importantes a respeito da pandemia, dos cuidados com a saúde, sobre as feiras, estratégias de comercialização e até mesmo discutir pautas de gênero, como a divisão sexual do trabalho e a violência doméstica.

Além disso, no grupo do *whatsapp* realizei coleta de algumas falas em áudios das agricultoras que foram discutidas nesta pesquisa de mestrado, com devida autorização das mesmas, e que contribuíram para a riqueza de informações aqui atribuídas, como os relatos apresentados no item 2.2.4 desse texto.

Vale salientar que das agricultoras presentes no grupo nem todas se conheciam, eram pertencentes a TR's e municípios diferentes, mas elas se “abraçaram” como companheiras que se reconheciam nas lutas e conquistas do tecer do feminismo e da agroecologia em suas realidades. Compartilhavam saberes, desafios e esperanças, confortavam as que se sentiam

desanimadas e comemoravam as vitórias umas das outras, à medida que iam desvendando a tecnologia da internet, algo novo para a maioria delas.

2.2.4 Tempo de colheita: resultados práticos da metodologia na vida das agricultoras

As últimas etapas da metodologia consistem em análise coletiva dos dados, reflexão e programa de ações. Segundo o Guia Metodológico, se trata de um momento importante de juntar os diversos “elos da cadeia” e desenvolver um olhar sobre a realidade em sua complexidade, reunindo os três instrumentos de coletas (as cadernetas, os questionários e os mapas).

Nessa etapa foi fundamental que todas as mulheres participantes, a equipe técnica e os parceiros locais estivessem presentes para avaliar e validar os dados. A partir de então foi possível se perguntar se essa era uma realidade conhecida por todos/as, ou ainda em que medida esses dados nos ajudam a repensar nossas práticas de assessoria técnica e na luta pela segurança alimentar e nutricional, na problematização da divisão sexual do trabalho, entre outras reflexões (CARDOSO et al., 2019).

Esse processo aconteceu em duas etapas. A primeira ocorreu no meio do período das anotações, avaliando os resultados dos primeiros seis meses das CA's, no Encontro das Guardiãs da Agrobiodiversidade, em que todas as agricultoras e equipes foram convidadas a participar. Realizo a seguir um relato dessa experiência. E a segunda etapa foi através de um seminário online, devido a pandemia do Covid-19, que avaliou o saldo de um ano da metodologia em campo. Infelizmente foi um espaço mais limitado em participação.

a) I Encontro das Guardiãs Da Agrobiodiversidade do Semiárido Baiano

Esse foi o primeiro grande momento coletivo de reflexão sobre os resultados das CA's no Pró-Semiárido, que ocorreu em Senhor do Bonfim/BA nos dias 17 e 18 de dezembro de 2019, marcando 6 meses da execução da metodologia. Foram reunidas 350 agricultoras, de todos os 32 municípios que estavam participando da metodologia, e então apresentamos os dados parciais para que se pudessem ter dimensão da potência de seus trabalhos.

Para as agricultoras que nossa equipe acompanhava e que participaram desse encontro, percebemos que teve um impacto muito positivo em suas vidas e na motivação para continuar preenchendo as CA's. Muitas delas relataram ser a primeira vez que viajaram para outro

município, ou sem os maridos, e que puderam conhecer tantas outras agricultoras de diversas regiões que assim como elas utilizam a ferramenta e cultivam em seus quintais, criando um sentimento pertencimento coletivo.

Das 32 agricultoras que faziam parte dos núcleos de mulheres dos 9 TR's que acompanhávamos, participaram do evento 28 mulheres e toda equipe técnica. Foi muito participativo e bonito de vê-las realizando falas no microfone, trocando experiências, contatos e fazendo amizades com as mulheres dos outros municípios. Elas cantaram, dançaram e se divertiram, trocaram experiências e saíram muito fortalecidas desse espaço, retornando para casa com uma bagagem de aprendizados que é impossível de mensurar.

No primeiro dia tivemos a mística de abertura sobre as bonecas Abayomi, que tem origem iorubá e significa aquele que traz felicidade ou alegria. Houve uma encenação contando a história das bonecas que eram feitas pelas mães africanas escravizadas com retalhos de suas saias para presentear suas filhas, que eram separadas delas. A boneca é um símbolo de resistência e amor da mãe negra. Com essa simbologia, todas receberam retalhos, fizeram suas abayomis e trocaram entre si, formando esse elo de carinho entre as participantes.

A mesa de abertura foi composta por Beth Cardoso, da organização CTA da Zona da Mata de Minas Gerais que criou a Caderneta Agroecológica; Laeticia Jalil, professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e pesquisadora das cadernetas; da agricultora, Maria Silvani de Pilão Arcado representando as companheiras das CA's na Bahia; e Aline Martins a gerente de gestão do conhecimento do programa Semear internacional do FIDA, que financia a caderneta. Foi um momento de resgate histórico e compromisso sobre o instrumento.

A tarde foi apresentado um resumo dos dados e gráficos gerados do preenchimento das cadernetas e dos questionários nos 32 municípios, demonstrando que a contabilização da produção registrada pelas 351 mulheres somou 404 tipos de produtos de origem animal, vegetal, beneficiados, medicinais e artesanatos. A renda gerada por meio da venda, troca, consumo e doação do que é produzido por elas correspondeu a um valor de mais de 173 mil reais, no período de agosto a novembro.

Já no segundo dia as agricultoras protagonizaram toda programação, a qual eu tive a honra de coordenar. No primeiro momento chamamos por município as mulheres para o centro

da roda com seus mapas da agrobiodiversidade, que foi elaborado por cada uma. Foi um momento de animação e emoção, em que elas mostraram com orgulho a atividade que fizeram nas oficinas de capacitação nas comunidades, onde algumas delas desenharam pela primeira vez na vida. No segundo momento, foi composta uma mesa com 10 agricultoras representando os diferentes territórios rurais participantes do Pro-Semiárido, onde cada uma pôde apresentar quais foram os pontos positivos e os desafios no preenchimento das cadernetas. Um momento de importantes debates e avaliações para o projeto, e de grande representatividade.

Na mística de encerramento, todas nos abraçamos coletivamente e cantamos cantigas de cuidado, demonstrando que não estamos sozinhas. *“Companheira me ajuda que eu não posso andar só, sozinha eu ando bem mas com você ano melhor”*. Nos despedimos umas das outras em um momento de profunda gratidão, em que as agricultoras emocionadas agradeciam pela oportunidade de estarem ali e de conhecerem uma ferramenta tão transformadora que as tem ensinado sobre elas mesmas.

b) Relatos de empoderamento das agricultoras agroecológicas

Gostaria de poder trazer a fala de cada uma das protagonistas dessa pesquisa para esse espaço, pois considero que o maior ganho que as CA's oportunizou nesse processo foi a experiência vivida por elas, para além dos dados sistematizados para a pesquisa nacional sobre a renda das mulheres. Contudo, como ficaria muito extenso para apresentação nessa pesquisa de mestrado, destaco aqui alguns relatos trocados no grupo do *WhatsApp* “Mulheres das Cadernetas”, ainda antes da finalização do primeiro ano, em junho de 2020.

O primeiro relato é da agricultora que chamamos de dona Margarida, para preservar sua identidade, ainda que a mesma tenha concordado com muita alegria em fazer parte dessa pesquisa. Ela tem 65 anos, é mãe e avó, se identifica como negra. Seu agroecossistema está localizado na comunidade de Pau Darco, pertencente ao TR Augustinho, município de Jacobina/BA.

Quero falar um pouco das Cadernetas e o tanto quanto foi importante essas anotações. Antes eu não sabia quanto eu economizava, quanto eu tinha uma renda, hoje não, hoje eu já sei quanto gasto com mês e quanto economizei com a Caderneta. Com essa Caderneta Agroecológica e através do Projeto Pró-Semiárido aí consegui ver o quanto é importante as nossas anotações e nossas economias. Não faço parte do grupo de quintais, sou do grupo de interesse de mandiocultura, aonde tenho uma renda extra, mas faço parte do grupo de risco e por conta da epidemia não consegui escoar essa renda, mas mesmo assim da minha propriedade consegui muitos alimentos, como por exemplo abóbora, batata, aipim, mandioca, tapioca, galinha, ovos, pinha, cajá, umbu, goiaba, mamão, tudo é do meu quintal. Então vi o quanto economizou e antes eu não notava nada, hoje em dia eu anoto tudo, graças ao projeto e a Caderneta Agroecológica

deu tudo certo. E sinto orgulho de falar dessa Caderneta (Margarida – TR Augustinho, 2020).

A segunda agricultora que compartilhou um relato com o grupo foi a Jasmin, do TR Armando Barbosa de Souza, município de Várzea Nova/BA. Ela tem 49 anos, se identifica como parda, é mãe e avó. Vive com o marido e os filhos em seu agroecossistema na comunidade Riacho dos Maia.

Pra mim foi uma ótima ideia, porque ela nos mostra o quanto nosso trabalho nos rende, coisas que antes não dávamos conta de como um simples molho de coentro, um pimentão, uma fruta colhida no quintal, influenciava tanto na nossa renda familiar. E só através da Caderneta é que percebemos isso, e a partir daí eu quero mais plantar mais, quero colher mais, quero demonstrar cada vez mais o poder da mulher, o poder dessa planta que a gente planta no quintal. E quando eu vejo esse reconhecimento pelos órgãos, pelas instituições que criaram esse projeto, vendo que os objetivos estão sendo alcançados através da gente, através de mulheres, me dá mais força de vontade de produzir e ter muito mais o que anotar na minha companheira, na minha caderneta agroecológica. Mulherada vamos seguir em frente, avante, somos forte e somos poderosas, se a gente quiser a gente consegue. Tudo que a gente quer a gente consegue! Então através da caderneta a gente tem mais um incentivo pra gente trabalhar mais, ganhar mais e ser mais independente (Jasmin – TR Armando Barbosa, 2020).

O próximo depoimento é da agricultora que identificamos com codinome Melissa, tem 46 anos, é mãe e avó, se identifica como parda e vive na comunidade da Várzea no Território Rural Umbuzeiro, Jacobina/BA.

Olá, minhas parcerias! Tivemos a oportunidade, graças a Deus, de nos encontrar em Bonfim naquele maravilhoso encontro. E como eu falava pra vocês, é possível a gente produzir um pouquinho de cada coisa, um pouquinho de cada um produto para estarmos consumindo de boa qualidade com as águas que temos, graças a Deus, agora um tempo bom com abundância que melhora ainda a produção. Queria dizer pra você que é do quintal que trago meu produto de boa qualidade pra mesa, e vou mostrando um pouco do meu trabalho para o grupo para incentivar aquelas mulheres que ainda estão pensando “Será que dá certo? Que dá certo uma receita de sabão? Será que dá certo um plantio de um tomate?” Agora mesmo eu tive um probleminha nos tomates, mas já to resolvendo com a ajuda de algumas parceiras de trabalho, graças a Deus. E é isso, gente, é aí que eu somo meus dois mais dois e consigo aumentar, ter uma rendinha pra ajudar nas despesas de casa. E agora com esse tempo bom de abundância, a gente não pode esquecer de falar mesmo desse projeto Pró-Semiárido com as Cadernetas Agroecológicas, mudou muita coisa. Por que eu mesma não sabia o quanto eu produzia no meu quintal, quanto eu tava tendo de renda com o consumo e com o pouquinho que eu vendia, eu não sabia, porque eu não fazia contas e eu não anotava. Então não tinha ideia, eu não tinha essa organização. Hoje graças ao Projeto Pró-Semiárido, depois a Caderneta, né, depois do encontro de mulheres que tivemos acesso a essa Caderneta, aqui em Fazenda Várzea Nova, e daí a gente acabou descobrindo a quantidade de trabalho que a gente mulher consegue fazer ao mesmo tempo, é muitas atividades. E graças a essa Caderneta! Porque eu fico empolgada pensando no que é que eu vou anotar, né, no que eu fiz no dia, o que é que eu colhi no dia. Então é isso, minhas parcerias! Força, com essa pandemia não está sendo fácil. Saudades das nossas reuniões e tá bom que eu converso demais, mas a gente vai

se falando. Não podia também deixar de agradecer e parabenizar ao mesmo tempo as meninas, Tamara, Elizania, Edinelia, Rejane e todas elas, é muita gente né, que tá aí de frente batendo de frente, trazendo muitas informações boas pra nós, reforçando nosso grupo. São muitas, não dá pra falar o nome de todas, mas enfim, queria muita agradecer e parabenizar ao mesmo tempo. Até o próximo encontro e a próxima conversa que com certeza vai vir (Melissa – TR Umbuzeiro, 2020).

O último relato apresentado é da agricultora Açucena, ela é quilombola e se identifica como preta, da comunidade Quilombo de Várzea Queimada, pertencente ao TR Padre Luiz Tonetto, em Caém/BA.

A dificuldade que eu senti no início só foi pra saber o preço de cada coisa que eu plantava por que a gente tem coisas que não compra na feira, e a gente tendo no quintal dificultou um pouco pra saber assim o preço de cada unidade, coisas que a gente não consumia muito e aí na hora de vender a gente não sai o preço, mas foi indo devagar e agente foi aprendendo, a gente foi acostumando. Hoje eu me arrependo de muitas coisas eu não ter em nota, porque a gente anotando a gente se dá mais valor, a gente sabe o que a gente consumiu, a gente sabe aquilo que a gente saiu pra fora, a gente sabe o que você consumiu de uma qualidade que você sabe que não vai prejudicar a sua saúde. E aí foi muito bom, durante esse período eu achei muito bom, porque a gente aprendeu muita coisa, coisa que a gente não sabia e aí a gente aprendeu com essa caderneta. E quando dizer assim encerrou esse projeto dessa caderneta eu vou continuar anotando. Gostei muito, foi uma aprendizagem muito grande, e vou continuar anotando as coisas que eu consumo, as coisas que eu tiro pra fora, pra mim valeu a pena (Açucena – TR Padre Luiz Tonetto, 2020).

2.3 Miudezas que geram grandezas: os quintais agroecológicos como espaços de autonomia e diversidade

Trabalhos desenvolvidos com as Cadernetas Agroecológicas costumam dar destaque aos quintais, pois são as mulheres as responsáveis pela gestão desses espaços, em grande maioria dos casos. Isso ocorre uma vez que os quintais são tidos como extensão do trabalho doméstico, devido à proximidade com a casa e por se relacionar com o trabalho reprodutivo e de cuidados. E neles ocorre principalmente a produção para o autoconsumo, que é o que garante a segurança e soberania alimentar das famílias (LOPES NETO et al., 2015b).

No nordeste os quintais são entendidos como áreas ao redor da casa, que possuem tamanhos variáveis e onde há uma produção diversificada de alimentos, plantas medicinais e ornamentais, além da criação de pequenos animais, como as aves. São nos quintais que as agricultoras testam novas técnicas de cultivo, produzem saberes e vivenciam experiências em seu cotidiano, se constituindo assim como um espaço não apenas caracterizado por fenômenos biológicos, mas também sociais e culturais (PINILLA e OLIVEIRA, 2019).

Laetícia Jalil et al. (2019) descrevem o quintal como um espaço de vida que é narrado pelas mulheres com tamanha importância e riqueza, pois é onde cultivam sementes, cuidam de animais, e manejam ecossistemas, como também é local de lazer, de descanso e de beleza. Ou seja, o quintal, além de abrigar relações produtivas e de trabalho, é um espaço social de aprendizagem, de construção do conhecimento e de práticas fundamentais para a manutenção da vida (JALIL et al., 2019).

Nesse contexto, a produção dos quintais é determinante para a reprodução social e econômica das famílias agricultoras. Além disso, a agrobiodiversidade ali guardada fortalece a agroecologia e também se constitui como um local em que as mulheres conseguem desenvolver autonomia, se comparado a outros espaços agroecossistema onde os homens tomam as decisões.

os quintais têm recebido uma atenção especial do movimento feminista que está articulado na construção do movimento agroecológico no Brasil nos últimos anos. Ao apontar a constituição do espaço rural e dos agroecossistemas como crivados por relações de poder, as feministas chamam atenção para como as mulheres rurais são invisibilizadas nas análises e no acesso às políticas públicas (PINILLA e OLIVEIRA, 2019, p. 128).

De acordo com Eliane Barros (2018) os quintais têm demonstrado potencial de abrir espaços para que se questione a invisibilidade e desvalorização do trabalho produtivo das mulheres, aquilo que antes era chamado de “miudeza” é visto como as “grandeza” na perspectiva feminista. Os quintais são revelados como ambientes ricos em biodiversidade e ecologicamente resilientes, constituindo estratégia de sobrevivência e autonomia historicamente desenvolvidas pelas mulheres do campo, das águas e das florestas, em seus modos de produção/reprodução da vida (BARROS, 2018).

Para Graciete Santos e Tatiane Silva (2020), ao trazer o foco para as experiências das mulheres nos quintais como espaços de construção agroecológica contribui para: visibilizar e valorizar o trabalho realizado pelas mulheres; analisar a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar; evidenciar os quintais produtivos como espaço de geração de renda e transição agroecológica (SANTOS e SILVA, 2020).

A posição de destaque que o quintal ocupa no agroecossistema também chamou a atenção na execução metodológica das CA's com as agricultoras participantes do PSA no Piemonte da Diamantina. Além das anotações serem mais frequentes daqueles itens que vinham dos quintais, principalmente para a coluna de autoconsumo, os mapas da sociobiodiversidade revelaram o quanto esse subsistema importava para o empoderamento da agricultora. Por isso, os quintais também ocupam lugar de destaque nessa pesquisa de mestrado.

2.3.1 O saber-fazer agroecológico das mulheres nasce do quintal

Quintal, jardim, terreiro, pátio, canteiro, área ou “minhas plantinhas aqui junto de casa”, como se refere dona Margarida, do TR Augustinho, a esse espaço de tanta riqueza em saberes, cultivos e histórias. Os quintais guardam muito mais do que está visível aos olhos, neles é onde as mulheres experimentam, testam e reinventam as práticas agroecológicas na lida do dia-a-dia.

Aqui no meu quintal eu tenho de um tudo um pouquinho. Antes do telado eu não plantava muita coisa porque as galinhas ciscavam tudo, mas agora toda mudinha de planta que eu acho que vai se dar bem eu testo pra ver se pega. E assim eu vou colocando elas juntas, porque o espaço é pequeno e quando a gente mistura, como se fala, quando tem mais diversidades, elas ficam forte e não são atacadas por praga nenhuma. (...) Eu vejo isso muito quando eu planto as de cheiro juntas, o arruda, o manjerição miúdo (Íris – TR Padre Alfredo Haasler, 2021).

O relato da agricultora Íris, compartilhado com as companheiras do grupo do *whatsapp*, demonstra a prática do conhecimento agroecológico por ela observado nos canteiros de seu quintal a respeito da biodiversidade e a defesa natural. O policultivo ou consórcio de plantas, mesmo em ambientes pequenos como costumam ser os quintais, é a melhor estratégia utilizada na agroecologia para que as plantas se fortaleçam. Ela também conta que o arruda e o manjerição, as plantas “de cheiro” como menciona, evitam os insetos predadores, o que acontece devido aos óleos essenciais que essas plantas aromáticas possuem.

A observação e experimentação são técnicas que as mulheres dominam porque estão sempre atentas ao ambiente que consideram de grande importância para o cuidado da família, uma vez que é dali que saem os temperos que utilizam na comida, alguns legumes e frutas, bem como as ervas medicinais para fazer chás e xaropes. Essa preocupação, como a da agricultora Íris, é o que leva as mulheres a defender um cultivo livre de agrotóxicos e fertilizantes químicos, desenvolvendo o manejo agroecológico de maneira muito consciente.

É nesse sentido que a pesquisa de Oliveira (2015) retrata o valor ecológico dos quintais, além da importância social e econômica. Segundo o autor, há muita biodiversidade nesses espaços e as agricultoras demonstram compreender, melhor que os homens, a importância de sua manutenção. Elas realizam adubação orgânica que contribui para qualidade dos solos e não fazem uso de agrotóxicos, ao invés disso preparam receitas de defensivos naturais, por se preocuparem com a segurança alimentar da família (OLIVEIRA, 2015).

As mulheres agricultoras são, portanto, as grandes protagonistas das práticas que desenvolvem e fortalecem a Agroecologia através dos quintais, pois conforme explica Eliane Barros (2018), foi graças a resistência histórica das mulheres que toda uma diversidade de

plantas e de raças crioulas de animais foi preservada, elas são as responsáveis “por práticas de manejo ambiental adequadas à seleção e preservação de sementes crioulas (...) além de conhecimentos sobre produção de alimentos saudáveis e de uso de plantas medicinais, fazendo com que esse patrimônio não se perdesse com a difusão da “revolução verde” (BARROS, 2018, p. 15).

Exemplo disso é que no Pró-Semiárido foram propostos grupos de interesses para formações e captação de tecnologias sociais destinadas pelo projeto, e o subsistema Quintal Agroecológico era ocupado em maioria por mulheres na área de atuação assessorada pela COOPESER no Piemonte da Diamantina. O segundo grupo de interesse onde havia mais mulheres era o de Avicultura sendo que este é um subsistema que costuma estar inserido ou associado também aos quintais.

Isso demonstra mais uma vez como o quintal se torna uma área de extensão do trabalho doméstico, pouco interessante para os homens porque produz miúdos, mas que com a utilização das CA's tem sido possível comprovar a grandeza e o sustento que ele garante para toda a família. E de outro lado, são os espaços em que a agroecologia mais é possível de se desenvolver e ser ampliada para os demais subsistemas, como demonstra o depoimento de dona Maria Flor, de Jacobina, enviado por áudio no *whatsapp* para as outras agricultoras:

Plantei aqui no quintal aquelas sementes de feijão crioulo, aqueles que é pra melhorar o solo, que eu ganhei lá no seminário com as mulheres do Bonfim, porque meu esposo não quis levar pra roça. Ai comecei a ver as folha de coentro e até os tomates crescerem mais bonito no canteiro, todo mundo reparou que foi por causa daquele feijão branco que a gente não come mas deixa lá na terra pra enriquecer. Agora eu vou começar a tirar adubo, pra misturar e levar pra roça. Meu esposo que tava desacreditando agora vai querer. E quem quiser de vocês eu ainda tenho semente aqui pra dar (Maria Flor - TR Missão da Terra, 2021).

A agricultora Maria Flor descreve a técnica de adubação verde para enriquecimento do solo com leguminosas, uma prática de agroecologia que ela conheceu através de outras mulheres que compartilharam a semente do feijão-de-porco crioulo em um evento que participou. Em sua fala é muito interessante ver o processo de experimentação que a mulher acredita, faz e desenvolve conhecimento, e então só depois de ver os resultados, geralmente econômicos, o homem dá credibilidade. É um cenário muito comum na gestão familiar dos agroecossistemas. O mesmo podemos ver no relato a seguir:

Depois daquela oficina que as meninas fizeram aqui no território eu não joguei mais nada fora, guardo os restos de comida, as cascas de banana, os bagaço de laranja, tudinho pra botar na compostagem com a palma picada e a palha. Antes ele (o marido) só usava estrume da vaca, mas depois que viu eu usar esse composto no quintal e as verdura crescendo bonita, fica pedindo pra eu fazer pra ele também. Eu caio na risada,

não dou não. Eu digo que aqui é pra minhas hortaliças que não pode faltar, ele que se vire (risos) (Melissa – TR Umbuzeiro, 2021).

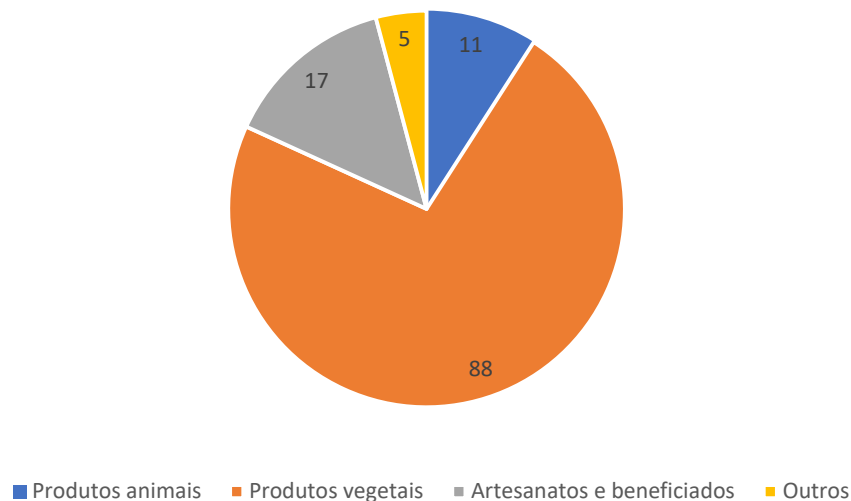
A agricultora Melissa, que também contou sua experiência pelo grupo do *whatsapp*, revela outra prática de agroecologia criada nos quintais. A compostagem, que serve para realizar uma adubação orgânica nos solos, é bem utilizada nesses espaços porque tem uma ligação direta com a cozinha da casa. Os insumos vão para a cozinha em forma de alimento, retornaram para o quintal se tornando adubo e depois voltam novamente para cozinha como novos alimentos. Essa capacidade de retroalimentar um sistema também vem da rica observação ancestral que a mulher carrega e muitas vezes é desvalorizada por grande parte dos homens, que costumam pensar de maneira mais macro na produção em escala para obtenção de maior renda com a venda (SILIPRANDI, 2009).

O trabalho de Lopes Neto et al. (2015a) apresenta a sistematização dos resultados da primeira experiência com as CA's que aconteceu em 14 municípios da Zona da Mata mineira entre janeiro de 2014 e janeiro de 2015, de 64 agricultoras. De acordo com os autores, foi possível compor um quadro revelador da efetiva contribuição da gestão feminina ao notar a enorme diversidade biológica dos quintais. Foram enumeradas 142 espécies de hortaliças, plantas medicinais, flores, árvores frutíferas e pequenos animais. Ao incluir os alimentos processados e artesanatos, sobe para 212 o número de produtos (LOPES NETO et al., 2015a).

Lopes Neto et al. (2015a), também destacam a produção para o autoconsumo, onde grande parte da alimentação das famílias provém dos quintais, deixando-se de comprar fora gêneros alimentícios, e, em média, 70% de todos os produtos consumidos mensalmente são cultivados pelas mulheres. Outro dado revelado pelas CA's é que a renda monetária obtida pela venda dos gêneros alimentícios produzidos nos quintais chega a superar o valor da produção destinada ao autoconsumo, girando em torno de dois salários mínimos por mês, sendo essa a principal fonte de renda para algumas famílias, superando até a renda gerada pela venda do café, principal cultura comercial da região (LOPES NETO et al., 2015a).

Fazendo avaliação semelhante das anotações nas CA's das 32 agricultoras acompanhadas no Piemonte da Diamantina, ao longo de 1 ano, foram verificados 11 produtos de origem animal, 88 espécies vegetais, 17 artesanatos e alimentos beneficiados, somando uma diversidade de 116 produtos oriundos diretamente dos quintais das mulheres. Percebemos que há, de fato, uma agrobiodiversidade sendo garantida nesses espaços, uma vez que os demais subsistema estão concentrados em 2 ou 3 tipos de cultivo em média.

Gráfico 9. Agrobiodiversidade produzida nos quintais das agricultoras agroecológicas participantes da pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

O gráfico 9 representa, portanto, uma parte mensurável do trabalho das mulheres em seus agroecossistemas na perspectiva dos quintais, onde verificamos a maior parte da contribuição, isso sem contabilizar os demais subsistemas que elas contribuem como protagonistas ou parceiras de outros membros da família. Temos como exemplo de outros subsistema os que apareceram com mais frequência em seus mapas da sociobiodiversidade: criação de bovinos, de ovinos e caprinos, de suínos, cultivo de mandioca, de feijão, de milho, extrativismo de licurí e de outras frutas nativas, cultivo de palma forrageira, entre outros.

A diversidade vegetal foi a que apareceu em maior número nos registros das CA's, sendo a que mais contribui para a segurança alimentar da família. Dentre os produtos vegetais estão as frutíferas, as hortaliças, os cereais, as raízes, os tubérculos, as leguminosas, os legumes, as verduras, as ornamentais, as plantas medicinais, entre outras classificações.

Sobre as anotações de plantas medicinais, de uso muito frequente nos territórios rurais, as agricultoras tiveram dificuldade de quantificar e por isso de anotar no início da metodologia, estando a equipe sempre chamando a atenção e prestando apoio para esses registros, que mais a frente passaram a ser constantes e revelaram uma grande diversidade de plantas e de usos terapêuticos. De acordo com Laetícia Jalil et al. (2019), as mulheres possuem uma farmácia viva em seus quintais e são detentoras de conhecimentos e saberes sobre os usos destas plantas

que estão diretamente ligados a aspectos culturais, étnicos, socioeconômicos e da agrobiodiversidade local.

Apesar de menor diversidade, as aves também ocuparam uma posição de destaque nas anotações das CA's das agricultoras pesquisadas no Piemonte da Diamantina, tanto para a segurança alimentar da família quanto para a renda monetária com a venda dos excedentes de ovos, principalmente. Como já mencionado, as galinhas caipiras faz parte de um subsistema que está diretamente associado aos quintais. Nos mapas desenhados pelas mulheres, sempre havia algum cercado ou galinheiro para a criação de aves, e na maioria dos casos as galinhas eram retratadas soltas ao redor da casa ocupando o espaço compreendido como quintal.

De acordo com a pesquisa de Mariene de Melo et al. (2020), a criação de galinhas representa para as mulheres uma das principais formas de resistência e busca de autonomia, frente ao patriarcado. Isso porque as aves caipiras garantem uma alimentação saudável e proteica para a família, mas também uma renda imediata com a venda de ovos, carne e mesmo os animais para “viabilizar a compra de outros alimentos ou para atender necessidades pessoais ou das/os filhas/os. Representa para elas uma poupança que pode ser mobilizada em momentos emergenciais como doença” (MELO et al., 2020, p.4).

Foi só depois que eu passei a escrever na Caderneta que a gente aqui de casa deu conta o tanto de ovo que a gente comia (risos)! Todos os dias, as vezes eu nem tenho outra coisa que anotar, mas o ovo sempre tá lá na fileira do consumo. É por isso que eu amo minhas bichinhas, dão um trabalho, sujam tudo aqui na varanda, mas eu não abro mão (Rosa – TR Mandacaru, 2021).

Eu prendo as galinhas daqui só de noite mesmo, de dia eu deixo ela nos terreiro pq eu já fiz o telado das hortas, eu prefiro ficar vendo elas ali e elas escolhem o ninho e botam mais ovos quando estão assim soltas. E outra, como nois tava falando naquele dia, o estrume da galinha deixa a terra mais rica (Florinda – TR Padre Alfredo Haasler, 2021).

Os relatos das agricultoras sobre suas criações de galinha caipira, compartilhados via grupo do *WhatsApp*, demonstram como esses animais estão inseridos a suas rotinas e ligados ao trabalho de cuidados exercidos por elas. As aves caipiras, muitas vezes consideradas fáceis de manejar, exigem o olhar atento das mulheres nos quintais e são animais que também retroalimentam o sistema agroecológicos, seja através dos restos de alimentos dos quintais e da casa que são fornecidos a elas, como também no aproveitamento de seu estrume na adubação dos solos, que costumam ser muito ricos em matéria orgânica nas áreas de pastejo das aves (OLIVEIRA, 2015).

Sabemos ainda que, devido à dinâmica dos processos cotidianos e/ou falta de hábito de anotar todos os itens oriundos dos quintais, os valores encontrados em diversidade e em renda poderiam ser ainda maiores. Mesmo ao final do primeiro ano, era observado em campo através das visitas que haviam muitas frutíferas, por exemplo, que não apareciam nas anotações das CA's. Ou seja, se a agrobiodiversidade tivesse estudo aprofundado no âmbito dos quintais, sem dúvidas, que estes valores seriam ainda mais significativos se acompanhados mais de perto (TELLES, 2018).

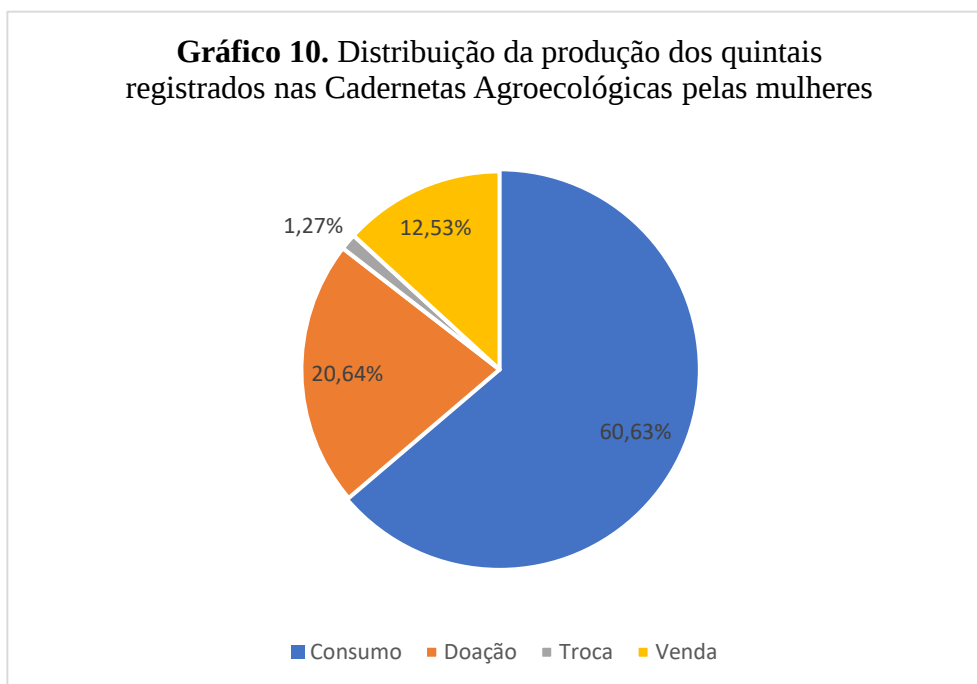
Essa subnotificação nas anotações foi muito comum nas diversas pesquisas com as CA's, pois, como afirma Laetícia Jalil et al. (2019) estamos lidando com a incorporação de uma nova prática de anotar o que se é produzido consumido no dia a dia, na economia do miúdo. Por outro lado, o “simples” ato de anotar representa um avanço que é parte do processo de desnaturalização do que está incorporado historicamente como o que não tem valor, mas que com as CA's é revelado como miudezas que tem muito a nos mostrar. Por isso é importante, ainda, seguir os esforços para construir novos indicadores e olhares sobre esse rico processo de protagonismo das mulheres (JALIL et al., 2019).

2.3.2 Territórios de segurança alimentar, solidariedade e autoestima das agricultoras

De acordo com Nara Pinilla (2019), em seu trabalho sobre a percepção que as mulheres tem sobre seus quintais no Sertão do Pajeú-PE, as agricultoras enxergam esses espaços como territórios “de vivência, dos encontros, dos encontros, das tarefas cotidianas, dos afetos, da beleza da vida, do alimento para os filhos, das flores que fazem a vida mais leve e mais bonita, das pequenas delicadezas” (PINILLA e OLIVEIRA, 2019, p. 132). É, ainda, no quintal onde há a possibilidade de estabelecer autonomia para essas mulheres, pois é onde elas encontram condições materiais de ressignificar seus trabalhos (PINILLA, 2019).

Por sempre ser visto como extensão da casa e, logo, do trabalho doméstico, o quintal não costuma ser reconhecido pelas famílias como espaço de produção, logo também não é tido como objeto para ação de políticas públicas, como por exemplo, o assessoramento técnico. Por isso, a proposta metodológica das CA's ao destacar os quintais, os visibiliza como espaços importantes para a construção do bem viver, sendo a partir do cuidado com a família e a natureza que a mulher escolhe o que cultivar e como manejar, se demonstrando local de vida, de proteção da agrobiodiversidade, de soberania e segurança alimentar (JALIL et al., 2019).

Através dos dados das CA's das agricultoras dos 9 TR's pesquisados no Piemonte da Diamantina, também pudemos comprovar que a maior parte do que é produzido nos quintais é destinada ao autoconsumo, revelando esses espaços como fonte de segurança e soberania alimentar para as famílias. O gráfico 10, que segue abaixo, demonstra como estiveram ocupadas as colunas das cadernetas das 32 mulheres ao longo de um ano com as produções de seus quintais.



Fonte: Elaboração própria.

A coluna de consumo foi a mais preenchida nas CA's com os itens produzidos nos quintais, com 60,63%, superando inclusive a distribuição de vendas que contabilizou 12,53%. Nesse sentido, esses dados que se configuram como relação econômica não-monetária, passaram a ser visíveis para as famílias apenas após o uso das CA's. Toda essa produção dos quintais passava despercebida, como podemos ver nos relatos das agricultoras a seguir:

Ela (a caderneta) nos mostra o quanto nosso trabalho nos rende, coisas que antes não dávamos conta de como um simples molho de coentro, um pimentão, uma fruta colhida no quintal, influenciava tanto na nossa renda familiar. E só através da Caderneta é que percebemos isso, e a partir daí eu quero mais plantar mais, quero colher mais, quero demonstrar cada vez mais o poder da mulher, o poder dessa planta que a gente planta no quintal (Jasmin – TR Armando Barbosa, 2020)

Quando eu descobri o quanto de coisa que sai aqui do quintal com a anotação da Caderneta foi que eu dei conta do tanto que eu trabalho. Eu até tiro o de vender na feira, mas isso aqui é ouro e eu não troco por dinheiro nenhum! Se eu fosse comprar fora tudo isso que eu anoto aqui no mês não dava pra nada do jeito que as coisas tão! Isso mostra quanto a gente tá economizando de gastar fora daqui, todo mundo agora tá vendo (Azaleia – TR Umbuzeiro, 2020).

Essas falas compartilhadas entre as mulheres no grupo do *WhatsApp*, representam a surpresa que a maioria delas, em todos os TR's, demonstraram logo nos primeiros meses anotando nas CA's. Reconhecer o quanto contribuem para a renda da familiar e o quanto os quintais produzem tem um valor que transcende as relações econômicas, a importância desses dados está na visibilidade de seus trabalhos, o que mexe diretamente também com a autoestima dessas agricultoras. Assim, a CA possibilita que a mulher se empodere e trace estratégias de vida, como quando dona Jasmin diz “quero demonstrar cada vez mais o poder da mulher, o poder dessa planta que a gente planta no quintal”.

Ao comprovar que a produção dos quintais e das mulheres não é incipiente, as CA's demonstram também as relações de interdependência entre as diferentes atividades monetárias e não monetárias pelas quais as agricultoras são responsáveis, conforme explicam Liliam Telles et al. (2020). As agricultoras garantem “a autonomia econômica da unidade familiar, da comunidade e de si próprias (...) Fica claro que mesmo nas relações da esfera mercantil, a lógica da autossuficiência e da reprodução da vida se sobrepõe às práticas econômicas hegemônicas” (TELLES et al., 2020, p. 5).

De acordo com o gráfico 10 podemos destacar também a relação econômica da doação, que foi a segunda coluna mais preenchida pelas agricultoras ao longo do ano, com 20,64% da produção das mulheres. Apesar da coluna de troca ter sido pouco preenchida (1,27%) pois, como já discutido antes, as trocas cotidianas não costumam ser instantâneas e por isso são registradas como doação, temos nessas duas relações importantes valores econômicos não monetários. E, mais uma vez, juntas superam quantidade de itens de relação monetária registrada das vendas.

A coluna de doação ter sido a segunda mais expressiva confirmou para nossa equipe que as relações de reciprocidade e solidariedade nos TR's ainda estão de fato presentes. No momento inicial de formação, antes de levarmos as CA's a campo, houve o questionamento de alguns técnicos se ao reconhecerem o volume de produção, as agricultoras não iriam deixar de estabelecer relação de doação para destinar às vendas. Com esse risco levantado, buscamos através do assessoramento em campo orientar sobre a importância dessa relação econômica não-monetária, assim como o autoconsumo, como mantedora de um sistema circular que fortalece o desenvolvimento territorial.

O resultado podemos ver abaixo no relato de dona Rosália do TR Augustinho, em Jacobina, quando perguntada sobre a importância da doação, em conversa através do grupo do *Whatsapp*:

Eu fico muito feliz quando eu consigo doar, porque representa fartura pra nós. Dia desses distribui tanto pé de alface aqui na comunidade, eu não ia deixar perder, eu dou mesmo. Porque eu também sei que aquele vizinho ou outro quando eu precisar de qualquer coisa também vai me dar. E aí eu corro logo pra anotar na caderneta pra encher essa coluna aqui de doação que é uma alegria danada (Rosália – TR Augustinho, 2020).

De acordo com Elisabeth Cardoso et al. (2020), as CA's lançam luz sob os trabalhos não monetários das mulheres (o consumo, a doação e a troca), numa perspectiva de afirmar que um conjunto de atividades realizadas para a reprodução da vida, como o trabalho doméstico e de cuidados, também devem ser consideradas como parte da economia. Infelizmente, a experiência atual das CA's não permite ainda contabilizar os serviços da mesma forma, esse é um desafio necessário que fica posto para aprofundar ainda mais essa pauta da economia feminista, revelando de fato a contribuição efetiva das mulheres.

Os resultados encontrados no Piemonte da Diamantina, demonstrados no Gráfico 2, são similares àqueles analisados por Oliveira et al. (2020), referentes a região Nordeste na pesquisa nacional publicados no projeto “Caderneta agroecológica e os quintais: sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil”. As autoras demonstraram que em 111 registros de CA's, entre março de 2017 e fevereiro de 2018, 49% dos produtos dos quintais foram destinados para consumo próprio, 21% para doação, 27% para venda e 3% para trocas (OLIVEIRA et al., 2020).

Segundo as autoras, por outro lado, pensando em termos econômicos os números sozinhos não dão conta da riqueza dos detalhes e das relações estabelecidas através do trabalho das agricultoras, contidos sobretudo nos valores de doação e troca, onde os sentidos da economia clássica e das metodologias tradicionais são ineficientes. O reconhecimento da renda gerada pelo trabalho da mulher e o fortalecimento da sua autoestima, estimula transformações nas relações familiares e sociais, nas organizações e movimentos onde estejam inseridas (OLIVEIRA et al., 2020).

Através das rodas de conversa realizadas no grupo do *whatsapp* também dialogamos sobre a percepção das agricultoras sobre seus quintais, na perspectiva de entender se após a metodologias das CA's as suas relações com estes espaços foram alteradas de alguma forma.

Hoje eu tenho assim meu quintal como um tudo pra mim, principalmente depois do calçadão (a cisterna) e do canteiro (...) depois que eu mesma comecei a anotar e ver o tanto de coisa que saia dele, aí que eu investi mais, peguei muda com as vizinha, plantei até abobora dia desse. Vocês precisam ver como tá agora (Maria Flor – TR Missão da Terra, 2021).

As agricultoras narram seus quintais com entusiasmo e alegria, trocam experiências e vivências umas com as outras, contam as novidades daquilo que produziram semanalmente, enviam fotos através do grupo periodicamente. É possível perceber como falar desses territórios de saberes provoca um estímulo positivo nas mulheres, cada vez que eu as perguntava sobre eles, desdobrando em muitas outras conversas sobre o manejo e seus experimentos, algo que não era percebido antes do processo com as CA's.

Quando comecei nesse projeto meu esposo disse que era sem futuro pegar o grupo de quintal, por que ele queria outras coisas lá pra roça de mandioca e de palma. Mas se é aqui que eu lido, minha fia, eu queria melhorar essa área toda aqui. Então eu anotar foi a melhor coisa porque eu provei que o telado mais o canteiro deu certo. Hoje em dia eu passo o dia todinho nele, demoro até mais ir lá embaixo (no roçado), porque agora a gente tem de um tudo aqui perto de casa. E eu ainda tenho semente nova de couve aqui viu (risos) (Melissa – TR Umbuzeiro, 2021).

O relato da agricultora Melissa demonstra as relações de hierarquia e dominação dos espaços geridos pelos homens no agroecossistema. Ela conta, ainda, como o esposo a desestimulava participar do projeto e receber assessoramento, tratava como perda de tempo por desacreditar nos quintais como um subsistema produtivo economicamente. É por esse motivo que dona Melissa, uma das agricultoras que mais nos chamou atenção nesse processo de empoderamento, diz em seu relato que “provou” para o marido que deu certo o investimento nos canteiros e telados, recebidos através do Pro-Semiárido. E foi através das anotações nas CA's que ela conseguiu comprovar este retorno para si e para família.

Dona Melissa era tímida e pouco participativa nas reuniões do projeto, e a partir das atividades do núcleo com as CA's e do desenvolvimento de seus trabalhos nos quintais, ela foi se empoderando cada vez mais de seus processos e se tornando uma referência para as outras mulheres. Participou da mesa de avaliação dos resultados das CA's no I Seminário Regional, deu entrevistas, gravou um *podcast* e de lá pra cá se inseriu nos dois grupos produtivos de sua comunidade, na feira orgânica local e tornou-se mais participativa também nas atividades do movimento social local que faz parte.

De acordo com a Sempreviva Organização Feminista - SOF (2018), a relação com a família é um dos pontos que as mulheres mais costumam destacar, como quando mostram a CA para o marido para comprovar que também contribuem com a renda e não somente “ajudam”.

Resultados obtidos no sudeste, destacam as percepções das agricultoras sobre si e suas realidades, demonstrando como a CA desperta autoconhecimento e consciência sobre seus trabalhos, mexendo com a autoestima dessas mulheres. Algumas mulheres do Vale do Ribeira-SP, ainda, contaram que CA serviu como documentação que permitiu obter a aposentadoria ou a DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf (SOF, 2018).

A SOF (2018) também demonstrou que a CA serviu como um instrumento de planejamento produtivo, pois as anotações ajudam na produção de forma a garantir o autoconsumo e o fornecimento de alimentos para comercialização em diferentes mercados, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ou em feiras livres, locais onde é preciso calcular quantidades e também o tempo que leva entre o plantio e a colheita, por exemplo.

O trabalho de Márcia Lima e Vanessa de Jesus (2017), aborda a CA numa perspectiva da auto-organização das agricultoras ao demonstrar que a metodologia estimula que elas extrapolem o espaço familiar se organizando politicamente em coletivos, associações, cooperativas e movimentos sociais, em busca de visibilidade e valorização. Isso por que, ao perceberem o tamanho do trabalho que desenvolvem, as mulheres compartilham entre si suas avaliações e identificam juntas que as desigualdades nas relações de gênero constituem um obstáculo para construção de sua autonomia (LIMA e JESUS, 2017).

Para Renata Moreno (2018) as experiências políticas e econômicas impulsionadas pelas mulheres, ao reafirmar a sustentabilidade da vida, são construções cotidianas de auto-organização, de solidariedade e práticas de reciprocidade, onde a agroecologia e a economia solidária se constituem como estratégias para “transformar condições de vida, ampliar/conquistar a autonomia das mulheres sobre o corpo, a sexualidade e uma vida livre de violência racista e patriarcal” (MORENO, 2018, p.219). De acordo com a autora, as ações de organização e formação feminista articulam diferentes dimensões da vida das mulheres, colocando questões para o diálogo, aprofundamento ou questionamentos importantes para o desenvolvimento da economia feminista.

A partir das experiências das agricultoras pesquisadas no Piemonte da Diamantina, foi possível perceber que apesar da coextensividade na relação casa-quintal a partir da divisão hierárquica e sexual do trabalho entre os membros da família, assim como demonstra a pesquisa Pinilla e Oliveira (2020), os quintais são reconhecidos pelas mulheres como espaços de trabalho, segurança alimentar, geração de renda, lazer e outras subjetividades.

O quintal, portanto, não é espaço aleatório (PINILLA e OLIVEIRA, 2020), e quando territorializado pela mulher que nele encontra satisfação e resultados concretos sobre seus trabalhos, ele contribui para visibilizar e fortalecer a autonomia dessa agricultora. As mulheres constroem vivências ancestrais nos quintais, bem como experimentam e desenvolvem novos saberes agroecológicos, ampliam suas redes de reciprocidade e solidariedade, preservam a agrobiodiversidade e se relacionam economicamente com o desenvolvimento territorial.

Por outro lado, em acordo com Graciete Santos e Tatiane Silva (2020), os quintais devem ser pensados como espaços estratégicos para construção da autonomia das mulheres, contudo é preciso garantir o direito delas estarem em todos os espaços, acessando os recursos e tecnologias, ocupando espaços de poder na família e nas políticas públicas. Nesse sentido, as mulheres não devem ser limitadas apenas ao trabalho dos quintais, que ainda é visto como extensão do trabalho doméstico, e isso só será possível através da divisão justa dos trabalhos no agroecossistema, considerando a responsabilidade pelas atividades reprodutivas e produtivas de todos e todas da família.

2.4 As contribuições político-pedagógicas das Cadernetas Agroecológicas para o assessoramento técnico: a experiência da COOPESER

A jornada de formações e práticas com a metodologia político-pedagógica das CA's no Piemonte da Diamantina, despertou movimentos não só nos Territórios Rurais e núcleos de agricultoras, mas também foi possível observar um processo de transformação no trabalho da equipe da COOPESER que prestou assessoramento técnico ao longo do ano.

Em sua pesquisa Liliam Telles (2018) demonstra que as CA's possibilita uma série de reflexões nos níveis individual e coletivo. A nível individual para as mulheres que passaram a reconhecer seu trabalho, bem como a identificar a divisão sexual e seus desdobramentos. E a nível coletivo, por exemplo, para as organizações de assessoria técnica a voltarem o olhar ao lugar que essas mulheres ocupam no agroecossistema e também para seus grupos produtivos.

Para Lopes Neto et al. (2015b), a sistematização das CA's possibilita qualificar e quantificar informações na perspectiva de subsidiar debates sobre políticas públicas voltadas especificamente às mulheres rurais, a exemplo do assessoramento técnico qualificado que atenda às demandas específicas das agricultoras e suas realidades, contribuindo também para desvelar o lugar de invisibilidade por elas ocupado no patriarcado e na estrutura hierárquica das famílias.

No desenvolvimento da metodologia da CA a equipe de assessoramento técnico fica responsável por orientar e auxiliar as agricultoras nas anotações e no manejo de seus agroecossistemas, bem como facilitar uma série de encontros e formações periodicamente com o núcleo para partilhar experiências e debater sobre as questões de gênero e feminismo. Por isso, é necessário que as técnicas e os técnicos estejam em processo de formação contínuo (CARDOSO et al., 2019).

A inclusão da metodologia na dinâmica do ATC na COOPESER exigiu uma série de adaptações por parte da equipe em relação a coleta de dados e as sistematizações, mas por outro lado qualificou ainda mais as visitas e as trocas de experiências com as agricultoras, demonstrando na prática a importância de direcionar o olhar para as relações de gênero no assessoramento às famílias. Em outras palavras, permitiu colocar em prática aquilo que até então só estava sendo discutido em teoria nas capacitações sobre feminismo no campo da agroecológica, mas que ainda faltava em estratégias pedagógicas.

Na ocasião da implementação das CA's em campo a equipe era composta por 9 técnicos(as) de nível médio agropecuário, sendo 6 mulheres e 3 homens, e 2 coordenadoras de nível superior em ciências agrárias, ambas mulheres. Então, tratava-se de uma equipe com um diferencial de maioria de mulheres, algo que não é comum entre as entidades de assessoramento técnico. Inclusive, há programas como o Ater Mulheres e Ater Agroecologia que exigem um mínimo de mulheres nas equipes para execução das chamadas públicas, já prevendo essa disparidade apontada pelos movimentos feministas nesses modelos de equipe, os quais o homem técnico continua ocupando os espaços de poder.

Contudo, ter a maioria em mulheres na equipe técnica não era sinônimo de que ela estava afinada em formação feminista ou que de fato colocava em prática o debate através do assessoramento em campo. Isso porque, a cooperativa ainda carrega as mazelas de uma assistência técnica difusionista e centrada na figura do homem, uma contradição comum e real mesmo entre os movimentos sociais e instituições de esquerda. Portanto, o processo de formação anterior ao passo de levar as CA's a campo foi fundamental não só para se apropriar da metodologia como também para capacitar a equipe nas pautas feministas, e sobretudo, para que as técnicas se sentissem protagonistas e seguras de seus trabalhos.

Em roda de conversa²⁸ feita com a equipe avaliamos os desafios e os avanços para o desenvolvimento de uma ATC pautada no feminismo e na agroecologia, a partir daquilo que as técnicas e os técnicos vivenciaram com a metodologia das CA's em campo ao longo de um ano. Elas(es) foram questionados sobre: 1) Quais principais desafios encontraram em campo na mobilização do trabalho com as agricultoras; 2) Quais os avanços conquistaram no desenvolvimento do trabalho com as CA's; 3) Quais proposições e contribuições para melhorar as fragilidades apontadas.

Um dos desafios mais apontados por elas(es) foi em relação a orientação sobre o preenchimento nos primeiros meses de anotações nas CA's, pois a ferramenta também ainda era nova para todas(os). Tiverem, portanto, dificuldade a com tabulação mensal, a padronização das unidades de medida e dos preços, formulas do excel, etc. Mas foram superando com a prática e com as discussões feitas em equipe no sentido de sanar tais dúvidas.

No começo eu fiquei insegura com alguns dados que as agricultoras me perguntavam, porque eu também não sabia se devia anotar ou como era que tinha que botar (...) mas depois que a gente foi pegando o jeito certinho, orientando, depois vendo nas planilhas ajustando, foi tudo ficando mais fácil. Eu saio dessa experiência com mais qualificação (Técnica 1, 2021).

A animação das agricultoras nos primeiros meses em que começaram a anotação nas CA's também foi um desafio apontado, visto que muitas delas desistiram de anotar após o primeiro mês em que levaram o instrumento para casa para testar. Faltava tempo e sobrava trabalho para a maioria das mulheres, e muitas vezes o processo de convencimento da importância da utilização da CA era uma tarefa difícil para a técnica. Em diversas reuniões de monitoramento da equipe conversamos sobre a importância de compreender esse processo, deixando claro que não buscávamos número máximo de mulheres preenchendo as CA's, mas sim que a metodologia fizesse sentido para elas.

Quando eu passei na casa das agricultoras depois da roda de aprendizagem, e elas começaram a dizer que não iam poder continuar, me deu um desânimo. Achei que não ia dar certo a CA lá no território. Porque tinha sido mais de 30 mulheres que pegaram e ficaram só 5. Mas essas 5 que ficaram, conseguimos fazer o acompanhamento direitinho e mostrou resultado, mesmo que elas esquecem um dia ou outro de anotar, sempre eu tava passando ali toda semana, eu já era de casa. E isso aproximou muito a confiança no ATC em toda a propriedade, e com a família toda (Técnica 2, 2021).

Duas técnicas apresentaram como dificuldade com os maridos de agricultoras que impediam o processo, levando uma delas inclusive a desistir da CA. Além de desencorajar que

²⁸ Realizada dia 01 de julho de 2021 através de videoconferência, para fins desta pesquisa de dissertação.

as mulheres participassem, esses homens inibiam a presença da técnica quando a mesma ia visitar o agroecossistema para realizar seu trabalho, um desafio que se apresenta justamente pela estrutura machista enraizada historicamente no Ater e do patriarcado ainda conservado nas famílias rurais.

Ao final do primeiro semestre com as CA's em campo, a equipe técnica sofreu cortes proveniente da redução do financiamento do PSA através do Governo do Estado da Bahia. Dessa modo, três pessoas da equipe foram dispensadas, deixando portanto 3 territórios sem acompanhamento técnico integral e qualificado. A fim de não comprometer o andamento da assessoria às agricultoras das CA's, foi realizado um remanejamento da equipe, e alguns técnicos(as) passaram a acompanhar mais mulheres em dois TR's cada. Esse corte orçamentário não só precarizou o trabalho das técnicas e técnicos, como também prejudicou o ATC nos agroecossistemas para as agricultoras no meio do processo.

E, por fim, o desafio maior nessa caminhada para toda a equipe foi o advento da pandemia do covid-19 que nos levou a isolamento social e, assim, em março de 2020 as visitas em campo foram suspensas. Toda equipe se demonstrou preocupada em como continuar o processo de animação e coleta dos dados mensais à distância, mas consideramos que esse desafio foi sendo superado pouco a pouco com auxílio da tecnologia. Houve sim uma baixa nas anotações, devido a dois fatores atribuídos pela equipe: a falta de acompanhamento da técnica para estimular ou lembrar as anotações, e segundo pela diminuição das vendas nas feiras locais durante o isolamento.

Contudo, a maioria das agricultoras se manteve interessada em continuar com as suas anotações, mesmo com as incertezas dos próximos passos da metodologia e suspensão das atividades de capacitação do núcleo. Houveram 3 desistências durante esse período, restando, portanto, 29 agricultoras na metodologia. Os trabalhos de assessoramento foram continuados através de videochamadas, ligações e da troca de experiências no grupo do *whatsapp* com todas as mulheres dos 9 TR's, o qual também é resultado dessa pesquisa de mestrado.

De outro lado, as técnicas e técnicos demonstraram que a experiência das CA's mudou o olhar da equipe sobre o ATC e a extensão rural com as famílias agricultoras, pois demonstrou na prática que o trabalho voltado para as mulheres contribui para mudanças de realidades e quebra de paradigmas que a agroecologia se propõe através do debate de gênero e do feminismo. Cada técnica(o) sabia da importância do trabalho das mulheres no agroecossistema,

já havia um cuidado de fazer um ATC horizontal e olhando para todas as jornadas de trabalho ali presentes. Mas foi só com a metodologia das CA's que puderam vivenciar mais de perto a autodescoberta e empoderamento que essas agricultoras experimentaram, o tanto que aprenderam e também ensinaram sobre suas dinâmicas de vida.

A maioria da equipe relatou, ainda, que um resultado inesperado da CA em campo foi o interesse das agricultoras em diversificar e aumentar suas produções, não só pensando na renda pelas vendas, mas sim no consumo, demonstrando que a CA ajuda a fortalecer a segurança e soberania alimentar das famílias.

Quando as agricultoras começaram a anotar e se deram conta de que o consumo familiar vinha principalmente dos quintais, que tudo aquilo produzido por elas era mais valioso do que o comprado fora, elas começaram a querer plantar mais. Cada visita que eu fazia era uma novidade, um cultivo novo, uma orientação nova de manejo que eu dava. Isso melhorou até meu trabalho (Técnica 2, 2021).

Sim, eu também percebi isso lá no território que eu acompanho. As mulheres das cadernetas sempre estavam mais animadas com as novidades pros quintais. Mostravam o que tavam produzindo de novo numa alegria que não tinham antes e também me davam muito do que elas produziam como forma de agradecimento (Técnica 3, 2021).

Quando perguntadas o que mudou na forma de trabalhar no assessoramento após a metodologia das CA's, todas as pessoas da equipe concordaram que passaram a olhar para o agroecossistema de uma maneira diferente, começando pelo quintal que antes não era tão explorado nas visitas de ATC, principalmente se eram recebidos pelos agricultores homens. A equipe passou a perguntar mais às agricultoras e chegar mais perto de seus quintais, por perceber que ali onde antes elas diziam que não faziam nada demais, estavam escondidos valiosos saberes e potenciais dessas mulheres que ficam invisíveis no assessoramento técnico convencional.

Ah eu passei a observar muito mais os quintais depois de trabalhar com as cadernetas. Quando a gente via a anotação do mês de cada agricultora, logo já percebia se tava faltando alguma coisa, principalmente as frutas daquela época. Então o olhar já ficava mais treinado mesmo quando eu visitava as agricultoras que não estavam preenchendo (as Cadernetas), eu conseguia dar uma atenção diferenciada pra ela porque eu passei a ver mais o que ela produzia e que mesmo a gente técnico indo lá quase toda semana, as vezes não via (Técnica 2, 2021).

Eu sendo homem sempre sou mais recebido pelos agricultores quando vou fazer visita de ATC nas propriedades, sabe. E agora depois das cadernetas eu entendo mais que eu não posso deixar me levar, preciso procurar a agricultora e trazer ela pro assunto, procurar saber mais o que ela faz, levar material pra ela. Mudou muito mesmo a forma que a gente trabalha gênero (Técnico 5, 2021).

A equipe demonstrou acreditar que as CA's de fato não revelam apenas os números que eles tabularam mensalmente, mas mostram principalmente que é possível construir novas formas de trabalho com assessoramento e extensão rural, que visibilizem ainda mais a contribuição das agricultoras. A experiência demonstrou que não se tratava de uma simples ferramenta, é uma metodologia político-pedagógica feminista que provoca mudanças de realidades, comprovados nos depoimentos que diariamente as agricultoras davam à equipe durante as visitas em campo.

Apesar delas se referirem na maioria das vezes a descoberta da renda que ela contribuiu para a família, do quanto gerou naquele mês e tudo mais, nós percebemos em suas falas o despertar da autoestima e valorização, que muitas vezes nem elas acreditavam existir através de seus trabalhos. Elas passaram a receber a gente na casa delas muito mais animadas (Técnico 6, 2021).

Quando perguntados sobre o que a metodologia poderia melhorar, a equipe trouxe alguns apontamentos. Primeiro a respeito do instrumento da CA que poderia ter espaços mais acessíveis e maiores para a escrita. Também sugeriram que haja uma equipe mais voltada para acompanhar as agricultoras de maneira mais integral, pelo menos no início, pois eles se sentiam sobrecarregados com a necessidade de visita-las mais vezes, mas não podiam deixar de assessorar as demais famílias que não estavam na metodologia das CA's.

Também foi falado por algumas técnicas que seria importante que as CA's tivessem espaços para as anotações de serviços, os quais também são valiosos para a diversificação da renda da agricultora. E, ao final, sugeriram que houvesse incentivo e apoio para a realização de intercâmbios, destacando que as agricultoras aprendem muito mais em espaços de trocas umas com as outras, e também através dos eventos em que as mesmas tem a oportunidade de conhecerem outras realidades fora de seus territórios rurais.

Por fim, perguntei se a equipe teria interesse em continuar incentivando e apresentando as CA's para mais agricultoras em seus próximos trabalhos.

Sem dúvidas. Até porque é um instrumento que facilita nosso trabalho e diálogo com as agricultoras, principalmente aquelas que nunca receberam assistência e que dizem que não produzem nada (Técnico 5, 2021).

Eu vou continuar, com ou sem Pró-Semiárido, sempre vou falar das cadernetas pras mulheres. Até porque elas podem fazer de outras formas. E porque eu vi a mudança na alegria e no olhar dessas agricultoras, elas chegavam pra me dizer que se sentiam até mais importantes dentro da família quando viam como elas produziam tanto o que era economizado de comprar fora, em relação ao autoconsumo. Então, sem dúvidas, trabalharia de novo com as cadernetas (Técnica 2, 2021).

Os trabalhos com as CA's, inclusive, continuaram para a equipe da COOPESER mesmo após o primeiro ano de sistematização da pesquisa nacional, devido a disponibilidade em comum acordo de todas as 10 equipes de ATC participantes do Pró-Semiárido, demonstrando que de fato o acompanhamento das CA's foi exitoso para o assessoramento técnico, baseado na pedagogia feminista e na educação popular.

Nesse sentido, ganhos políticos foram observados para a entidade COOPESER, que garantiu um assessoramento técnico que avança no feminismo e na construção da agroecologia no Piemonte da Diamantina. Aquelas(es) técnicas(os) que puderam vivenciar de perto essa metodologia não irão sair iguais para qualquer outro trabalho que possam vir a realizar na entidade ou em outros espaços, pois carregarão em suas práticas o compromisso de que sem feminismo e sem a valorização do trabalho das mulheres, de fato, não há agroecologia.

3. INTERCÂMBIO FEMINISTA E AGROECOLÓGICO

Considerando a importância político-pedagógica da Caderneta Agroecológica para valorização e visibilidade das agricultoras, esse trabalho de pesquisa se propõe, ainda, a traçar um produto de intervenção como estratégia de fortalecimento da metodologia, para que esta possa contribuir cada vez mais para o empoderamento das mulheres em seus agroecossistemas.

A proposta de intervenção nomeada Intercâmbio Feminista Agroecológico (IFA), nasce da aproximação com o campo de pesquisa, ou seja, com as agricultoras protagonistas das CA's no Piemonte da Diamantina, através dos protocolos realizados sob orientação dos componentes Laboratório de Prática e Pesquisa Educacional I e II do MPED. Nesse processo foi possível identificar o envolvimento das mulheres com as CA's e como a metodologia vinha provocando valiosas mudanças em suas realidades, mas também as fragilidades e desafios no desenvolvimento do instrumento. Tais percepções foram aprofundadas na escrita desta dissertação a partir dos relatos e materiais discutidos.

A prática de propor um produto de intervenção parte do princípio da aplicabilidade metodológico-epistêmica estabelecido nos Mestrados Profissionais em Educação (MPE), conforme explicam Ana Lúcia Silva Silva et al. (2019). Segundo as autoras, os MPE's devem pressupor “intervenções no sentido de (res)significar o papel dos sujeitos participantes da pesquisa para coautores da produção científica e consequentemente, implica na necessidade de maior reflexão sobre a práxis de investigação” (SILVA et al., 2019, p. 144).

Além disso, está estabelecido na legislação sobre os Mestrados Profissionais, a proposta de intervenção constituída como estratégia de lidar com a realidade, suas implicações e a possibilidade de transformá-la, atribuindo, portanto, maior desafio à práxis investigativa (SILVA et al., 2019).

(...) precisamos avançar nos resultados da pesquisa em educação para além do acúmulo de fatos e descrições que não se integram, para transcender em cada pesquisa e avançar o conhecimento na área pesquisada, para deixar como legado a intervenção como pesquisa da prática e para a prática, como reflexão contínua e fundamentada teoricamente sobre a ação. Finalmente, esperamos, que a partir da pesquisa em rede, possamos fazer circular e dar visibilidade às pesquisas produzidas nos mestrados profissionais, tendo como objetivos centrais intervir pedagogicamente em contextos de diversidade (SILVA et al., 2019, p. 160).

Nesse sentido, este capítulo de dissertação apresenta a proposta do IFA a partir das vivências práticas e discussões da pesquisa sobre a metodologia das CA's com as protagonistas

agricultoras e as técnicas da COOPESER. Espera-se que esse produto de intervenção seja apropriado pela entidade e demais organizações de assessoramento técnico, que buscam trabalhar com a educação popular e a pedagogia feminista nas ações de extensão para o fortalecimento da agricultura familiar em todos os territórios e realidades diversas, contribuindo assim para mudar a vida das mulheres e de seus trabalhos no agroecossistema.

Segundo Ana Lúcia Silva et al. (2019), a proposta de intervenção requer, ainda, compromisso com a realidade e com a geração de conhecimento, por isso no programa do MPED ela deve ser acompanhada, avaliada e redimensionada ao longo de 2 anos, após a defesa do mestrado, de modo a garantir que os(as) sujeitos(as) assumam como protagonistas das ações depois da saída do(a) pesquisador(a). Dessa forma, me coloco a inteira disposição para divulgação e execução dos IFA's, prestando apoio científico e militante às entidades parceiras que possam aplicar o produto de intervenção em suas atividades de assessoramento às agricultoras, assim como a COOPESER já demonstrou interesse durante o caminhar dessa proposta.

3.1 Os intercâmbios como instrumentos de construção do conhecimento agroecológico

De acordo com Zanelli (2015), o intercâmbio para a agroecologia é um instrumento estratégico realizado entre um grupo de agricultores(as) e um(a) ou mais mediador(as), para o desenvolvimento de conhecimentos e de processos de organização e lutas sociais. Pode ser considerado um espaço formativo que tem como princípio o diálogo de saberes, em que os(as) participantes compartilham um problema e constroem estratégias de superação para os desafios vivenciados em conjunto pela agricultura familiar (ZANELLI, 2015).

O instrumento pode ainda ser denominado como intercâmbio agricultor-agricultor e se configura como um “método de comunicação horizontal que potencializou enormemente os processos sociais de inovação agroecológica” (MONTEIRO E LONDRES, 2017, p. 62), e que foi inspirado na experiência do Movimento Agroecológico Campesino a Campesino, criado na América Central – Guatemala, Cuba, Nicaragua –, a partir da década de 1970, como forma de resistência aos impactos negativos da revolução verde e para a construção da agroecologia através da autonomia dos(as) agricultores(as) e suas organizações sociais (ZANELLI, 2015).

Zanelli (2015) aponta que os princípios do Movimento Campesino a Campesino na América Latina e dos Intercâmbios de saberes no Brasil são baseados na Educação Popular,

existindo “referências constantes ao ideário de Paulo Freire, a partir de expressões tais como comunicação horizontal entre educador-educando; ação-reflexão-ação para a consciência política e transformação social; entre outras” (ZANELLI, 2015, p. 81).

Dessa forma, o intercâmbio entre grupos de agricultores(as) busca o fortalecimento da relação agricultor(a)-agricultor(a) no processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, podendo ser constituído de uma conjunto de metodologias durante uma visita no agroecossistema da família ou grupo escolhido, com os Diagnósticos Rápidos Participativos, a Caminhada Transversal, o Círculo de Cultura, a Roda de Conversas, entre outros. O pressuposto básico é a problematização das questões vivenciadas pelos agricultores e a busca coletiva pela superação do problema (ZANELLI, 2015).

Para Silva (2006), as partilhas das experiências podem apontar caminhos para a transformação das realidades, pois presenciar a concretização de um experimento mexe com subjetividades e possibilita novas (des)construções. Assim, o intercâmbio de saberes, “como exercício da educação popular, dinamiza o conhecimento e a concretização de projetos para os/as trabalhadores/as” (SILVA, 2006, p.32).

Por fim, Petersen (1998) apresenta que é fundamental que a organização do intercâmbio seja concebida como processo de formação, ou seja, ele deve ter uma metodologia pensada e ser sistematizado ao final. Os testemunhos dos(as) agricultores(as) nesses espaços são meios pedagógicos extremamente valorizados e efetivos (presenciais, em vídeo, em folhetos, etc.), pois estimulam reflexões que servem como exemplo para que outros(as) agricultores(as) possam se tornar experimentadores(as). Esse é um ponto importante a ser destacado, pois muitas vezes os intercâmbios parecem se confundir com as visitas técnicas, mas são instrumentos metodológicos com objetivos diferentes (PETERSEN, 1998).

Nesse sentido, o intercâmbio pode ser proposto por uma entidade ou organização que presta serviços de ATER, como também pelos movimentos sociais e organizações comunitárias de agricultores(as) que queiram fortalecer a agroecologia em seus territórios. A metodologia deve ser formulada com antecedência para nortear o objetivo da atividade, mas não deve ser engessada, visto que a condução do intercâmbio se dá de maneira horizontal e flexível por todos e todas participantes envolvidos(as) no momento.

Podem ser formuladas perguntas geradoras em torno de um tema que possui demanda local. Por exemplo, os(as) agricultores verificaram que os solos de determinada região estão empobrecidos, mas não querem utilizar fertilizantes químicos pois buscam alternativa agroecológica para solucionar o problema. Um intercâmbio pode ser realizado no sentido de identificar algum agricultor(a) que tenha experimentado uma técnica de adubação orgânica que possa contribuir com os demais. Esse agroecossistema, então, recebe um grupo para conhecer a experiência em um intercâmbio com tema adubação orgânica, e de lá todos(as) participantes contribuem para traçar estratégias para solução de tal problema coletivo, podendo chegar a conclusões de novas técnicas como a compostagem, a adubação verde, entre outras. Podem também sair dali técnicas inovadoras que serão experimentadas pelas famílias em outros ambientes e replicadas em suas comunidades. Por isso, a importância de uma equipe de sistematização registrar toda a experiência para que ela seja acessada posteriormente.

Um intercâmbio é, ainda, um momento de fortalecimento da identidade dos(as) agricultores(as) e cultivo dos princípios de solidariedade, parceria e reciprocidade trazidos pela agroecologia, enquanto movimento político que luta pela vida. A organização em redes e as trocas de experiências possibilitam não só o acesso aos mercados e às políticas públicas de desenvolvimento territorial, como também consolidam a agroecologia nos territórios.

O movimentos sociais do campo, como o MST, trazem a importância da mística para momentos de encontros e organização de base, como os intercâmbios. A mística resgata valores, os saberes ancestrais e relações de companheirismo, fazendo entender a agroecologia como compromisso coletivo. (CALDART, 2014). Esse sentimento demonstra que luta pela transição agroecológica e enfrentamento ao agronegócio não é possível de maneira individualizada, pois não se trata de provocar mudanças apenas no modo de plantar e produzir, mas também de se relacionar em comunidade e nas famílias, livre do machismo, do racismo, da homofobia e qualquer outra forma de exploração e opressão

Por isso, é importante que o momento do intercâmbio envolva as subjetividades, para além do conhecimento técnico. É um momento de encontro, conversa e afetos, que estabelece relações de confiança e reciprocidade. Para as mulheres agricultoras, ainda, pode ser a possibilidade de fortalecimento pessoal e de auto-organização feminista.

3.2 Intercambiando saberes com as Cadernetas Agroecológicas: produto de intervenção

A CA é acompanhada de uma metodologia que dá sentido ao papel político-pedagógico e feminista a que ela se propõe, a qual já foi discutida nesse trabalho de pesquisa. Contudo, muitas são as demandas e realidades das mulheres em seus agroecossistemas e territórios, as quais o desenvolvimento metodológico das CA's sozinho não dá conta de abraçar. A auto-organização entre as agricultoras é uma prática feminista que, se incentivada e fortalecida, pode contribuir para sanar alguns desafios apresentados no decorrer das anotações das CA's, bem como ser um espaço em que as mulheres juntas possam traçar estratégias para solução de problemas que identificam em seus processos de tomada de consciência sobre si e sobre as violências e opressões do patriarcado.

Para que a auto-organização das agricultoras seja possível, no âmbito do projeto com as CA's, é preciso garantir e fortalecer os núcleos de mulheres para além de um espaço pontual de atividades sobre a metodologia da mesma. Ou seja, os núcleos precisam ser mais que um encontro que discute o preenchimento das CA's ou dos seus questionários e mapas, eles devem ser espaços de acolhimento, confiança e organização política feminista, a nível das comunidades e territórios que as agricultoras estão presentes.

Uma outra forma de criar e fortalecer a auto-organização das mulheres em redes pode ser através dos intercâmbios, que já são práticas exitosas nas ações de agroecologia e de ATER. Algumas das agricultoras protagonistas dessa pesquisa no Piemonte da Diamantina, que já participaram de intercâmbios em outros projetos, propuseram um encontro de mesmo caráter entre as mulheres das CA's, a fim de trocar experiências sobre suas formas de anotação e sobre o manejo de seus quintais. Essa foi, portanto, uma proposta que discutimos ao longo das visitas de acompanhamento das CA's em campo, mas que precisou ser suspensa por causa da pandemia do covid-19. O intercâmbio seria nossa ação de intervenção e ferramenta de coleta de dados para esse trabalho, que tomou rumos diferentes e agora está apresentado como produto de intervenção a ser acompanhados pelos próximos 2 anos, a contar da defesa dessa dissertação.

Nesse sentido, proponho a criação de um instrumento de intercâmbio baseado em pedagogias feministas e nas práticas da agroecologia, que tenha caráter de auto-organização das agricultoras. Ou seja, apenas as mulheres devem estar presentes no momento do intercâmbio e são elas que irão escolher o tema e como será conduzido. A presente proposta apenas coloca

luz numa estrutura de formação do IFA, mas ele é flexível e deve ser de protagonismo e autonomia das agricultoras com apoio da equipe técnica que as assessora.

Para ação com a COOPESER, a ideia é que participem todos os núcleos de agricultoras de cada território rural ou comunidade, de forma integral ou representativa, de um encontro no agroecossistema de uma agricultora escolhida por elas. O que se pretende é que o intercâmbio seja um espaço de trocas de conhecimentos agroecológicos sobre o manejo dos quintais, ou também demais subsistemas, e de prática feminista na busca de solução de problemas coletivos das mulheres, sejam eles de ordem técnica, sobre as CA's, ou de ordem subjetiva e também política, sobre a vida das mulheres.

A partir do IFA, as agricultoras podem replicar as experiências em encontros com os núcleos de mulheres locais como também realizar outros intercâmbios dentro de uma mesma comunidade ou território rural. Dessa forma, o espaço de auto-organização terá caráter de continuidade entre essas mulheres, que vão se empoderando cada vez mais e criando seus espaços com autonomia, inclusive sem precisar do apoio da equipe técnica dali em diante.

É importante que o IFA tenha uma metodologia pensada previamente, mas não fechada, de maneira a garantir que durante a experiência tenha aquela mulher que vai realizar a sistematização escrita, os registros fotográficos, a mística, como também a que será responsável pelo lanche, pela ciranda, entre outras demandas logísticas que precisam ser articuladas, como deslocamento, fundos financeiros, entre outras. Portanto, a equipe técnica responsável por assessorar o IFA, ou seja, aquela que pretende abraçar o instrumento como ação de intervenção no ATER, precisa se reunir com antecedência com as agricultoras para realizar um planejamento.

No esquema apresentado no diagrama 2, sistematizo uma proposta de fluxo para a realização do IFA, tomando como exemplo a estrutura dos territórios assessorados pela COOPESER no Pró-Semiárido e dos núcleos de mulheres das CA's. Contudo, ele deve ser adaptado à realidade de outras organizações que pretendam tomar como base esse produto.



Diagrama 2. Proposta de fluxo para realização do Intercâmbio Feminista e Agroecológico. Fonte: Elaboração Própria.

De acordo com o fluxo para o desenvolvimento do IFA, a primeira etapa é o planejamento que a equipe de técnicas deve conduzir juntamente às agricultoras, de preferência com uma reunião por núcleo das mulheres das CA's em cada TR. Esse é um importante momento de organização das tarefas que cada uma vai se propor, o que pode ser feito por meio de comissões, e também para tomar decisões como: quantas e quais mulheres tem possibilidade de participar? É possível realizar um intercâmbio com as 32 agricultoras? Ou serão escolhidas representantes? Qual proposta de data? Quem gostaria de receber a visita ou indicar um agroecossistema? Lembrando que a data e a mulher que receberá o intercâmbio deve ser em comum acordo com todos os 9 núcleos, ficando a cargo da técnica mediar o diálogo entre a equipe considerando a logística adequada. Havendo impasses, sugere-se que os núcleos façam votação das propostas.

Também no momento do planejamento é importante que os núcleos discutam propostas de temas para o intercâmbio, sendo que este pode estar relacionado com a metodologia da CA e também com alguma questão de manejo do agroecossistema ou da relação da agricultora com a divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, podem ser realizadas chuvas de ideias e depois a equipe pode destacar os temas mais pertinentes para o coletivo. É interessante também que se tenha em mãos esta proposta de fluxo para visualizar o passo a passo do que precisa ser planejado, adaptando as etapas às demandas locais. No anexo C deste trabalho, está uma tabela elaborada para auxiliar o planejamento e estruturar uma metodologia para a realização do IFA.

A segunda etapa, de acordo com o diagrama 2, é a mobilização de recursos para que seja possível realizar o IFA. O período necessário para mobilizar todos os recursos vai interferir diretamente na data escolhida para realização do intercâmbio, por isso é preciso estar bem afinado no planejamento quais serão as estratégias que a equipe e as agricultoras irão lançar. O levantamento de recurso financeiro está ligado de forma direta a decisão de quantas agricultoras irão participar e o local que receberá a visita, para então obter um orçamento do transporte.

Também podem ser articuladas parcerias com os movimentos, associações, projetos e prefeituras para obtenção do transporte, bem como da alimentação e outros materiais que julguem necessários. Assim, as participantes podem também pensar estratégias para levantar fundos como rifas, eventos, livro ouro, vendas, entre outros. A entidade da equipe técnica também pode ter recursos previstos nos orçamentos dos projetos de ATER para a realização da atividade, se essa estiver em suas metas. Enfim, vai depender de cada realidade local.

Como terceira etapa está a realização do IFA no agroecossistema da agricultora escolhida, o qual todas as mulheres participantes irão se deslocar para se encontrar. É importante garantir que nesse momento esteja presente somente mulheres, inclusive na equipe técnica que irá conduzir e apoiar a atividade. Deve-se dialogar também com os homens da família da agricultora anfitriã para que não estejam por perto, principalmente nos momentos de discussão entre as mulheres. Isso vai garantir que seja um espaço de auto-organização de mulheres, de acordo com os princípios feministas, para que elas fiquem a vontade para partilhar suas experiências mais pessoais, que muitas vezes estão ligadas à violências de gênero, como também para que todas tenham autonomia para colocar suas ideias sem se sentirem inibidas pela presença de um homem, algo que ainda é muito comum.

No início do intercâmbio é proposto que seja realizada alguma atividade mística, como leitura de poema, cordel, canção, peça teatral, entre outras, para que haja um momento de acolhimento e conexão entre as mulheres. Também podem ser realizadas apresentações culturais que representem as mulheres locais, dinâmicas de descontração, danças e músicas para animar o momento. Existem cancionários com músicas feministas que podem auxiliar nessa atividade, enfim, fica a cargo da comissão de mística preparar o momento.

Em seguida, é importante que as mulheres se apresentem, que falem sobre si que se reconheçam. As apresentações podem ser realizadas através de dinâmicas ou de maneira mais aberta na roda em que todas se ouvem.

O terceiro momento pode ser destinado a conhecer o agroecossistema da anfitriã, que decide se quer mostrar apenas seu quintal ou demais subsistemas que ela considera importante para o seu protagonismo a partir do que reconheceu com as CA's. A travessia é uma metodologia muito utilizada na agroecologia, que consiste em realizar uma caminhada pelo agroecossistema identificando experiências de manejo, diversidades de cultivos, experimentos, entre outros elementos, enquanto há um diálogo de saberes acontecendo entre as participantes, que questionam e fazem sugestões. Esse momento é importante ser mediado por alguém da equipe, para que a agricultora possa guiar a travessia e ao mesmo tempo participar das conversas, sempre acompanhada de alguém sistematizando a vivência, pois nesse momento surgem riquíssimas contribuições.

É interessante que durante a condução da travessia, a pessoa que está mediando possa lançar algumas questões que estimulem as trocas entre as participantes, articulando com o tema escolhido para o IFA. Podem também ser direcionadas questões voltadas para as anotações das CA's, por exemplo: como a senhora anota essas ervas medicinais em sua CA? A senhora costuma realizar trocas dessa fruta aqui na comunidade? Quem cultiva essa planta é a senhora sozinha ou mais alguém contribui? Quem protagoniza o trabalho nesse subsistema? Entre outras perguntas geradoras.

Como sugestão há o momento do intervalo e lanches, para em seguidas as agricultoras se reencontrarem em roda de conversas em torno do tema norteador do intercâmbio. É nesta etapa que as mulheres podem identificar os problemas coletivos e tecer discussões, bem como buscar as estratégias para superação. Aqui as questões de gênero, divisão sexual do trabalho, violências, entre outras pautas da vida da mulher, devem aparecer com destaque, pois esse deve

ser um momento político mas também de acolhimento para que as agricultoras se fortaleçam no processo. As CA's se demonstraram uma metodologia que contribui para o empoderamento das mulheres e que também evidencia os espaços de contradição sob os quais elas estão imersas, por isso a partir de então mais contradições vão ficando em evidência e através da auto-organização é que as agricultoras podem encontrar forças para alterar condições de vida e as relações familiares patriarcais, sustentadas pelo feminismo.

É essencial que haja um cuidado de quem está conduzindo essa etapa da roda de conversas para que ela cumpra com o papel de traçar as estratégias para superação dos problemas, pois pode acontecer do momento ficar limitado apenas a identificar os mesmos através dos relatos partilhados pelas agricultoras. Se tratando de uma metodologia de intercâmbio, deve estar em evidência que o objetivo do encontro é a construção coletiva de conhecimentos, experimentos e soluções para os desafios elencados. Esse é o caráter que diferencia o IFA de demais atividades.

Durante toda a experiência do IFA uma comissão de no mínimo duas mulheres, que podem ser técnicas e agricultoras, deve ficar responsável pelos registros fotográficos e escrito para a sistematização. Podem ser utilizadas ferramentas de gravação de áudio para facilitar o registro escrito, se as agricultoras permitirem ser gravadas. A sistematização será importante para os encaminhamentos e pode contribuir para elaboração de materiais didáticos e políticos que as agricultoras podem acessar em seus territórios para replicar as experiências, como vídeos, cartilhas, folders, entre outros.

Na realização do IFA, ainda, é preciso que seja planejado um espaço para que as crianças das mulheres, que porventura precisarem acompanhá-las, sejam acolhidas, como a Ciranda. Essa é uma estratégia metodológica que favorece às agricultoras a participarem integralmente da atividade, integrando as crianças ao processo formativo e de cuidados, pensado com intencionalidade. Assim, a mulher não deixa de ir ao intercâmbio nem de participar com autonomia se a criança precisar ir junto. É interessante que nesse momento uma técnica ou outra mulher que não esteja como participante do IFA, ou algum homem parceiro, fique responsável pela condução da ciranda, evitando deslocar uma das agricultoras protagonistas para a tarefa.

A Ciranda das Crianças é uma metodologia feminista desenvolvida pelos movimentos sociais, com base na educação popular, com destaque para o MST que pensou o espaço hoje chamado de “Sem Terrinhas”, desde 1989, fruto de debates de temas como gênero, trabalho e

coletividade. Nesse sentido, as Cirandas são espaços educativos planejados pedagogicamente para que as crianças aprendam a ocupar o seu lugar na organização ou comunidade de que fazem parte, promovendo trocas, aprendizados e vivências coletivas, valorizando também as manifestações culturais ancestrais (LACERDA, 2021).

Após a realização do IFA, conforme indicado no diagrama 2, há a etapa de avaliação da experiência, que pode acontecer ao final do próprio intercâmbio com todas agricultoras ou de maneira mais focal nos núcleos em cada território, em reunião agendada posteriormente. Fica a critério do grupo decidir como é mais adequado viabilizar a avaliação, de acordo com o tempo e logística da atividade, contanto que ela seja garantida para que as agricultoras tenham oportunidade de refletir sob suas experiências, bem como planejar os próximos passos.

É importante que a construção de saberes do IFA não seja finalizada em si própria, mas que reverbere na organização das mulheres em suas comunidades e territórios. Por isso, depois das avaliações é apontado no fluxo duas possibilidades, mas que também podem ser outras de acordo com o que o núcleo avaliar. Pode ser realizada a replicação do IFA de maneira local, reunindo as mulheres no agroecossistema de uma delas, ou de maneira menor entre vizinhas em uma comunidade. Nessa etapa podem até ser convidadas outras agricultoras a se somar, caso o núcleo avalie que é um objetivo ampliar a metodologia nesse momento, sendo portanto uma oportunidade de apresentar as CA para mais mulheres. E a outra atividade, caso não seja possível realizar um IFA local, seria um encontro em formato de roda de conversas para fazer repasses sobre o intercâmbio para aquelas agricultoras que não puderam participar, ou para discutir as pautas que foram sistematizadas e realizar encaminhamentos a nível local.

Espera-se que o IFA seja incorporado ao método de trabalho da entidade de assessoramento técnico, nesse caso a COOPESER, para que possa replicar a experiência em outras ações que contribuam para o fortalecimento da autonomia e organização das mulheres agricultoras. E que, ainda, o intercâmbio possa ser uma prática comum de empoderamento das agricultoras e seus grupos, associações ou cooperativas, sempre que elas avaliarem ser necessário a construção de novos saberes feministas e agroecológicos, bem como buscar estratégias para superação de problemas coletivos e em defesa da vida das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das experiências político-pedagógicas com as Cadernetas Agroecológicas, as agricultoras protagonistas dessa pesquisa no Piemonte da Diamantina/BA passaram a auto reconhecerem suas potencialidades e a desenvolverem maior autonomia, ao passo que demonstravam a contribuição econômica de seus trabalhos produtivos e reprodutivos. Os relatos e registros das vivências ao longo de um ano de anotações comprovam que as mulheres se tornaram mais empoderadas sobre a gestão do agroecossistema familiar e sobre si próprias, o que despertava autoestima e contribuía para ampliar a participação política em seus territórios.

Nesse sentido, as agricultoras não só demonstraram maior engajamento na ampliação das atividades voltadas para o seu agroecossistema de protagonismo – os quintais agroecológicos – como também para os demais subsistemas da família. A participação política e econômica das mulheres foram destacadas, havendo um incentivo também pelos demais membros da família a maior investimento na produção dos quintais e participação nos circuitos curtos de produção, como as feiras livres locais e venda direta.

A organização política das agricultoras em suas comunidades e territórios também é um destaque no processo de reconhecimento e protagonismo através da metodologia das CA. A maioria das mulheres passou a participar mais das assembleias da associação, reuniões dos sindicatos rurais e atividades formativas dos assessoramentos técnicos implementados na região, como Pró-Semiárido, Bahia Produtiva e Programa Uma terra Duas Águas.

Em relação a avaliação dos mapas da sociobiodiversidade e dos questionários socioeconômicos, ficou evidente que as agricultoras dos diferentes territórios possuem histórias e vivências que se aproximam. A maioria delas garante o autoconsumo da família através dos trabalhos nos quintais, que apareceram como subsistema de destaque na produção da diversidade de alimentos, derivados animais, plantas medicinais e outros produtos beneficiados. São mulheres em sua maioria negras, que se identificam como agricultoras familiares, assentadas ou quilombolas, que vivem com seus companheiros e alguns filhos(as). A maioria possui ensino fundamental incompleto e trabalha de maneira integral no agroecossistema, realizando as atividades domésticas com suas filhas ou sozinhas.

Ao analisar o agroecossistema e a divisão sexual do trabalho nas famílias, foi possível perceber que todas as agricultoras ocupam a maioria dos subsistemas, seja como protagonistas

ou co-participantes, em comparação aos seus companheiros. Além disso, são elas que garantem a maior parte das atividades realizadas para a reprodução da vida, como o trabalho doméstico e de cuidados, acumulando uma sobrecarga de trabalhos que a maioria delas nunca havia se dado conta ou tinha comprovado. Através das anotações diárias nas CA's elas demonstraram que são responsáveis pela produção de rendas monetárias e não-monetárias, essas últimas invisibilizadas pois são provenientes do consumo, troca e doação, mas que passaram a ser consideradas por elas como parte da economia familiar.

Um fator limitante que ainda é preciso destacar, apesar de todos os avanços no protagonismo das mulheres no agroecossistema, foi a disponibilidade para a anotação das CA. De acordo com elas a falta de tempo, ou seja, a sobrecarga dos trabalhos reprodutivos e produtivos que não são divididos de maneira justa com seus parceiros e filhos. Esse foi, inclusive, um impeditivo para que a maioria delas, que foram apresentadas à metodologia, aderisse ao núcleo de mulheres das CA's em seus territórios rurais, e para que outras acabassem desistindo no meio do processo.

Sabe-se que as agricultoras possuem uma jornada contínua de trabalhos, os quais estão intimamente articulados entre reprodutivos e produtivos, e que se misturam ao longo do uso do tempo. Portanto, se faz ainda necessário contabilizar esse relógio e visibilizar as atividades domésticas e de cuidados, para entender a jornada de trabalho da agricultora e a organização do trabalho familiar. Essa é uma demanda que a CA sozinha ainda não consegue sistematizar, e que, portanto, é preciso lançar mão de outras metodologias feministas, como a ferramenta de Classificação do Uso do Tempo em Atividades e Trabalhos Diários das Mulheres Rurais (CATMUR), que vem sendo desenvolvida para compreender a complexidade da utilização do tempo pelas mulheres rurais nos seus territórios (MORAES et al., 2021).

A CATMUR foi criada no âmbito da pesquisa “Mulheres Rurais e o Uso do Tempo: divisão sexual do trabalho e relações de gênero”, no Sertão do Pajeú em Pernambuco, e de acordo com Lorena Moraes (2021) pretende visibilizar práticas sociais para além do trabalho formal e de mercado. Somada a CA essa seria mais uma estratégia de visibilização e valorização da mulher, em busca de contribuir para a justa divisão das atividades que impedem as agricultoras de desenvolverem autonomia política e econômica.

As CA's demonstraram que as agricultoras são guardiãs da agrobiodiversidade essencial para a consolidação da agroecologia em seus agroecossistemas e territórios, principalmente nos

quintais. Através deles que as mulheres desenvolvem o saber-fazer agroecológico, garantem a segurança e soberania alimentar das famílias, criam redes de solidariedade e se reconhecem enquanto agricultoras. Por outro lado, seu trabalho não se limita apenas a este espaço, embora seja utilizado como estratégia de afirmação da autonomia da mulher. É preciso, ainda, garantir o direito das agricultoras de ocuparem todos os espaços no agroecossistema, na família, nas organizações sociais e nas políticas públicas, para além dos quintais, que ainda são vistos como extensão do trabalho doméstico, e para isso é preciso que haja uma divisão justa das atividades reprodutivas e produtivas entre toda a família.

O tecer da metodologia das CA's também qualificou a abordagem de um assessoramento técnico pautado na pedagogia feminista, que visibilize o trabalho da mulher e atenda suas demandas específicas. A equipe técnica da COOPESER relatou que o trabalho com a metodologia ampliou olhares para aqueles espaços que sempre estiveram ocupados pelas mulheres, mas que na dinâmica do ATER ficavam invisíveis: os quintais, a criação de aves caipiras, o artesanato, o manejo de plantas medicinais, o beneficiamento de alimentos, entre outras atividades protagonizadas pelas agricultoras no agroecossistema.

Por fim, meu olhar de pesquisadora e participante neste trabalho, ao longo de um ano de assessoramento com as CA's, me permite afirmar que a autoestima e autovalorização do trabalho agricultoras provocou pequenas revoluções diárias em seus modos de vida. Elas passaram a falar sobre si demonstrando entender o privado como político, principalmente quando se fez necessário contribuir com uma outra companheira em situações limitantes de sua autonomia. Nos espaços mistos passaram a ecoar suas vozes, propondo estratégias e propostas não só para o agroecossistema familiar como para todo território. Suas narrativas passaram a ser escritas pelas mãos e letras de cada uma dessas mulheres que, antes da auto-organização feminista, eram apagadas pela figura de um ou mais homens da família. Embora esse processo de construção do empoderamento não se dê de forma igual entre as agricultoras, foi perceptível como elas passaram a dar as mãos para caminhar juntas e afirmar suas identidades, fortalecendo assim um feminismo agroecológico, camponês e popular.

REFERÊNCIAS

ASBRAER - **Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural** - Governo da Bahia define pela extinção da EBDA, disponível em <<http://www.asbraer.org.br/noticias,governo-da-bahia-define-pela-extincao-da-ebda,81663>>, acesso em: janeiro de 2020.

BANDEIRA, L. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**, v. 16, n. 1, p. 207-228, 2008.

BARBOSA, G. F. A.; SOUZA, I. D. A. F.; SANTOS, J. H. S. A campanha pela divisão justa do trabalho doméstico: quando uma questão torna-se uma pedagogia (metodologia) de comunicação feminista. In: **Rede de Feminismo e agroecologia do Nordeste** / Laetícia Jalil, Gema Galgani Esmeraldo, Maria do Socorro Oliveira (org.). 1 ed. Recife: UFRPE, 2017.

BARROS, E. A. A. **Mulheres camponesas e seus quintais agroecológicos**: diálogo de saberes em defesa da vida. 2018. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2018.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

BRASIL. Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o Novo Código Florestal. Disponível em: <<http://www.semob.piracicaba.sp.gov.br/arquivos/Legislacao/Federal%20e%20Estadual/Lei%20Federal%204.771-65%20-%20Codigo%20Florestal.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2020.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do rio grande do sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, p. 355-360, 2004.

CALAÇA, M.; WATANABE, C. H. Mulheres rurais e ATER: uma trajetória de resistência e luta pela valorização e reconhecimento de suas reais demandas. In: **Rede de Feminismo e agroecologia do Nordeste** / Laetícia Jalil, Gema Galgani Esmeraldo, Maria do Socorro Oliveira (org.). 1 ed. Recife: UFRPE, 2017.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALETEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARDART, R. S.; Reforma Agrária Popular e pesquisa: desafios de conteúdo e forma da produção científica. In: CALDART, R. S. e ALENTEJANO, P. (org.) **MST, Universidade e Pesquisa**. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 137-169.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IIICA, 2004.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. **Da Extensão Rural Convencional à Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável**: Enfrentar Desafios para Romper a Inércia. Brasília, 2006.

CARDOSO, E. M.; JALIL, L.; TELLES, L.; ALVARENGA, C.; WEITZAMAN, R. **Guia Metodológico da Caderneta Agroecológica**. Recife: EDUFRPE, 2019.

CARDOSO, E. M.; JALIL, L.; MOREIRA, S. A Revolução Silenciosa dos Quintais Agroecológicos das Mulheres. **Cadernos de Agroecologia** – Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto** / John W. Creswell; Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. – 2 ed. – Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, 2004.

DUARTE, V. P.; RABELO, A. K. Fundamentos da Educação em Agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**, v. 11, n. 1, 2016.

ESMERALDO, G. G. S. L. O feminismo e as relações entre sociedade civil, estado e ONGs na execução das políticas de ATER para mulheres e ATER agroecologia. In: **Rede de Feminismo e agroecologia do Nordeste** / Laécia Jalil, Gema Galgani Esmeraldo, Maria do Socorro Oliveira (org.). 1 ed. – Recife: UFRPE, 2017.

ESMERALDO, G. G. S. L. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos / Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (org.). Niterói: Alternativa, 2013.

FELCHER, C. D. O.; FERREIRA, A. L. A.; FOLMER, V. Da pesquisa-ação à pesquisa participante: Discussões a partir de uma investigação desenvolvida no facebook. **Experiências em Ensino de Ciências** V.12, No.7 2017.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 71 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, P. **Política e educação**: ensaios. 5 ed - São Paulo: Cortez, 2001.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: **Metodologia da pesquisa educacional**. / Ivani Fazenda (org.). 12 ed. São Paulo: Cortez. 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 63-83p

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade / Bell Hooks; tradução Marcelo Brandão Cipolla. – 2 ed. – São Paulo: Editora WMF, 2017.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: Políticas arrebatadoras / Bell Hooks; tradução Ana Luiza Libânio. – 7 ed. – São Paulo: Editora Rosa dos Tempos, 2018. 176 p.

IBGE. **Censo agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2007.

JALIL, L. M.; COSTA, M. A. G.; OLIVEIRA, M. S. L. Experiência do projeto/processo ATER, feminismo e agroecologia na construção do conhecimento: caminhos epistêmicos e saberes políticos-coletivos. In: **Rede de Feminismo e agroecologia do Nordeste**. Laécia Jalil, Gema Galgani Esmeraldo, Maria do Socorro Oliveira (org.). 1 ed. – Recife: UFRPE, 2017.

JALIL, L. M.; SILVA, L. C.; OLIVEIRA, J. Caderneta Agroecológica: a contribuição das mulheres para a soberania e segurança alimentar e conservação da agrobiodiversidade. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**. Recife: Ano 8, v. 2, n. 15, 2019.

LACERDA, T. R. A experiência das cirandas no campo e nas relações: por uma ATER integradora. In: Vários Colaboradores. (Org.). **Ciranda das crianças: experiência lúdico-metodológica no âmbito do projeto pró semiárido**. 1ed. Feira de Santana, BA: Governo do Estado da Bahia, v. 1, n. 1, 2021.

LIMA, M. M. T.; JESUS, V. B. Questões sobre gênero e tecnologia na construção da agroecologia. **Scientile Studia**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 73-96, 2017.

LOPES NETO, A. A.; FEITAL, A.; LOPES, I. L.; ALMEIRA, A.; TELLES, L. Caderneta Agroecológica empoderando mulheres, fortalecendo a Agroecologia. **Revista Agriculturas**, v. 12, n. 4, p. 43-47, dez. 2015a.

LOPES NETO, A. A.; LOPES, I. L.; FEITAL, A. Caderneta Agroecológica e Feminismo: o que os quintais produtivos da Zona da Mata têm a nos dizer. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3. 2015b.

MACHADO, A. T.; SANTILLI, J.; MAGALHÃES, R. **A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico**: implicações conceituais e jurídicas. Brasília, DF: Embrapa Informação tecnológica, 2008.

MELO, H. P.; DI SABBATO, A.; LOMBARDI, M. R.; FARIA, N.; BUTTO. **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009.

MELO, M. N.; BRAZ, G.M.; SILVA, D. M.; ARAUJO, M. C.; JALIL, L. M. Mulheres guardiãs das galinhas de capoeira: saberes, paixão e autonomia. **Cadernos de Agroecologia -**

Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Iza Tavares (trad.). 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTEIRO B.; LONDRES, F. Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. In: **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil : uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável /** organizadores: Regina Helena Rosa Sambuichi ... [et al.]. – Brasília: Ipea, 2017.

MORAES, L. L.; JALIL, L. M.; OLIVEIRA, M. S. L. Porque discutir a “justa” divisão sexual do trabalho? Alguns aportes necessários à luta por igualdade e liberdade para as mulheres rurais no Brasil. In: **Rede de Feminismo e agroecologia do Nordeste**. Laetícia Jalil, Gema Galgani Esmeraldo, Maria do Socorro Oliveira (org.). 1 ed. – Recife: UFRPE, 2017.

MORAES, L.L. et al. Metodologias, Trabalho e Uso do tempo: compreendendo a rotina de mulheres rurais. In: **A arte de tecer o tempo: Perspectivas feministas**. Hildete Pereira de Melo e Lorena Lima de Moraes (org.). 1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2021.

MORENO, R. F. C. Economia feminista em movimento: experiências e desafios teórico-políticos a partir das lutas das mulheres. **Temáticas**, Campinas, v. 26, p. 195-226, ago./dez. 2018.

NEVES, D. P.; MOTTA-MAUÉS, M. A. **Mulheres Camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013.

OLIVEIRA, R. M. **Quintais e uso dos solos em propriedades familiares**. 2015. Dissertação (Mestrado em Solos e Nutrição de Plantas), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2015.

PACHECO, M. E. L. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. In: **Perspectivas de Gênero: debates e questões para as ONGs**. Recife: GT Gênero-Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO Gênero e Cidadania, 2002.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, v.5, n.5, jan/fev, 1987.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.5, jan/abr, 2004.

PAULILO, M. I. S. Que feminismo é esse que nasce na horta? **Política & Sociedade** (Online), v. 15, 2016.

PERAFÁN, M. E. V.; OLIVEIRA, H. **Território e Identidade**. Coleção Política e Gestão Culturais, Secretaria de Cultura da Bahia, 2013.

PETERSEN, P.; TARDIN, J. M. **Gestão do conhecimento agroecológico** – subsídio para o seminário interno da ASPTA. 1998.

PETERSEN, P.; et al. **Método de análise econômico-ecológica de Agroecossistemas** / Paulo Petersen org. – 1. ed. - Rio de Janeiro : AS-PTA, 2017.

PINILLO, N. N.; OLIVEIRA, M. S. L. A percepção sobre os quintais rurais por mulheres agricultoras do Sertão do Pajeú-PE. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**. Recife, Ano 8, v. 2, n. 15, 2019.

PIMBERT, M. Mulheres Construindo a Agroecologia. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 6. n. 4, p. 41-45, dez., 2009.

PRIMAVESI, A. M. Conceito de Agricultura Orgânica. **Biológico**, São Paulo, v.65, n.1/2, p. 69-73, jan./dez., 2003.

ROCHA, E. E. R. B. A Pesquisa Participante e seus Desdobramentos - Experiências em Organizações Populares. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Belo Horizonte, 2004.

SANTOS, G.; SILVA, T. Os quintais produtivos e as mulheres: espaços de construção de autonomia e transição agroecológica **Cadernos de Agroecologia** - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

SECULT. Piemonte da Diamantina. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Disponível em <http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/01_divisao_territorial_2/16_piemonte_diamantina.pdf> , acesso em 27 de setembro de 2020.

SEPLAN. **Territórios de Identidade**. Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia, disponível em <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>> , acesso em 27 de setembro de 2020.

SILIPRANDI, E. C. **Mulheres e agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) -Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009.

SILIPRANDI, E. C. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILIPRANDI, E. C. Rompendo a inércia institucional: as mulheres rurais e a política nacional de agroecologia e produção orgânica. In: **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Regina Helena Rosa Sambuichi (org.). Brasília: IPEA, 2017.

SILVA, A. L. G.; SÁ, M. A. S.; NUNES, J. B. A. Pesquisa nos mestrados profissionais em educação: desafios éticos e científicos. **Interação - Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**: Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas, Varginha, v. 21, n. 1, 2019.

SILVA, N. B. **Educação Popular e subjetividade na feira agroecológica**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

SILVA, Z. P. **Interseccionalidade como princípio do campo feminista**. In: SILVA, Ana Lúcia; SILVA, Jeronimo Jorge Cavalcante. *Interseccionalidades em Pauta: Gênero, Raça, Sexualidades e Classe Social*. Salvador: EDUFBA, 2020.

SOF, Sempre Viva Organização Feminista. **Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira**. São Paulo: SOF, 2018.

SOUSA, R. P. Educação em agroecologia: reflexões sobre a formação contra-hegemônica de camponeses no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 69, n. 2, p. 28-33, abr., 2017.

TELLES, L. **Desvelando a economia invisível das agricultoras agroecológicas: a experiência das mulheres de Barra do Turvo, SP**. 2018. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2018.

TELLES, L., ALVARENGA, C., CASTRO, N. Caderneta Agroecológica: uma perspectiva feminista sobre a economia das agricultoras de Barra do Turvo, SP. **Cadernos de Agroecologia** - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação** / Michel Thiollent. – 2 ed. – São Paulo: Cortez, 1986.

VAZQUEZ, P. S. Mulher e Trabalho: um sujeito da experiência de realização. In: **Travessias de gênero na perspectiva feminista**. Ilva Alves, Maria de Lourdes Scheffler, Petilda Serva Vazquez e Silvia de Aquino (org.). Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010.

VELLOSO, T. R. **Uma nova institucionalidade do desenvolvimento rural: a trajetória dos territórios rurais no Estado da Bahia** / Tatiana Ribeiro Velloso; Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2013.

ZANELLI, F. V. **Educação do Campo e Territorialização de Saberes: Contribuições dos Intercâmbios Agroecológicos**. 2015. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Viçosa – UFV. Viçosa, 2015.

ANEXOS

ANEXO A

PROTOCOLO PARA RODA DE CONVERSAS COM A COOPESER

Título da Atividade: As contribuições político-pedagógicas das Cadernetas Agroecológicas para o assessoramento técnico: a experiência da COOPESER.

Data de Realização: 01 de julho de 2021.

Local: videoconferência – plataforma Google Meet

Participantes: 1 coordenadora da equipe, 4 técnicas e 2 técnicos.

QUESTÕES NORTEADORAS

1. Quais principais desafios encontraram em campo na mobilização do trabalho com as agricultoras;
2. Quais os avanços conquistaram no desenvolvimento do trabalho com as CA's;
3. Quais proposições e contribuições para melhorar as fragilidades apontadas;
4. Levariam ou não a metodologia das CA para outros trabalhos com ATER?

ANEXO B



PROJETO CADERNETA AGROECOLÓGICA

Questionário para Caracterização do Perfil Sócio econômico e participação política das Agricultoras Agroecológicas

Pesquisador(a): _____

Data: _____

Hora de início: _____ Hora de término: _____

1. Informações sobre a Agricultora

Nome: _____	
Data de nascimento: ____/____/____ Idade: _____	Contato: () _____ - _____ Tem whatsapp? () Sim () Não
Situação de moradia: () Mora sozinha () Mora com a/o cônjuge e filhas(os), se tiver () Mora com os pais () É agregada em um domicílio () Outra. Qual? _____	
Cor/Origem étnica: () Branca () Parda () Preta () Povos Indígenas () Amarela () Povos Quilombolas () Outra: _____	
Escolaridade: () Ensino Fundamental Incompleto () Ensino Fundamental Completo () Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo () Ensino Técnico Incompleto () Ensino Técnico Completo () Ensino Superior Incompleto () Ensino Superior Completo () Analfabeta	
Possui DAP? () Sim () Não Se sim, qual o enquadramento da DAP? _____	
Possui Cadastro Ambiental Rural – CAR? () Sim () Não	
() Agricultora rural () Agricultora urbana	
Identidade sociocultural: _____	

☐ Indígena ☐ Quilombola ☐ Agroextrativista ☐ Geraizeira ☐ Comunidade fundo de pasto ☐ Pescadora ☐ Faxinalense ☐ Assentada ☐ Agricultora familiar ☐ Outra. Qual? _____
Trabalha fora? ☐ Sim ☐ Não Se sim, qual a atividade? _____ ☐ Tempo integral ☐ Parcial ☐ Trabalho fixo ☐ Esporádico

2. Informações sobre a propriedade da família

2.1 - Identificação da propriedade

Estado: _____

Território: _____

Município: _____

Distrito ou bairro: _____

Nome da Comunidade/Assentamento/Acampamento: _____

Nome da propriedade e/ou número do Lote: _____

2.2 Forma de acesso à terra

- | | |
|---|---|
| ☐ Própria | ☐ Uso comunitário |
| ☐ Arrendamento | ☐ Assentamento: Crédito fundiário |
| ☐ Meação | ☐ Agrovila |
| ☐ Parceria | ☐ Em processo de legalização |
| ☐ Cessão de uso | ☐ Terras tradicionais. Qual? _____ |
| ☐ Comodato | ☐ Assentamento: Reforma agrária |
| ☐ Direito de uso | ☐ Outra. Qual? _____ |

2.3. Informações complementares sobre o acesso a terra

Obs.: Cada quadro abaixo se refere a uma forma de acesso à terra. Se houver apenas uma forma de acesso à terra, preencher o primeiro quadro e deixar os demais em branco.

A qual tipo de acesso à terra se referem as perguntas abaixo? _____ A agricultora sabe o tamanho da terra? ☐ Sim ☐ Não Se sim, qual o tamanho? _____

A documentação da terra está em seu nome? ()Sim ()Não

Se não, qual o parentesco ou relação social do titular, em relação à agricultora? _____

A qual tipo de acesso à terra se referem as perguntas abaixo? _____

A agricultora sabe o tamanho da terra? ()Sim ()Não Se sim, qual o tamanho? _____

A documentação da terra está em seu nome? ()Sim ()Não

Se não, qual o parentesco ou relação social do titular, em relação à agricultora? _____

A qual tipo de acesso à terra se referem as perguntas abaixo? _____

A agricultora sabe o tamanho da terra? ()Sim ()Não Se sim, qual o tamanho? _____

A documentação da terra está em seu nome? ()Sim ()Não

Se não, qual o parentesco ou relação social do titular, em relação à agricultora? _____

A qual tipo de acesso à terra se referem as perguntas abaixo? _____

A agricultora sabe o tamanho da terra? ()Sim ()Não Se sim, qual o tamanho? _____

A documentação da terra está em seu nome? ()Sim ()Não

Se não, qual o parentesco ou relação social do titular, em relação à agricultora? _____

3. Informações sobre a família da agricultora e sobre a residência.

Obs.: As perguntas secundárias (recuadas em relação à pergunta primária) só devem ser perguntadas se a resposta à pergunta primária for “Sim”.

3.1. Estado civil da agricultora: ()Solteira ()Casada ()União Estável ()Divorciada ()Separada ()Viúva ()Outra: _____

Se tem marido/esposa/companheiro(a), preencha sobre ele ou ela:

Nº	Sexo ²⁹ M/F	Reside com a agricultora?	Idade	Estuda?	Escolaridade ³⁰	Origem Étnica ³¹	Participa do trabalho doméstico?	Trabalha na propriedade?	Trabalha fora?

3.2. A agricultora tem filhas(os)? ()Sim ()Não

Se sim, quantas(os) filhas(os) ela tem no total (residentes e não residentes na propriedade)? ____

Sobre cada filha(o), preencha o quadro abaixo (obs.: sobre filhas(os) **não residentes, não preencha** as informações sobre trabalho – 3 últimas colunas):

Nº	Sexo M/F	Reside com a agricultora?	Idade	Estuda?	Escolaridade	Origem Étnica	Participa do trabalho doméstico?	Trabalha na propriedade?	Trabalha fora?

²⁹ **Sexo:** F - Feminino; M - Masculino.

³⁰ **Escolaridade:** (a) Ensino Fundamental Completo; (b) Ensino Fundamental Incompleto; (c) Ensino Médio Completo; (d) Ensino Médio Incompleto; (e) Ensino Técnico Completo; (f) Ensino Técnico Incompleto; (g) Ensino Superior Completo; (h) Ensino Superior Incompleto; (i) Analfabeto.

³¹ **Cor/Origem Étnica:** (1) Brancos; (2) Pardos; (3) Pretos; (4) Povos Indígenas; (5) Amarelos; (6) Povos Quilombolas

3.3. Sobre as/os demais residentes do domicílio, preencha, se for o caso:

Obs.: nesse quadro incluir a família residente ampliada, tal como mãe/pai, irmãs/irmãos e agregadas(os) da família.

Nº	Sexo M/F	Reside com a agricultora?	Idade	Estuda?	Escolaridade	Origem Étnica	Participa do trabalho doméstico?	Trabalha na propriedade?	Trabalha fora?

Perguntas adicionais sobre residentes do domicílio:

3.4. Existem idosas(os) residindo com a agricultora? ()Sim ()Não

Se sim, quantas(os) idosas(os) residem com a agricultora? _____

Das(os) idosas(os) que residem com a agricultora, alguém delas(es) necessita de cuidados/atenção especial? ()Sim ()Não

Se sim, quem na residência é responsável pelos cuidados com idosas(os)? (Anotar parentesco ou relação social): _____

3.5. No total, contando com a agricultora, quantas pessoas moram na residência? _____

3.6. Sobre o trabalho doméstico:

Quem é a/o principal responsável pelo trabalho doméstico na residência? _____

4. Informações sobre acesso a bens naturais

4.1. Acesso à água (Obs.: Se a agricultora não souber responder qualquer um dos itens, escrever NS, de não sabe)

Marque com X	Infraestrutura/tecnologia	Projeto/Programa	Distância da infra-estrutura em relação a casa (km) ¹	Se for o caso, quem é responsável por buscar a água? (Anotar relação social/grau de parentesco)	Paga pela água?
	Poço artesiano				
	Poço semiartesiano/tubular				
	Cacimba				
	Nascente				
	Cisterna de beber				
	Cisterna de produção				
	Caminhão Pipa				
	Lago ou represa				
	Rio/Córrego				
	Vereda				
	Tanques				
	Outras formas de captação de água de chuva				
	Caixa d'água comunitária				
	Empresa de saneamento público				
	Açude				
	Dessanilizador				
	Reuso de água cinza				
	Outra _____				

Se houver mais de uma, especifique a PRINCIPAL fonte de acesso à água: (a) Para produção: _____ (b) Para consumo: _____

4.2. Acessa outras tecnologias sociais? () Sim () Não Se sim, quais? _____

4.3. Local de extração de bens naturais do extrativismo (vegetal e animal) para a manutenção da família

() Mata

() Cerrado

() Caatinga

() Vereda

() Capoeira

() Mangue

() Pastagens

() Fundo de pasto

() Beira do rio

() Rios e igarapés

() Beira do lago ou represa

() Outro. Qual? _____

5. Acesso a políticas públicas pela agricultora

Marque com um X as políticas públicas que a agricultora acessa ou já acessou. Responda “sim” ou “não” na última coluna.

Tipo de Política	Acessa atualmente	Já acessou, mas não acessa mais	Quem cuida do dinheiro é a própria agricultora?
PRONAF - Qual?			
Pronaf Mulher			
ATER - Qual?			
Aposentadoria rural			
Bolsa Família			
Biodiesel			
Garantia Safra			
Programa de Organização Produtiva para Mulheres Rurais			
PROINF – Apoio e ações de infraestrutura e serviços			
PGPM – Programa de Garantia de Preço Mínimo			
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos			
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar			
PNDTR – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural			
PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural			
PNCF – Crédito Fundiário			
Programa de Cisterna Primeira Água			
Programa de Cisterna Segunda Água			
PRONATEC			

Salário Maternidade			
Previdência			
Seguro Defeso			
Brasil Sem Miséria - BSM			
Bolsa Verde			
Benefício de Prestação Continuada (BPC)			
Projeto Paulo Freire			
Projeto Dom Helder Camara			
Projeto Viva o Semiárido			
Procace			
Projeto Dom Távora			
Projeto Pró-Semiárido			
Outras _____			

6. Acesso a mercados pela família

Marque com X	Tipos de mercados	A agricultora participa da produção do que está sendo comercializado?	A agricultora participa da venda?	Quem cuida do dinheiro é a própria agricultora?
	Feira convencional			
	Feira agroecológica			
	Mercadinho local			
	Venda em casa			
	Venda porta a porta			
	Venda na comunidade			
	PAA individual			

Marque com X	Tipos de mercados	A agricultora participa da produção do que está sendo comercializado?	A agricultora participa da venda?	Quem cuida do dinheiro é a própria agricultora?
	PAA coletivo (cooperativas, associações, grupos...)			
	PNAE			
	Cooperativa			
	Associação			
	Outros _____			
	Outros _____			

7. Organização econômica das agricultoras

7.1. Grupo produtivo ou de interesse

Participa de grupo produtivo/de interesse? ()Sim ()Não Obs.: Se sim, preencha todos os quadros.

Se sim, qual o nome do grupo? _____ Quais atividades produtivas desenvolvem? _____ Número de integrantes do grupo: _____ Tempo de existência do grupo (em anos): _____ O grupo é formal? ()Sim ()Não O grupo tem DAP Jurídica? ()Sim ()Não O grupo tem sede própria? ()Sim ()Não Onde o grupo se reúne? ()Sede própria ()Sede de outra organização ()Igreja ()Sindicato ()Outros _____ O grupo produtivo/de interesse é específico de mulheres ou misto? ()Específico de mulheres ()Misto Se misto, como os homens participam? ()Diretoria ()Apoio ()Comercialização ()Outros: _____ O grupo integra uma organização econômica (ex.: cooperativa/associação)? ()Sim ()Não Se sim, qual tipo de organização? _____ É uma organização só de mulheres? ()Sim ()Não

O grupo produz conjuntamente? ()Sim ()Não Obs.: Se sim, preencha o quadro abaixo.

O que o grupo produz conjuntamente? ()Artesanatos ()Hortaliças ()Frutas ()Beneficiados da agroindústria vegetal ()Beneficiados da agroindústria animal ()Serviços ()Outros:

O grupo comercializa conjuntamente? ()Sim ()Não Obs.: Se sim, preencha o quadro abaixo.

O que o grupo comercializa conjuntamente? ()Artesanatos ()Hortaliças ()Frutas ()Beneficiados da agroindústria vegetal ()Beneficiados da agroindústria animal ()Serviços ()Outros: _____

Informações sobre a renda do grupo:

Renda obtida no grupo: ()Até 1 salário mínimo ()De 1 a 3 salários mínimos ()Mais de 3 salários mínimos ()Não sabe responder

Como distribuem a renda obtida? ()Fundo comum ()Divisão por participação na produção ()Horas de trabalho ()Outra. Qual? _____

7.2. Outras informações sobre organização econômica das agricultoras:

Participa de alguma rede? ()Sim ()Não Se sim, qual o nome da rede? _____

Participa de grupos de economia solidária? ()Sim ()Não

Se sim, de que formas? ()Fundo Rotativo Solidário ()Casa de Sementes ()Comercialização ()Trocas ()Outros: _____

8. Fonte de renda da família

Instrução de preenchimento: Qual a principal fonte de renda? (Numerar com o nº 1). Qual a segunda principal fonte de renda? (Numerar com o nº 2). E assim por diante. Deixar em branco o restante.

Tipo	Numerar de 1 a 8 por ordem de prioridade
Bolsa Família	
Aposentadoria	
Agricultura	
Produção animal	
Artesanato	
Pensão	
Diária	
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	
Outros _____	

9. Participação social da agricultora

9.1. Participa de algum espaço de organização coletiva?

Marque com X	Tipo de organização coletiva	Nome	Cargo/Vínculo	Período (anos)
	Sindicato			
	Movimento social de mulheres			
	Movimento social misto			
	Associação			
	Cooperativa			
	Igreja			
	Redes			
	Partido político			
	Conselhos (saúde, educação, desenvolvimento, Segurança alimentar e nutricional, etc)			
	Fundos rotativos solidários			
	Casa de sementes (banco comunitários de sementes)			
	Outras _____			
	Outras _____			

10. Questões abertas

Para você, o que é agroecologia?

Para você, o que é feminismo?
